

1835

1935



REVISTA DO **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO** **DO RIO GRANDE DO SUL**



COMISSÃO DE REDAÇÃO :

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

OTHELO ROSA

EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA

EDUARDO DUARTE

PÔRTO ALEGRE — BRASIL

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Sede: PÔRTO ALEGRE

DIRETORIA DO INSTITUTO

Presidente:

Dr. Leonardo Macedonia.

Vice-Presidente:

Prof. Othelo Rosa.

Secretário Perpétuo:

Dr. Eduardo Duarte.

Orador:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Tesoureiro:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.

Bibliotecário:

Prof. Valter Spalding.

COMISSÕES PERMANENTES

Fundos e Orçamentos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Dr. Leonardo Macedonia.

Cel. A. F. de Souza Doca.

Dr. Alfredo Clemente Pinto.

HISTÓRIA:

Prof. Othelo Rosa.

Dr. Darcy Azambuja.

Prof. Jorge Bahlis.

Cel. Aurelio Porto.

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



IV TRIMESTRE

ANO XV

Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

OTHELO ROSA

EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA

EDUARDO DUARTE

1935

OFICINAS GRÁFICAS DA LIVRARIA DO GLOBO

BARCELLOS, BERTASO & CIA. — PÔRTO ALEGRE

— FILIAIS: SANTA MARIA E PELOTAS —

PÔRTO ALEGRE

= 1935 =

O 1.º Congresso de Historia Sul-Riograndense

Conforme programa organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, realizou-se nos primeiros dias de outubro de 1935 o primeiro Congresso de História Sul-Rio-Grandense, em comemoração à passagem do Centenário Farroupilha.

Pela sua repercussão, pelo número de teses apresentadas, pelo interesse demonstrado pelos Srs. Congressistas na discussão dos pareceres, pode-se dizer que foi uma brilhante demonstração da nossa cultura em matéria de história regional.

Para que fique registado nos anais do Instituto, vamos dar nas colunas da Revista uma circunstanciada notícia do mesmo, conquanto, em publicação especial, faremos a divulgação dos trabalhos apresentados e respectivos pareceres.

O regulamento desse Congresso, organizado pelo Instituto em setembro do ano findo, foi mandado imprimir pelo mesmo e distribuído entre grande número de escritores brasileiros, acompanhado da discriminação das teses, cuja organização foi confiada a uma comissão composta dos srs. João Maia, Othelo Rosa e Darcy Azambuja. Dividiram, estes ilustres escritores rio-grandenses, as referidas teses em cinco importantes secções, sendo a primeira a "Formação do Rio Grande do Sul" com a sua "Formação Étnica" e a sua "Formação Social"; a segunda, a "História Política";

a terceira, a "História Militar"; a quarta, "Administração e Economia"; e a quinta "Ciências, Letras e Artes", subdividindo cada uma dessas secções em diversos itens, cada um dos quais abrangendo uma tese. Além disso, resolveu o Instituto Histórico aceitar toda e qualquer tese de assuntos históricos ou geográficos, como avulsa, uma vez que se não enquadrasse dentro da discriminação dada.

Grande, por isso, foi o número de teses apresentadas ao Instituto até a data prefixada pelo mesmo, abordando todas assuntos os mais variados e interessantes da nossa história, da nossa formação racial e sociológica, como da nossa evolução científica, literária e artística, economica e política.

Entre os distintos escritores que concorreram com trabalhos seus ao Congresso de História, estão Fernandes Bastos, J. O. Pinto Soares, Resende Silva, Fernando Osório, Manoel Duarte, Dante de Laitano e Aurélio Pôrto, na primeira secção; J. Egon d'Abreu Prates, Dra. Henriqueta Galeno, De Paranhos Antunes, Fernando Osório e Castilhos Goycochêa, na segunda secção: Osório Tuiuti de Oliveira Freitas, Fernando Osório e Setembrino E. Pereda, na terceira secção; Walter Spalding, Mario T. de Carvalho, Desembargador Florêncio de Abreu e Gabriel Mena Barreto, na quarta secção; e Alcindo Sodré, na quinta secção.

Na última sessão preparatória realizada à noite na sede provisória do Instituto Histórico em o Museu Júlio de Castilhos, já ficaram nomeados os relatores e as comissões que deviam dar parecer sobre os numerosos trabalhos apresentados.

A mesa do Congresso teve como presidente efectivo o exmo. sr. presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, dr. Leonardo Macedônia; o exmo. vice-presidente do mesmo, sr. Othelo Rosa; e o exmo sr. secretário perpétuo dr. Eduardo Duarte, que foi auxiliado por dois sub-secretários, os membros efectivos do Instituto, srs. prof. Jaci Tupi Caldas e Ten. De Paranhos Antunes.

Asseguraram sua inteira solidariedade ao Congresso em referência, por cartas e telegramas, o Instituto Histórico Brasileiro; o dr. J. Teles da Cruz, do Instituto D. Bosco de Fortaleza, Ceará; gal. Francisco José Pinto, de Curitiba, Paraná; Salão Literário Juvenal Galeno, da Fortaleza, Ceará; sr. João Fontoura, do Rio de Janeiro; dr. Leopoldo de Freitas, de S. Paulo; prof. Mário da Veiga Cabral, do Rio de Janeiro; dr. Antônio Botto de Menezes, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Fizeram-se representar: o Instituto Histórico Brasileiro pelo Instituto Histórico dêste Estado; a Academia Carioca de Letras pelo academico Castilhos Goycochêa e a Sociedade de Geografia de Lisbôa, pelo dr. Mário Teixeira de Carvalho.

A instalação solene do Congresso verificou-se no salão nobre da Biblioteca Pública em a noite de 1.º de Outubro.

Estavam presentes à solenidade os srs. general Parga Rodrigues, Comandante da Região, acompanhado de seu ajudante de ordens, 1.º tenente Aldo Pereira, deputados Viriato Dutra, Hildebrando Westfalen e Adroaldo Mesquita da Costa, representando a Assembléia Legislativa do Estado; Othelo Rosa, representando o general Flores da Cunha, governador do Estado; conego José de Natal, representando o arcebispo d. João Becker; escritores Aurélio Pôrto, Walter Spalding, Manoel Duarte, Tupí Caldas, Dante de Laitano, De Paranhos Antunes, Fernando Osório, Felix Contreiras Rodrigues, Guerreiro Lima, Castilhos Goycochêa, além de outros.

A abertura da Sessão

Às 21 horas, o professor Leonardo Macedônia deu por aberta a sessão, convidando a fazerem parte da Mesa os srs. general Parga Rodrigues, Othelo Rosa e Adroaldo Mesquita da Costa.

Logo a seguir o dr. Eduardo Duarte, secretário perpétuo do Instituto, procedeu à leitura do expediente que constou de vasta correspondência das várias entidades congêneres do país, pela instalação do 1.º Congresso de História Sul-Rio-Grandense.

Fala o dr. Leonardo Macedônia

Falou, após, o dr. Leonardo Macedônia, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul, dizendo o seguinte:

“Exmo. sr. Governador do Estado. Exmos. srs. Representantes de Autoridades Cívís, Militares e Eclesiásticas. Minhas senhoras e meus senhores.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul realiza hoje a sessão de abertura do Congresso com que contribue para o maior brilho da comemoração do 1.º Centenário da Revolução Farroupilha.

Promovendo a reunião dêsse Congresso desejou o Instituto fazer uma pública e cabal demonstração do interesse com que são investigados, meditados e apurados em terra rio-grandense os fatos e episódios do glorioso decênio revolucionário, e o amor e o carinho com que os nossos homens, estudiosos da história dêste amado rincão, cultuam a memória dos nossos antepassados, atores do formidável movimento revolucionário, que “pelos feitos e obras valerosas — então realizadas — se vão da lei da morte libertando”.

Nesse instante, e diante do magnífico espetáculo desta sessão, assistida pela flor da intelectualidade patrícia, o Instituto experimenta legítima satisfação, e sente bem recompensado o trabalho, realizado para a instalação dêste Congresso.

O programa do Congresso, elaborado por uma comissão constituída pelas brilhantes figuras dos nossos estimáveis confrades João Maia, Othelo Rosa e Darcy Azambuja, comportava vinte e uma teses, em que deviam ser versados os assuntos atinentes à Formação do Rio Grande do Sul, História Política, História Militar, Administração e Economia, Letras, Ciências e Artes no grande Estado meridional.

Divulgado o programa, acudiram ao nosso convite muitos confrades e ainda pessoas estranhas a nosso grêmio, mas estudiosas da História Rio Grandense, trazendo todas

elas o fruto de estudos magníficos, em trinta e três Teses e Memórias que as nossas Comissões especiais vão examinar e preparar para a dicussão nas sessões plenárias dêste Congresso.

Antecipando o Juízo dessas Comissões cumpro um dever, agradecendo como agradeço, a todos os signatários dessas Teses e Memórias a maravilhosa contribuição trazida a êste Congresso com êsses brilhantes estudos, que certamente veem dar maior lustre e relêvo a êste torneio intellectual, realizado em homenagem á Epopéia Farroupilha.

Meus Senhores.

Em certa época circulou conceito muito injusto sôbre a História do Brasil, com o dizer que ela não oferecia interesse nem brilho, e era mesmo fastidiosa.

O conceito recebeu veemente contradita do nosso eminente patricio, o Conde Afonso Celso, quando afirmou não haver Histórias enfadonhas, uma vez que toda a História depende do Historiador. Narrando com simpatia, gosto e arte, animando a descrição das ocorrências, e tornando-as compreensíveis, mercê da explicação à luz dos ideais da época, o Historiador digno dêsse nome fará obra digna de aprêço e de louvor, que será muitíssimo interessante.

Também o segundo Imperador, o grande patriota D. Pedro II, em palavras vivas e apropriadas, contestou aquele conceito: "A História do Brasil, disse êle, é modesta, mas honesta". "Não encerra os excessos, as aberrações, os ridículos observados alhures".

Finalmente Martius, em 1843, recomendava a tratamento da História de cada povo, com zêlo patriótico, com fogo poético e com amor, acrescentando que assim não haveria História enfadonha, sem brilho ou interesse.

Graças à prática dêsse processo preconizado por Martius, o nosso venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizando desde 1843, a sua notabilíssima missão, de estudioso da História brasileira, sempre fiel à sua divisa — "Pacifica scientiae occupatio", — conseguiu o milagre de tornar atraente e interessante o estudo do que nos diz res-

peito, como povo, e como nação, no concerto das nações civilizadas, e em 1914 realizou aquele notável Primeiro Congresso de História Nacional, que produziu cinco copiosos volumes, farto manancial onde são tratados todos os problemas da história brasileira desde o descobrimento em 21 de abril de 1500.

Trilhando a estrada percorrida pelo grande Instituto, sediado no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul promoveu a reunião do Congresso hoje instalado, e elaborou um magnífico programa de estudos e de investigações em torno da nossa terra, da nossa gente, e da grandiosa Revolução Farroupilha, que durante um decênio empolgou a alma gaúcha, causou apreensões a todo o Brasil, e terminou de maneira honrosíssima para os nossos maiores, cuja fama e cuja glória a geração atual celebra, plena de orgulho e de reconhecimento.

Meus senhores.

A Revolução Farroupilha estalou em 20 de setembro de 1835, para reivindicar direitos e liberdades do povo rio-grandense, maltratado pelo Governo do Brasil, que somente se lembrava da província meridional, o Rio Grande do Sul, para cobrança de impostos, e quando era necessário o apêlo aos seus filhos, para a defesa, pelas armas, dos interesses do Império.

As vexações, as restrições sem conta, e a opressão deviam ter um termo. El explicam muito bem, através do exame dos documentos daquele tempo, as causas do movimento que tinha em mira conquistar para o povo Gaúcho o reconhecimento do seu direito, o respeito do Governo, e a estima e a confiança dos irmãos brasileiros, disseminados pelo território da Pátria.

Além dessas causas, outra, de maior importância, teve a grande revolução, a justificá-la e a torná-la estimada de todo o Brasil.

Os movimentos que precederam a Independência, em Pernambuco, na Baía, no Rio de Janeiro, e em Minas Gerais, deixaram em forte relêvo que o nosso povo estava dis-

posto a tudo sacrificar pela Liberdade, e pela organização de uma Pátria forte e respeitada.

No ano da Independência isso ficou em maior evidência, desde o dia do Fico, até o brado do Ipiranga.

E os acontecimentos que se seguiram, com a guerra da independência, na Baía, no Maranhão e no Pará, consolidaram a obra dos patriotas que rodeavam o príncipe D. Pedro, e propiciaram a organização do novo Estado.

Organizado o país, como Nação independente, convenceram-se os patriotas rio-grandenses, após o 7 de abril, que era urgente, em benefício da Pátria, organizá-la sob outras bases, que não as que estavam inscritas na Constituição de 25 de março.

Assim, também foi aspiração dos nossos maiores, obedientes à direção de Bento Gonçalves e Antônio de Souza Neto, de Gomes Jardim e Domingos de Almeida, implantar no país a República sob a larga base da Federação, e para isso conseguir começaram eles por proclamar a República de Piratini.

O fato, contestado durante certo tempo, hoje não sofre contradita, graças aos pacientes trabalhos de investigação e de análise dos documentos que servem de amparo aos estudos magníficos, e decisivos, de Canabarro Reichardt, no magnífico livro sobre Bento Gonçalves, de Aurélio Porto, o grande sabedor da história e da vida do Rio Grande, nos opulentos trabalhos em torno do Processo dos Farrapos, e do nosso estimável Souza Doca, em maravilhosa dissertação sobre o Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha.

A transformação política, que então não foi possível conseguir, seria alcançada antes de findar o século que fôra o da Independência. E para ela o Rio Grande contribuiria, como efetivamente aconteceu com o esforço dos seus grandes homens, Júlio de Castilhos, Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, e outros, legítimos continuadores dos heróicos Farroupilhas.

Na ocasião da paz de Ponche Verde, após dez anos de lutas, em que tudo foi sacrificado, interesses materiais, tran-

quilidade e comodidades, os rio-grandenses conseguiram pôr termo à luta, e viram atendidos de modo razoável, os interesses do Rio Grande do Sul.

A nobre terra gaúcha voltou ao seio da comunhão brasileira, admirada, respeitada e estimada por todos os patriotas, e o gaúcho soube desde logo apreciar e recompensar o carinho com que fôra tratado pelo Duque de Caxias, o nobre representante do Brasil, que sustentou a luta, por parte do Império, em sua última e decisiva fase, e bem compreendeu a elevação dos intuitos, e o patriotismo dos heróicos Farrroupilhas.

Concluída a paz, o Rio Grande levantou Caxias em seus escudos, e mandou-o ao Rio de Janeiro, como seu representante no Senado do Império. A nobreza dessa conduta do gaúcho condiz com a de Caxias, ao recusar em Bagé o serviço religioso anunciado para celebrar a paz, por preferir, como disse ao vigário local, “missa de defuntos, que ouviria com o seu estado maior, por alma de nossos irmãos falecidos em luta fratricida”.

Todos êsses episódios revolucionários, que ocupam um largo decênio da nossa história, são agora apreciados com justeza nas memórias com que acodem a êste Congresso os estudiosos de um Passado, que nos enche de legítimo orgulho e satisfação.

De orgulho, porque os nossos maiores, tudo fizeram, e tudo sacrificaram, para nos legar um Rio Grande onde pudéssemos um dia repousar tranqüilos, no seio da gleba adorada.

De satisfação, porque a herança do passado, nos aperfeiçoamos, e tornamos melhor, e mais estimada, durante o século que nos separa da aurora de 20 de setembro de 1835, e estamos seguros de assim poder transmití-la aos nossos filhos, que também terão orgulho da obra realizada pela geração a que pertencemos.

Meus senhores.

A gloriosa geração que de 1835 a 1845 teve a energia e o patriotismo necessários para fazer com que

Nos Ângulos do Continente,
O Pavilhão tricolor,
Se divisasse sustentado,
Por Liberdade e valor,

merece o nosso amor e o nosso profundo respeito e veneração.

Mas a geração contemporânea, que orgulhosa de seus maiores, celebra nos dias que correm o Centenário da epopéia farroupilha, essa também é digna continuadora dos homens da Revolução, ao mostrar ao Brasil a situação de progresso moral intelectual, artístico e industrial desta formosa terra do Rio Grande do Sul, onde vive, trabalha e prospera, satisfeito e feliz, o povo cioso das suas liberdades, e amante do bom nome e da grandeza do Brasil, unido e forte, no concerto das nações americanas.

A grande Exposição, inaugurada alí na Várzea, e nas imediações da Ponte da Azenha, cenário do primeiro embate dos Farroupilhas contra os defensores do Brasil, imperial, em 19 de setembro de 1835, mostrará a todo o Brasil isso que afirmamos, sem receio de contestação.

E o Congresso de História, agora instalado por iniciativa dêste Instituto, êsse convencerá mais uma vez o Brasil, da superioridade e da nobreza dos intuitos dos Farroupilhas, e do muito que êles fizeram no glorioso decênio pela grandeza do Rio Grande do Sul, e pela integridade e felicidade do nosso amado Brasil. Disse”.

Relação das teses apresentadas ao Congresso

Serenadas as palmas que cobriram as últimas palavras do dr. Leonardo Macedônia, o dr. Eduardo Duarte leu a relação das teses que foram apresentadas ao Congresso, que são as seguintes com os seus respectivos autores e relatores:

SECÇÃO I

1) Manoel E. Fernandes Bastos — “A Fundação da Freguesia de N. S. da Conceição do Arroio”. Relator: Dr.

Manoel Duarte, Aurélio Pôrto e dr. Felix Contreiras Rodrigues.

2) J. C. Pinto Soares — “Memórias Históricas e Comentários”. Relator: M. Faria Correia, Dr. Fernando Osório e prof. A. Guerreiro Lima.

3) Manoel E. Fernandes Bastos — “A coberta da Alma”. Relator: dr. Adroaldo M. da Costa, dr. Eduardo Duarte e Tte De Paranhos Antunes.

4) Rezende e Silva — “Os Mineiros no Rio Grande do Sul”. Relator: Dr. Armando Dias de Azevedo, Valter Spalding e Gaston H. Mazon.

5) Dr. Fernando Osório — “A Religiosidade e o sacerdócio dos Farrapos”. Relator: Dr. Eduardo Duarte, Dr. Adroaldo M. da Costa e Prof. J. Tupí Caldas.

6) Dante de Laitano — “Introdução ao estudo do presídio das Tôrres e sua evolução histórica”. Relator: Dr. Fernando Osório, Clemenciano Barnasque e dr. Armando D. Azevedo.

7) Dr. Fernando Osório — “A ação e os propósitos orgânicos dos Farrapos”. Relator: Dr. Manoel Duarte, Dr. Adroaldo M. da Costa e Gaston Mazon.

8) Aurélio Pôrto — “Os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul”. Relator: Dr. Fernando Osório, Prof. Tupí Caldas e dr. Felix Contreiras Rodrigues.

9) Dr. Felix Contreiras Rodrigues — “Formação social e psicológica do gaúcho brasileiro”. Relator: Aurélio Pôrto, Tupí Caldas e Otelo Rosa.

10) Aurélio Pôrto — “Prehistória do Rio Grande do Sul”. Relator: Dr. Francisco R. Simch, Prof. Tupí Caldas e cel. Gaston H. Mazon.

11) Dr. Mário T. de Carvalho — “O nascimento de Gaspar Silveira Martins”. Relator: dr. João Maia, Profs. Valter Spalding e Jorge Bahlis.

12) Dr. João Maia — “Formação do Rio Grande do Sul”. Relator: Manoelito de Ornelas, dr. Manoel Duarte e Prof. J. Tupí Caldas.

13) Aurélio Pôrto — “Rio Grande do Sul” — Donatá-

ria dos Asséas — (ensaios de povoamento do Sul). Relator: Dr. João Maia, Manoelito de Ornelas e Valter Spalding.

14) Aurélio Pôrto — “A expedição Jorge Soares de Macedo”. Relator: prof. Guerreiro Lima, dr. Adroaldo Mesquita da Costa e prof. Jorge Bahlis.

SECÇÃO II

1) Dr. Manoel Duarte — “A revolução farroupilha” — Causas sociais, políticas e econômicas. Relator: Dr. Felix Contreiras Rodrigues, Otelo Rosa e João Maia.

2) J. Egon d'Abreu Prates — “O trono da Grécia. A casa de Bragança, e a Revolução de 1835”. Relator: prof. A. Guerreiro Lima, dr. Francisco R. Simch e prof. Jorge Bahlis.

3) Dra. Henriqueta G. Galeno — “A Revolução Farroupilha” — Suas causas sociais, políticas e econômicas”. Relator: Desembargador Florêncio de Abreu, Drs. Manoel Duarte e Armando Dias de Azevedo.

4) 1.º Tenente De Paranhos Antunes — “Os partidos políticos até 1889”. Relator: Valter Spalding, Dr. Fernando Osório e Dr. Darcy Azambuja.

5) Dr. Fernando Osório — “O Farrapo Pedro Vieira” — “Perico el bailarín e seu americanismo”. Relator: Aurélio Pôrto, dr. Felix Contreiras e prof. G. Lima.

6) Setembrino E. Pereda — “Rasgos biográficos de Pedro José Vieira”. Relator: Aurélio Pôrto, dr. Eduardo Duarte e Tte. De Paranhos Antunes.

7) Castilhos Goycochêa — “A Revolução Farroupilha”. Causas sociais, políticas e econômicas. Relator: Manoelito de Ornelas, prof. A. Guerreiro Lima e dr. Adroaldo M. da Costa.

8) Dr. Leopoldo de Freitas — “Gaspar Silveira Martins”. Relator: De Paranhos Antunes, drs. Manoel Duarte e Felix C. Rodrigues.

SECÇÃO III

1) Osório Tuiuti de Oliveira Freitas — “A invasão de São Borja”. Relator: Tte. De Paranhos Antunes, profs. Tupí Caldas e Valter Spalding.

2) Dr. Fernando Osório — “A ação militar de João Manoel e plano republicano de 1836”. Relator: dr. Contreiras Rodrigues, Aurélio Pôrto e prof. Tupí Caldas.

3) Celso Schroeder — “Efemérides rio-grandenses 1835-1845”. Relator: prof. Valter Spalding, J. O. Pinto Soares e Clemenciano Barnasque.

SECÇÃO IV

1) Valter Spalding — “Comércio, indústria e agricultura”. Relator: Dr. Alcides Maia, cel. M. Faria Correa e Tte. De Paranhos Antunes.

2) Dr. Mário T. de Carvalho — “Memória relativa à criação dos correios na Província do Rio Grande do Sul”. Relator: Gaston H. Mazon, dr. João Maia e prof. Guerreiro Lima.

3) Desembargador Florêncio de Abreu — “Recursos financeiros da república de Piratini”. Relator: dr. Francisco R. Simch, dr. Eduardo Duarte e dr. Darcy Azambuja.

4) Cap. Gabriel Mena Barreto — “Aspectos econômicos do Rio Grande do Sul”, Relator: Gaston H. Mazon, Tte. De Paranhos Antunes e prof. Jorge Bahlis.

5) Dr. Felix C. Rodrigues — “O fenômeno econômico na Revolução Farroupilha”. Relator: Aurélio Pôrto, Valter Spalding e J. O. Pinto Soares.

SECÇÃO V

1) Alcindo Sodré — “Jobim, sua vida e seu tempo”. Relator: prof. A. Tupí Caldas, Tte. De Paranhos Antunes e Clemenciano Barnasque.

2) Firmiano Ramos Soares — “A educação primaria na República Farroupilha”. Relator: F. Contreiras Rodrigues. Vogais: De Paranhos Antunes e Eduardo Duarte.

Finda a leitura da relação das teses, o dr. Leonardo Ma-

cedônia usou da palavra declarando instalado o 1.º Congresso de História Sul-Rio-Grandense e, antes de dar por encerrada a sessão de instalação, agradeceu às pessoas presentes pelo comparecimento àquela solenidade.

As sessões plenárias para discussão dos pareceres, realizadas nos dias 7 e 8, compareceu um elevado número de membros do Instituto Histórico e Geográfico, além de inúmeros escritores patrícios, que ora se encontram na capital, onde vieram assistir às festividades comemorativas do Centenário Farroupilha.

Abertos os trabalhos, que foram secretariados pelos srs. dr. Eduardo Duarte e tenente Paranhos Antunes, procedeu-se à leitura da moção apresentada pelos srs. Valter Spalding, Aurélio Pôrto e Eduardo Duarte, a ser enviada ao "Jornal do Comércio", dirigido pelo ministro Felix Pacheco, de agradecimento pelos serviços prestados em relação à Epopéia dos Farrapos. Depois foi aprovada por proposta do sr. Aurélio Pôrto, uma moção à Associação Brasileira de Imprensa em sinal de agradecimento pelas edições comemorativas aos farrapos pelos jornais brasileiros. O sr. Manoelito D'Ornelas apresentou uma moção de aplauso á atuação que no Instituto e no Congresso vem tendo o dr. Eduardo Duarte, sendo unânimemente aprovada. E o dr. Dante de Laitano propôs uma moção ao sr. Aurélio Pôrto, pela sua dedicação aos trabalhos de história, sendo também aprovada unânimemente.

Relação das teses aprovadas

1 — "Primitivos habitantes do Rio Grande do Sul" de Aurélio Pôrto. Relator: Fernando Osório. Vogais: Felix Contreiras Rodrigues.

2 — "O fenômeno econômico na revolução dos farrapos" de Felix Contreiras Rodrigues. Relator: Aurélio Pôrto. Vogais: Valter Spalding e J. O. Pinto Soares.

3 — "Jobim, sua vida e seu tempo" de Alcindo Sodré. Relator: Tupí Caldas. Vogais: De Paranhos Antunes e Clemenciano Barnasque.

4 — "O farrapo Pedro Vieira e seu americanismo" de

Fernando Osório. Relator: Aurélio Pôrto. Vogais: Guerreiro Lima e Felix Contreiras Rodrigues.

5 — “Efemérides rio-grandenses de 1835-1845” de Celso Schroeder. Relator: Valter Spalding. Vogais: Pinto Soares e Clemenciano Barnasque.

6 — “Revolução farroupilha — cousas sociais, políticas e econômicas” de Castilhos Goycochêa. Relator: Manoelito D’Ornelas. Vogais: Guerreiro Lima e Adroaldo Mesquita.

7 — “Invasão de S. Borja” de Osório Tuiuti de Freitas. Relator: De Paranhos Antunes. Vogais: Valter Spalding e Tupi Caldas.

8 — “Memórias históricas e comentadas” de Pinto Soares. Relator: Faria Correa. Vogais: Fernando Osório e Guerreiro Lima.

9 — “Gaspar Silveira Martins” de Leopoldo de Freitas. Relator: De Paranhos Antunes. Vogais: Manoel Duarte e Felix Contreiras Rodrigues.

10 — “A Fundação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arrolo” de Manoel Bastos. Relator: Manoel Duarte. Vogais: Aurélio Pôrto e Felix Contreiras Rodrigues.

11 — “Formação do Rio Grande do Sul” de João Maia. Relator: Manoelito D’Ornelas. Vogais: Manoel Duarte e Tupi Caldas.

12 — “A ação militar de João Manoel e o plano republicano de 1836” de Fernando Osório. Relator: Felix Contreiras Rodrigues. Vogais: Aurélio Pôrto e Tupi Caldas.

13 — “Geografia de Tôrres” — Introdução ao estudo do Presídio das Tôrres e sua evolução histórica” de Dante de Laitano. Relator: Fernando Osório. Vogais: Clemenciano Barnasque e Armando Azevedo.

14 — “A coberta da alma” de Manoel Fernandes Bastos. Relator: Adroaldo Mesquita. Vogais: Eduardo Duarte e De Paranhos Antunes.

15 — “A religiosidade dos farrapos” de Fernando Osório. Relator: Eduardo Duarte. Vogais: Adroaldo Mesquita e Tupi Caldas.

16 — “A ação e propósito orgânicos dos farrapos” — Fernando Osório. Relator: Manoel Duarte. Vogais: Aroaldo Mesquita e Gaston H. Mazon.

17 — “Formação social e psicológica do gaúcho brasileiro” — Felix Contreiras Rodrigues. Relator: Aurélio Pôrto. Vogais: Tupí Caldas e Othelo Rosa.

18 — “Prehistória do Rio Grande do Sul” de Aurélio Pôrto. Relator: Francisco Simch. Vogais: Tupí Caldas e Gaston Mazon.

19 — “Nascimento de Gaspar Silveira Martins”, de Mário Carvalho. Relator: João Mala. Vogais: Valter Spalding e Jorge Bahlis.

20 — “A Revolução farroupilha — causas sociais, políticas e econômicas” de Manoel Duarte. Relator: Alcides Maia. Vogais: De Paranhos Antunes e Faria Correa.

21 — “O trono da Grécia, casa de Bragança e a Revolução de 1835” de J. Egon de Abreu Prates. Relator: Guerreiro Lima. Vogais: Francisco Simch e Jorge Bahlis.

22 — “A revolução farroupilha — suas causas sociais, políticas e econômicas” — Henriqueta Galeno.

Relator: Florêncio de Abreu. Vogais: Manoel Duarte e Armando Azevedo.

23 — “Os partidos políticos até 1889” de De Paranhos Antunes. Relator: Valter Spalding. Vogais: Manoel Faria Corrêa e De Paranhos Antunes.

24 — “Comércio, Indústrias e Agricultura” de Valter Spalding. Relator: Alcides Maia. Vogais: De Paranhos Antunes e Faria Correa.

25 — “Memórias relativas à criação dos correios na Província do Rio Grande do Sul” de Mário Carvalho. Relator: Gaston Mazon. Vogais: Guerreiro Lima e João Maia.

26 — “Recursos financeiros da República de Piratini” de Florêncio de Abreu. Relator: Francisco Simch. Vogais: Darcí Azambuja e Eduardo Duarte.

27 — “Aspectos econômicos do Rio Grande do Sul” de

Gabriel Mena Barreto. Relator: Gaston Mazon. Vogais: Jorge Bahlis.

28 — “Os mineiros no Rio Grande do Sul” de Rezende e Silva. Relator: Felix Contreiras Rodrigues. Vogais: Othelo Rosa e João Maia.

29 — “A educação primária na revolução farroupilha” de Firmiano Ramos Soares. Relator: Felix Contreiras Rodrigues. Vogais: De Paranhos Antunes e Eduardo Duarte.

30 — “A Expedição de Jorge Soares de Macedo” de Aurélio Pôrto. Relator: Guerreiro Lima. Vogais: Adroaldo Mesquita e Jorge Bahlis.

31 — “R. G. do Sul, Donataria dos Assecas” de Aurélio Pôrto. Relator: João Maia. Vogais: Manoelito D'Ornelas e Valter Spalding.

Discussão da tese de Setembrino Pereda

A tese do escritor uruguaio Setembrino Pereda, sobre Pedro Vieira, foi rejeitada pelo congresso, em última discussão, com o fundamento de não ser a mesma escrita em língua nacional como era exigido.

Teses louvadas

Os trabalhos de Dante de Laitano: “Introdução ao estudo do Presídio das Tórres e sua evolução histórica”; de Manoel Fernandes Bastos: “Fundação da Freguesia N. S. da Conceição do Arroio” e de Celso Schroeder: “Efemérides rio-grandenses de 1835-1845” mereceram votos de louvores das respectivas comissões relatorias, votos que foram aprovados pelos congressistas em sessões plenárias. Também foram louvados os trabalhos de Florêncio de Abreu: “Os recursos financeiros de Piratini” e de Fernando Osório: “Ação e propósitos orgânicos dos farrapos”.

O Encerramento

No dia 9, ás 21 horas foi aberta a sessão pelo sr. Leonardo de Macedônia, o qual convidou para tomarem lugar à mesa os srs. Otelo Rosa, representante do Governador do Estado e dr. Cicero Peregrino ex-reitor da Universidade do Rio de Janeiro e vice-presidente do Instituto Histórico Brasileiro.

Compareceram à sessão altas autoridades civís, militares e eclesiásticas, inúmeros membros do Instituto Histórico, a embaixada acadêmica paraense e uma comissão de oficiais do Tiro 4.

A sessão foi secretariada pelo dr. Eduardo Duarte e sub-secretariada pelo tenente De Paranhos Antunes e dr. Tupí Caldas.

Pelo sr. secretário foi lida a indicação do dr. Manoel Duarte para que se consultasse a casa afim de ser concedido voto de louvor ao coronel Souza Doca.

Posta em votação, foi aprovada.

O dr. Tupí Caldas, falando em nome dos congressistas, apresentou uma moção, para que fôsse concedido voto de louvor ao presidente do Congresso. Longa salva de palmas aplaudiu as palavras daquele congressista.

O dr. Leonardo Macedônia agradeceu a homenagem que lhe foi prestada.

O dr. Felix Contreiras Rodrigues pediu que fôsse prestada uma homenagem aos "Caramurús" que embora tivessem se batido por idéias opostas às dos Farroupilhas, demonstraram grande bravura e nobreza de caráter durante o decênio Farroupilha.

Aprovada por unanimidade a moção apresentada por aquele congressista, o sr. Castilhos Goycochêa apresentou também uma moção, pedindo não fôsse esquecida a figura empolgante do Duque de Caxias. Aprovada sob aplausos gerais do congresso, o sr. presidente faz rápidas referências à

pessoa inconfundível do “Pacificador”, pedindo aos congressistas que se levantassem, numa homenagem sincera ao Duque de Caxias.

A seguir é procedida a leitura do

Relatório do primeiro Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul

Exmo. Sr. Dr. Leonardo Macedônia, M. D. Presidente efetivo do Congresso.

Como primeira reunião de estudiosos das coisas históricas e geográficas da terra amada, o primeiro congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul excedeu às expectativas razoáveis, pois demonstrou a existência de cultores do nosso passado e de estudiosos dos problemas gerais da nossa economia e finanças.

O trabalho foi intenso e sempre realizado com vontade de acertar; nestes nove dias — desde 30 de setembro a 9 de outubro — foram realizadas trinta e seis sessões, em que os senhores congressistas estudaram e discutiram as teses e memórias apresentadas. Assim, no dia 30 de setembro, foi realizada a última “sessão preparatória”, com o objetivo da organização da “lista dos senhores congressistas”, e verificação da presença dos mesmos”, bem como da relação das teses e memórias apresentadas e distribuição pelas comissões de pareceres (art. 7.º do Regimento do Congresso).

No dia 1.º de outubro, no salão nobre da Biblioteca Pública, teve lugar a solene sessão de instalação do Congresso, sendo a solenidade assistida pelas altas autoridades federais, estaduais, municipais, eclesiásticas, bem como por regular número de intelectuais e exmas. famílias.

Às 21 horas, o presidente efetivo, exmo. sr. professor dr. Leonardo Macedônia, deu por aberta a sessão convidando o senhor general Parga Rodrigues, comandante da 3.ª Região Militar e 3.ª Divisão do Exército, o professor Otelo Rosa, secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pú-

blica, o professor dr. Adroaldo Mesquita da Costa, deputado estadual e orador do Instituto, para fazerem parte da mesa.

O exmo. sr. prof. Othelo Rosa, representava também o exmo. sr. General José Antônio Flores da Cunha, governador do Estado. Logo a seguir o professor dr. Eduardo Duarte, secretário perpétuo do Instituto, procedeu à leitura do expediente, que constou de vasta correspondência das várias entidades congêneres, no país, aderindo ao Primeiro Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul.

Falou, após o prof. dr. Leonardo Macedônia, presidente do Congresso, para dizer o discurso oficial de abertura, afirmando que o “Primeiro Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul, instalado por iniciativa do Instituto, convencerá mais uma vez o Brasil, da superioridade e da nobreza dos intuits dos Farroupilhas, e do muito que êles fizeram no glorioso decênio pela grandeza do Rio Grande do Sul, e pela integridade e felicidade do nosso amado Brasil”.

Pelo exmo. sr. secretário perpétuo foi, então, após serenadas as palmas que cobriram as últimas palavras do exmo. sr. presidente, lida a relação das teses apresentadas ao Congresso, sendo as mesmas entregues aos respectivos relatores (art. 7.º do Regimento do Congresso).

Nos dias 2, 3, 4 e 5 de outubro foram realizadas 32 sessões das diversas comissões de pareceres, sendo estudadas e discutidas as teses e memórias apresentadas e redigidos os respectivos pareceres. Essas sessões tiveram lugar na sede do Instituto, no Museu Júlio de Castilhos, e foram realizadas com horário das 8 às 12 horas, e das 14 às 18 horas.

Nos dias 7 e 8, no salão nobre da Biblioteca Pública, realizaram-se as “sessões plenárias de discussões dos pareceres”, sobre as 32 teses apresentadas, despertando o mais vivo interêsse entre todos os congressistas presentes. Nas sessões plenárias, durante a hora do expediente, foram apresentadas as seguintes moções:

a) moção de agradecimento ao “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, pelo muito que tem feito com a divulga-

ção, nas suas colunas, dos trabalhos sobre a epopéia farroupilha, assinada pelos congressistas Valter Spalding, Aurélio Pôrto e Eduardo Duarte;

b) moção de agradecimento à imprensa brasileira, representada na Associação Brasileira de Imprensa, em agradecimento às edições comemorativas do Centenário da Grande Revolução Sul-Rio-grandense, assinada pelo congressista Aurélio Pôrto;

c) moção de aplauso ao secretário-perpétuo, dr. Eduardo Duarte, pela orientação dada aos trabalhos da secretaria do Congresso e pela constante e eficaz ação coordenadora no ambiente social dos estudiosos da história pátria, assinada pelos congressistas Manoelito D'Ornelas;

d) moção de aplausos ao sr. Aurélio Pôrto, pelo muito que realizou nas investigações, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e pelos magníficos trabalhos apresentados, assinada pelo congressista dr. Dante de Laitano.

Todas as moções apresentadas, foram aprovadas com aplausos unânimes dos srs. Congressistas.

A relação das teses, acompanhadas dos respectivos pareceres, aprovados nas sessões plenárias de 7 e 8 do corrente, consta das atas do Congresso, lançadas no livro de Atas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, bem como foi publicada na imprensa diária da cidade de Pôrto Alegre, em outros periódicos do país e do exterior.

Na sessão plenária do dia 9 de outubro, foram lidos os pareceres sobre as teses seguintes: "Formação social e psicológica do gaúcho brasileiro" de autoria do dr. Felix Contreiras Rodrigues; "A Revolução Farroupilha, suas causas sociais, políticas e economicas", de autoria do dr. Manoel Duarte, e "A Memória apresentada ao Congresso" pela exma. senhora dra. Henriqueta G. Galeno sobre a "História da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul".

As sessões das diversas comissões tiveram caráter reservado (art. 9 do Regimento do Congresso) e as diversas sessões plenárias foram públicas e assistidas pelas pessoas interessadas no estudo de assuntos nelas tratados. E' justo que,

no instante do encerramento dêste congresso, na hora da partida de cada um para sua mesa de trabalho, modesta ou opulenta, proxima ou longínqua, juntos ainda, voltemos os olhos para o caminho palmilhado e exultemos sem vaidades pelo que de útil resultou dêsse congresso, como trabalho sincero e bom tributo às tradições gloriosas do Rio Grande do Sul e da nação brasileira". (assinado) J. Tupí Caldas, sub-secretário.

O brilhante discurso do dr. Leonardo Macedônia

O presidente do congresso pronunciou a seguinte oração de encerramento:

"Minhas senhoras — Meus senhores.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul encerra hoje o 1.º Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense, reunido em 1.º de outubro de 1935, para comemorar o 1.º Centenário da Revolução Farroupilha.

Em boa hora foi deliberada por êste sodalício a reunião dêste Congresso.

Os membros do Instituto tiveram ensêjo de contribuir com o fruto de vigílias estudiosas, para o maior brilho das comemorações realizadas no Rio Grande do Sul, em louvor da obra dos nossos antepassados, que fizeram a Revolução Farroupilha.

E os estudiosos da História Sul-Rio-Grandense, também tiveram oportunidade de intervir na comemoração, com os belos trabalhos de elucidação histórica, que tanto lustre trouxeram às reuniões plenárias do Congresso que hoje vamos encerrar.

Uns e outros apresentaram ao Congresso Teses e Memórias sôbre os temas indicados nas cinco secções em que foi distribuido o programa elaborado pela comissão especial constituída pelos nossos eminentes confrades, os srs. João Maia, Othelo Rosa e Darcí Azambuja.

Das 32 Teses e Memórias estudadas pelas Comissões especiais, tem notável relêvo as que dizem respeito à Formação do Rio Grande do Sul, no tríplice aspecto; geográ-

fico, étnico e social, sendo dignas de merecido louvor os magistrals trabalhos assinados pelos srs. Aurélio Pôrto, João Maia e Felix Rodrigues, sôbre a Formação do Rio Grande do Sul, sôbre os Primitivos habitantes do Rio Grande do Sul, e sôbre a Formação social e psicológica do Gaúcho brasileiro.

Assim, estamos todos de parabens, nós os do Instituto, com o êxito muitíssimo brilhante do Congresso aquí realizado.

Isso constitue para nós, um prêmio muito justo, e um galardão muito apreciável dos esforços despendidos com a convocação, a organização, a propaganda e a reunião do magnífico Congresso, cujos resultados nos enchem de legítima satisfação.

Meus senhores.

A comemoração do 1.º Centenário da Revolução Farrroupilha, promovida nesta capital pelo honrado Governo do Estado, foi magnífica e honrou sobremodo a memória dos rio-grandenses que de 1835 a 1845 deram suas vidas e verteram seu sangue em defesa da Liberdade e dos Direitos do Rio Grande do Sul, e em favor da implantação de um melhor regime político para todo o Brasil.

Essa comemoração estendeu-se por todos os ângulos do Continente de São Pedro.

Triunfo, o berço do imortal Bento Gonçalves, erigiu em sua praça principal um expressivo monumento em honra do valoroso Presidente da República de Piratini.

Livramento, em cujo território está situada a estância de São Gregório, onde viveu, os derradeiros anos de sua existência, onde passou à vida subjetiva, e onde descansou no seio amoroso da terra patrícia o bravo David Canabarro, general da República Rio-Grandense, exumou os despojos mortais do denodado campeão da Liberdade, e fê-los recolher à base do monumento inaugurado em 20 de setembro último, na praça mais importante da cidade, para assim celebrar a glória dos imortais Farrroupilhas.

Caxias, a pérola das colônias; Pelotas, a Princesa do Sul; Rio Pardo, berço de Andrade Neves e de Araújo Pôrto Alegre; Cachoeira, onde viveu e trágicamente se extinguiu

o valoroso diplomata da República, Antônio Vicente da Fountoura; Caçapava, uma das capitais da República de Piratini; celebraram o glorioso Centenário, inaugurando monumentos destinados a recordar a glória, os serviços e a benemerência dos bravos e destemerosos Farroupilhas.

Pôrto Alegre, a nossa linda e progressista cidade, teve a fortuna de deslumbrar o Rio Grande, o Brasil e os nossos estimáveis visinhos das Repúblicas do Prata, com essa admirável Exposição Farroupilha, instalada na Várzea, maravilhosa parada do nosso trabalho e progresso, em todos os departamentos de atividade, nas Indústrias, nas Artes, nas Letras e na Ciência.

A inesquecível demonstração de progresso rio-grandense proporcionada por essa Exposição teve a secundá-la a prova de cultura intelectual, magnífica, da imprensa do nosso Estado, nas edições comemorativas do Centenário, todas elas atestando o valor e a pujança do jornalismo em terra do Rio Grande do Sul.

Os estabelecimentos de Ensino Superior, que tanto honram a nossa terra, também contribuíram nessa afirmação do desenvolvimento intelectual, conferindo grau aos alunos que êste ano concluíram seus estudos acadêmicos.

Antes dessa solenidade, verificada no curso de setembro, a Federação Acadêmica promoveu, em agôsto, uma linda série de belas conferências sôbre o movimento Farroupilha, que foi apreciado em seus múltiplos aspectos pelos melhores e mais notáveis cultores da História da grande epopéia de 1835 a 1845.

O brilhante sodalício que é a Academia Rio-Grandense de Letras, deu magnífica contribuição para a celebração da glória dos Farrapos, em sessões memoráveis, que causaram o enlêvo dos que tiveram a fortuna de assistí-las.

A nobre Assembléia Legislativa do Estado realizou sessão solene, em louvor da obra revolucionária de 1835 a 1845, e dois dignos deputados exaltaram a obra magnífica, apontando ao reconhecimento da geração hodierna os vultos imor-

tais dos denodados varões, que conceberam e executaram o plano gerador da República de Piratini.

As ilustradas corporações científicas, Sociedade de Medicina e Sociedade de Engenharia intervieram na comemoração, com as belas sessões em que os seus oradores apreciaram a obra dos bravos Farroupilhas.

E o Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, notável corporação que reúne em seu grêmio os estudiosos do Direito, tomou parte saliente nas cerimônias de setembro, com a bela sessão solene em que os seus oradores louvaram e exaltaram a obra dos nossos maiores, atores do drama revolucionário que immortalizou os nomes de Bento Gonçalves, de Neto e de Canabarro, e exalçou a bravura indômita do Gaúcho, que para êle contribuiu com o espírito de sacrifício e de renúncia, por amor do pago e da Liberdade.

Toda essa obra, maravilhosa e bela, da cultura intelectual rio-grandense teve o remate, necessário e decisivo, neste Congresso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Associação que reúne e congrega homens amantes da sua terra, estudiosos da sua história, empenhados em investigar e pôr em relêvo os episódios gloriosos dessa história, o Instituto tinha o dever, de promover a reunião de um Congresso, capaz de atestar o valor intelectual dos homens do Rio Grande, no trato dos assuntos que fazem objeto do seu programa de estudos, e que fôsse um monumento erguido à glória dos Farroupilhas.

Compenetrado da importância e das vantagens de tal cometimento, o Instituto não vacilou um instante sequer. Organizou o programa do Congresso, fixou-lhe o regulamento, e fez a propaganda da memorável assembléia, logo recebida com simpatia, pelos estudiosos da História sul-rio-grandense, dentro e fora do nosso Estado.

E tivemos, nós os do Instituto, a grande honra e satisfação de realizar as sessões solenes, de instalação, e a de hoje, de encerramento do Congresso, após as sessões plenárias, em que tivemos o prazer de assistir um torneio inte-

lectual em que tomaram parte os mais festejados homens de letras, com assento no Congresso.

Essa foi, meus senhores, a contribuição do Instituto para a majestosa comemoração do Centenário Farroupilha, e ela ficará perpetuada, em breve prazo, e para glória da nossa geração, nos anais destinados a levar ao conhecimento de todo o Brasil a obra realizada por este Congresso.

Meus senhores.

O Império Romano do Ocidente foi uma formidável construção política, de grandiosas proporções, sobre uma vasta face do planeta. Roma foi, então o centro do Império e cabeça do Universo.

Também a França, que teve a obra da Grande Revolução, a imprimir uma nova feição a todo o Mundo, com a declaração dos direitos do homem; a França, que conheceu o Diretório, o Consulado e o Império, teve as suas fronteiras dilatadas, mercê do gênio de Bonaparte, que passeou por todos os ângulos da Europa as suas Águias vitoriosas.

Pois bem. O Império Romano do Ocidente ruiu por terra, fragorosamente, e extinguiu-se, para ser hoje unicamente uma reminiscência histórica, de uma época gloriosa, em que a cidade eterna, Roma, foi o centro e a cabeça do Universo.

Também a maravilhosa construção política, ideada e realizada pelo gênio do grande Corso, esboroou-se, e acabou em 1815, com o desastre de Waterloo.

Sobrevivem entretanto, e até hoje deslumbram toda a Humanidade, as obras da inteligência, muito mais notáveis que as conquistas militares de Roma e de França, muito superiores a todos os produtos do engenho humano, destinados a uma vida de duração precária.

Sobrevivem, são lidos, louvados e estimados, os dois livros que recordam toda essa passada grandeza, de Roma, e da França dirigida pelo grande Bonaparte: O Corpus Juris Civilis, monumento imperecível do gênio dos jurisconsultos romanos, e o Código Civil Francês, que o próprio Bonaparte

dizia ser a obra que lhe perpetuaria o nome, e que de fato foi chamado o Código Napoleônico.

Sinceramente, e sem falsa vaidade, sinto que o mesmo vai suceder com êste Congresso.

A comemoração Farroupilha, ora realizada em Pôrto Alegre, será encerrada em breve prazo. As brilhantíssimas iluminações, que dão ao recinto da Exposição um aspecto grandioso, as festas venezianas, os bailes de gala, os banquetes, as recepções, e todas as festas que estão a encantar a nossa sociedade, serão em breve prazo uma agradável recordação de noites e de dias plenos de alegria e de deslumbramento.

Mas as sessões dêste Congresso, atestado certo e positivo da vida e do trabalho intelectual da geração hodierna, perpetuadas com as teses e memórias nas páginas dos Anais, constituirão, sem a menor dúvida, um monumento digno da glória farroupilha que aquí estamos a comemorar.

Assim, podemos dizer, com legítima ufanía, que a obra dêste Congresso será de duração perene, e não será jamais esquecida.

Podemos repetir com o poeta o verso famoso:

“Exegi monumentum aere perennius”.

Meus senhores.

E’ tempo de concluir:

Todos de pé, com a maior veneração pelos nossos antepassados, os heróicos farroupilhas; com o mais enternecido reconhecimento pela obra por êles realizada; mas também, com a maior admiração e entusiasmo pela nossa gente, que agora em 1935 tão dignamente comemora a grande Revolução, e trabalha, e progride, dentro do Brasil, íntegro; nobre e fecundo, em demanda de seus portentosos destinos; brademos com a fé e com o ardor das grandes convicções:

“Glória aos heróicos farroupilhas.

Viva o Rio Grande do Sul, a nosso terra bem amada.

Viva o Brasil, a nossa grande pátria muito amada.

Disse.

Entusiasticos aplausos acolheram as últimas palavras do dr. Leonardo Macedônia.

Após, o sr. presidente deu a palavra a quem dela quisesse fazer uso.

Falam vários oradores

Tomou a palavra o dr. Eduardo Duarte, que pede conste em ata os aplausos do Congresso aos sub-secretários que o auxiliaram nos trabalhos do Congresso, agradecendo a moção de louvor que foi dirigida.

Saúda o dr. Cícero Peregrino, dizendo da honra que sentia o Congresso com sua presença. Dirige também uma saudação aos academicos paraenses.

O dr. Cícero Pelegrino em rápidas palavras-agradeceu a saudação que lhe foi dirigida, saudando o Congresso em nome do Instituto Histórico Brasileiro e felicita-o pelo êxito alcançado.

A seguir falou o acadêmico Herminio Pessoa que em nome da embaixada paraense, agradeceu o convite do Congresso e a gentil acolhida que lhes foi dispensada.

Numa linguagem cheia de poesia própria dos nortistas, fala do Pará.

Depois faz elogios aos gaúchos, citando Plácido de Castro, o gaúcho que defendeu o Norte.

Longos aplausos acolheram as últimas palavras do orador.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão.

Farroupilha

Aurélio Pôrto

O termo **Farroupilha**, cuja etimologia era ainda pouco conhecida, suscitou, entre os nossos intelectuais, larga controvérsia. E como parecia, no caso riograndense, proceder de **Farrapo**, designação pejorativa dos revolucionários de 35, alvitrou ilustre membro do **Instituto Histórico**, do Rio Grande do Sul, fôsse êsse étimo grafado com a forma **Far-rapilha**, que mais se aproximaria de suas origens etimológicas. Aliás, anteriormente, outro membro do **Instituto**, o sr. Mansueto Bernardi, em sua conferência — **Bandeira Nacional e Bandeiras Estaduais** — Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul, III, 1923) já adotara a mesma grafia que deu origem à enquete sugerida pelo dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

No intuito de fixar definitivamente a verdadeira grafia dessa consagrada designação com que entraram na História os republicanos de 1835, procurámos, mercê de afanosas pesquisas, determinar as suas exatas origens históricas, sendo, êste trabalho, o resultado a que chegámos, e pelo qual se evidencia que a palavra em questão deverá ser grafada pela forma **Farroupilha** e nunca **Farrapilha**.

ORIGEM PROVÁVEL DO ÉTIMO

A palavra **Farroupilha**, designando pessoa esfarrapada tem foros de grande antiguidade na língua. Antigos Dicionários a consignam, como veremos e, segundo Constâncio,

é formada de **farrapo** e do desusado **ilha**. Mas, cabe a Antônio Moraes e Silva a prioridade do registo, na 1.^a edição de seu Dicionário impresso em Lisboa em 1789, e que não é mais do que uma nova edição do de d. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado pelo nosso primeiro lexicógrafo. Daí em diante aparece em quasi todos os dicionários da língua, como substantivo masculino. Mas Domingos Vieira, na edição de 1873, já o dá como “s. de 2 gên.”.

Com a acepção de **faccioso**, **revoltoso** parece ser um brasileiro. Existe no Arquivo Nacional um documento de princípios do século XVIII, cuja indicação, infelizmente, perdemos e em que um capitão-mor, das proximidades do Rio de Janeiro, comunica às autoridades que um **partido de farroupilhas**, ou grupo, se dirigia à capital, afim de fazer um protesto contra determinada imposição da edilidade.

Entretanto não é de desprezar uma interessante analogia histórica que pôde ser, também, a origem do termo, nesse sentido. Havia, no Algarve, uma aldeia, freguesia e conselho, três quilômetros a O. de Faro, próximo a Barreta, denominada Pedregosa ou **Farrovilhas** (**Farroupilhas?**) Celebrizou-se essa aldeia pelo desembarque que aí fez de três mil ingleses, na noite de 24 para 25 de junho, ou julho, de 1596, o duque d'Essex, irmão da rainha de Inglaterra. À frente desse exército o duque rumou para Faro, que foi depredada e incendiada, nessa ocasião, pelos soldados ingleses de seu comando. ⁽¹⁾ Não provirá daí a designação de **Farroupilha**, com o sentido de malfeitores, depredadores, facciosos, etc. que se encontra depois, mais tarde, no Brasil, como lembrança “dos incendiários de **Farrovilhas**, ingleses de **Farrovilhas**, os de **Farrovilhas**, **Farrovilhas?**” Pelas circunstâncias que a reveste e que deveriam ficar gravadas na imaginação do povo, merece registo a analogia.

Teschauer, restringindo a sua significação ao caso riograndense, consigna em seu “Novo Dicionário Nacional”: “**Farroupilha**, adj. diminutivo de **farrapo** — glorioso título dos republicanos riograndenses”. Não é, como veremos, um “ad-

(1) Pinho Leal — Portugal antigo e moderno — Verb. F.

jetivo diminutivo” de farrapo e, sim, como registam os vocabulários da língua um “substantivo comum”. E, no caso do Rio Grande, será interessante constatar que **Farrapo** é designação posterior à **Farroupilha** e, por consequência, um apelativo por analogia. Designando partidistas, ou membros de uma agremiação política, é sempre usado como substantivo. E’ o caso dos dois pequenos jornais, publicados em 1831, no Rio de Janeiro: — “Jurujuba dos Farroupilhas” e “Matraca dos Farroupilhas”. E veremos mais adiante que não só no Rio, como no Rio Grande, **Farroupilha** toma acepção ainda mais restrita e se torna, enfim, sinônimo de **Federalista**. ⁽²⁾

(2) O brilhante historiador dr. Barbosa Lima Sobrinho, dando-nos a honra de apreciar as nossas considerações faz sobre elas observações muito judiciosas e interessantes que aceitamos, incorporando-as a este trabalho para melhor elucidação do assunto: E’ a seguinte a nota do dr. Barbosa Lima Sobrinho publicada no “Jornal do Brasil” de 29 de setembro de 1935:

“De início devemos considerar, como ponto pacífico, que a denominação **farroupilhas** correspondia ao partido exaltado. E’ o que se lê nos autores da época, uma vez que tanto se distanciava o farroupilha das outras agremiações, como o **caramurú**, ou **retrógrado**, e o **moderado**. Pereira da Silva nos informa que o periódico “Jurujuba dos Farroupilhas” era órgão dos exaltados. O sr. Assis Brasil recorda que os retrógrados denominavam aos exaltados — **farroupilhas**, **farrapos**, **anarquistas**, **pés de cabra**.

Estabelecida essa identidade, que todos os fatos corroboram, a questão se reduziria a indagar se o partido exaltado era todo ele federalista. Havia, é certo, na agremiação radical, uma grande corrente federalista. Mas também havia federalistas e não poucos, no acampamento moderado, pois que a diferença entre os partidos, segundo os autores do tempo, resultava menos do teor das reivindicações que da maneira de procurar efetivá-las. O que é certo é que ao exaltado se incorporavam tendências, que deixavam em segundo plano o federalismo, como os republicanos, por exemplo. Não devemos esquecer os jacobinos, preocupados quasi exclusivamente com o desejo de vinganças contra os portugueses, demissão, ou deportação dos adotivos, quando não o saque, ou os atentados pessoais. Houve até, como se lê em Justiniano da Rocha, quem lembrasse o “milagre de enriquecer a todos os pobres pela divisão das propriedades”.

O exaltado era tudo isso, e não apenas a reivindicação federalista, e a todas essas correntes se applicava a denominação **farron-pilha**. Não seria de estranhar que o título viesse justamente desses grupos radicais, inflamados pelo animadversão aos portugueses.

O termo não era novo. Já o sr. Aurélio Porto nos mostrava que vinha no Moraes, com o sentido de “pessoa esfarrapada”. E

FARROUPILHAS NACIONAIS

A Confederação do Equador, em que ecoavam ainda os gritos de liberdade dos pernambucanos de 1817, deixara profundas raízes, que iam solapando os alicerces monarquicos. No Rio de Janeiro, onde agira o padre José Antônio de Caldas, singular figura de agitador e de revolucionário, como agente de ligação dos ideais federalistas de 24, fizera largo proselitismo o heróico protesto pernambucano.

E' quando surge na capital do país essa ala "exaltada" do liberalismo nacional, que se intitula **Farroupilha**, e que promove os distúrbios de março, precursores do 7 de abril de 1831. Dela fazem parte os maiores agitadores do momento,

não foi privativo do Rio Grande do Sul, como designação do partido exaltado. Ao contrário, tudo indica — e Silva Pontes já o havia ensinado — que fôra do Rio de Janeiro para Pôrto Alegre, através da palavra de alguns próceres dos exaltados da Capital do Império.

As revoltas dessa época objetivavam portugueses abastados e vinham, comumente, de classes ou elementos de recursos limitados. Daí o emprêgo de vocábulos depreciativos, visando destacar a pobreza dos revoltados, a exemplo do que ocorrera em Pernambuco, no começo do século XVIII, quando se deportaram os **mascates** e os **pés rapados**. Mesmo nos documentos em que se apoia o sr. Aurélio Pôrto, encontramos a confirmação de que se procurava descrever o partido farroupilha como um partido de classes menos abastadas. "O Partido intitulado Farroupilha — dizia o Presidente Fernandes Braga — é um agregado de ambiciosos, e gente de ínfima classe". O "Jurujuba dos Farroupilhas", no Rio de Janeiro, declarava que a revolução de 7 de abril havia sido feita pelo "povo, que não era então composto, pela mor parte, sinão de **Farroupilhas**, que se não vendem, como os **capitalistas** de Chichelo". O Visconde de São Leopoldo e Araripe confirmariam que os elementos mais abastados formavam o grosso do partido retrogrado.

As denominações partidárias obedeciam a intuitos pejorativos, nem seria possível entender os exaltados como agremiação exclusivamente composta de farroupilhas. A ala mais radical poderia merecer êsse rótulo, que se estendia depois a todo o partido, com o intuito evidente de menoscabo. Nem por isso seria menos verdadeiro que dos exaltados para os retrógrados havia diferenças sensíveis de categoria social, quanto aos índices de riqueza e considerados os grupos em conjunto, sem prejuízo de exceções, que outros fatores poderiam determinar.

Em suma, o sr. Aurélio Pôrto attribue ao vocábulo **farroupilha** um teor nitidamente político. Eu prefiro, dentro, aliás, do sentido comum da palavra, o teor social, como revelação da crise profunda a que se incorporou".

contando-se entre elles o próprio padre Feijó que, feito o 7 de abril, deserta das fileiras ultra-liberais e federalistas para se tornar "moderado"; Miguel de Frias e Vasconcelos, que mais tarde promove a rebelião de 1832; Reis Alpoim, que, deportado para o Rio Grande, como veremos, arvora ali, em 32, o estandarte da grei nacional dos Farroupilhas; João Batista de Queiroz, o paulista valente e tenaz, jornalista de ação, que enfrenta Evaristo, exalta Pais de Andrade, e eleva às alturas de mártir nacional, essa figura altamente sugestiva de Cipriano Barata.

O ideal dêsse partido político que promoveu a queda do primeiro império é o regime federativo sob forma republicana. Realizada a aspiração popular com o 7 de abril, surgem na arena da imprensa da capital vários pequenos jornais que são porta-vozes dessas idéias. Três, principalmente, advogam êsses princípios, preconizando a organização da malograda Confederação do Equador. São elles o "Clarim da Liberdade", "O Jurujuba dos Farroupilhas" e "A Matraca dos Farroupilhas". "O Clarim" é francamente federalista e seus artigos, de uma veemência extraordinária, atacam os farroupilhas traidores, que, chegando ao govêrno, esquecem os princípios pelos quais se bateu o povo nessa memorável cruzada que derribou o primeiro império, e proclama "que os farroupilhas eram os moços que nas noites de março se bateram pela Liberdade".

Não menos interessante é o "Jurujuba dos Farroupilhas" que appareceu a 7 de setembro de 1831. Seu redator, pelo que se depreende da leitura do periódico, foi o próprio João Batista de Queiroz, que teve papel predominante desde a proclamação da Independência e que rejeitou cargos de alta relevância para continuar a ser o defensor do federalismo, e dos ideais que consubstanciaram a rebelião pernambucana de 24. Êsse pequeno jornal se publicava na Tip. de Tôrres, e existe na Biblioteca Nacional uma coleção desde o n.º 2 ao n.º 14. (I-3, 13). Trazia no cabeçalho o seguinte dístico: — "Nem todos os que são de Israel, são israelistas. — S. Paulo aos Romanos, C. 9. v. 16". A linguagem dêsse valente propugna-

dor do liberalismo exaltado, é violenta e vibrante. Ataca os atos do governo, as perseguições que se fazem contra os farroupilhas, e exalta o patriotismo de Pais de Andrade, o chefe da Confederação do Equador, e de Cipriano Barata, o mártir das liberdades brasileiras. Ilustrativos alguns períodos, destacados ao acaso, de seus numeros: “Este Farroupilha que tens diante de ti, “Hipócrita de Mata Porcos”, tem dado na pista dos velhacos, e já descobriu remédio para tudo, sem bixas, nem de Rei, nem tônicos de ferro do padre Feijó, e petas de Januário e Evaristo”. E em outro: “Os Farroupilhas patriotas não teem guerra com portuguez, nem com inglês, e francês, e não querem Republicano Despotismo Militar, como o de nossos vizinhos “era há um ano”, desde muitos anos. Queremos seguir o exemplo de Washington, e Franklin, servites, servandis”. Havia um intenso brasileiro em todas as suas manifestações: “O Brasil mesmo, a despeito dos vendidos, ainda será dos Americanos Brasileiros livres”. E’ a mesma frase que mais tarde encontraremos na boca dos próceres da Revolução de 35. Diz adiante que a revolução havia sido feita pelo Povo “que não era então composto pela mor parte senão de Farroupilhas”, que se não vendem, como os capitalistas de Chichelo, vendidos à Santa Aliança, para atraíçoarem o Povo Brasileiro e suas Liberdades”.

“A Matraca dos Farroupilhas”, contemporânea do “Jurujuba”, pois veio à luz em 27-IX-1831, publicou-se até o número 5 na Tipografia de Tôrres, e do 6 ao 13, de que consta a coleção da Biblioteca Nacional, (1-3, 13) na Tip. de T. B. Hunt & Cia. Trazia no cabeçalho o seguinte verso:

“Em sendo por mão dextra manejada

“Vence mais a matraca do que a espada”.

Sua linguagem como de todas as fôlhas de combate é de uma violência inacreditável. Mas traz algumas notícias interessantes. A idéia federalista já se propaga pelo país, quebrando as fronteiras da Côte. São Paulo instalara já

cinco “Sociedades Federais”, que estavam em franco florescimento, e nas “Províncias do Sul há grande número de amigos sinceros dos liberais da Federação do Norte” e isto, não obstante, a guerra movida “aos Farroupilhas da Federação democrática sem fisga, chichelo e reboque”.

Em um dos números, diz “A Matraca” que “o Governo soube converter o 7 de abril em vitória dos festeiros de março e ignomínia dos chamados **Farroupilhas**, de 6 de abril”. E mais adiante: “Desejamos para o Povo Brasileiro e Republicana Federação do Equador que não é para matar, nem tirar o seu ao seu dono, federação da qual é chefe o exmo. sr. Manuel de Carvalho Pais de Andrade”. E referindo-se à instituição do Juri: “Como existe entre nós o amor do Juri, e o espírito de Liberdade Americana, ou da Federação do Equador, é chegado o tempo de se fazerem instituições conformes a êsse espírito de Liberdade”. E ainda: “Se tivéssemos proclamado a Federação do Equador, em 15 de abril, não estaríamos pisados por chumbos e moderados ladrões, e assassinos, nem estaríamos sujeitos a dar vinte milhões de cruzados a ingleses, por ordem de 27 votos nulos dêsses introdutores de Clemente Pereira”. Ataca o padre Feijó: “ex-farroupilha traidor, indigno e ladrão”. E além reafirma os princípios de brasilidade americanista: “Debalde querem uns lograr aos outros, exceptuando os Farroupilhas que só querem não sofrer a tirania com a escravidão da Pátria: todos sabem que nossos males, veem da Europa e do princípio monárquico com suas diplomacias”.

Mas, se tem de subsistir êsses principios então, diz a fôlha, que o “Sr. Menino” (d. Pedro II) seja mandado para os Estados Unidos a se educar alí e aprender, na sábia escola de suas instituições democráticas e federais, como se deve governar um povo, sob os moldes da Federação e da Democracia. E assim discorre em todos os números dos quais, sem muito escolher respigamos êsses períodos.

Tem-se impressão nítida, dessa rápida leitura, de que **Farroupilha** é um sinônimo de **Federalista** e é com êsse caráter que ultrapassa as fronteiras provincianas e vai, gloriosa-

mente, se fixar no Rio Grande do Sul, simbolizando os mesmos ideais da malograda Confederação do Equador. E, a propósito, note-se que os jornais farroupilhas não a designam por “Confederação” sim por “Federação”, que eram os princípios que a consubstanciavam.

DESLOCAMENTO DO FARROUPILHISMO PARA O RIO GRANDE

Mas, é interessante seguir a marcha ininterrupta desses ideais avançados do liberalismo nacional, genuinamente brasileiro, sem interferência de elementos estrangeiros, até o surto do “Partido Farroupilha” que, na sua transplantação para terreno adequado, no Rio Grande do Sul, ali concretiza os seus princípios básicos.

Sigamos a marcha dos Farroupilhas para o sul, na mais sensacional das revelações.

Entre os Farroupilhas do Rio de Janeiro tornou-se notável o tenente Luiz José dos Reis Alpoim. Era um agitador terrível, sendo um dos promotores do 6 e 7 de abril. Federalista intransigente, republicano entre os que mais o eram, logo depois de falseados os princípios da revolução de que fôra um dos principais fautores, Reis Alpoim, tentou nova mashorca sendo recolhido “à cadeia com mais quatro farroupilhas”, tentando um dos guardas avançar na prisão para assassiná-lo. Dá notícia do fato o “Jurujuba” (fls. 77), fazendo a apologia do patriota que deveria ser sacrificado à sanha das autoridades.

Logo depois é o tenente Alpoim transferido para o Regimento de Artilharia sediado no Rio Pardo, (Rio Grande do Sul). Verberando êsse ato do Governo temeroso das atitudes do moço farroupilha, “O Clarim da Liberdade”, em seu número de 18 de novembro de 1831, em artigo de fundo, comenta: “Perguntamos mais qual a vantagem que resulta à Nação Brasileira da ida do sr. Luiz José dos Reis Alpoim para a Província do Rio Grande do Sul”. E adiante: “O Governo transato marchando por essa vereda tortuosa e que-

rendo obrigar os brasileiros a pensarem uniformemente, viu por terra o colosso suposto de sua grandeza. Lembre-se pois o Governo do que disse o Marquês de Lafayette em os Estados Unidos da América do Norte — que é aplicável ao nosso caso — tratamos da revolução de 7 de abril. Para êsse grande monumento elevado à Liberdade serviu de lição ao opressor e de exemplo ao oprimido: nós quando se trata das reformas da Constituição, quando se proclama a justa Federação, consentiremos que vão servir fora de suas Províncias os militares de 7 de abril.?”

Em 20 de dezembro o tenente Alpoim se despede de seus amigos do Rio de Janeiro e publica no “Clarim” a seguinte declaração:

“Luiz José dos Reis Alpoim faz suas despedidas a todos os seus amigos e agradece ao sr. redator do “Clarim da Liberdade” o empenho que tomou em fazer ver ao público que a passagem para o Corpo de Artilharia Montada, sem ser pedida, e muito menos proveitosa, é além de impolítica, alguma coisa mais... aproveita igualmente a ocasião de reiterar seus protestos e afincos à “Causa do Brasil, à Liberdade e à Pátria”, em qualquer parte em que achar-se, sejam quais forem as circunstâncias. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1831”.

Mal sabia o governo que com êsse simples tenente farroupilha, nesse momento, ia para o sul a faísca que prenderia o rastilho de um grande incêndio. Era a idéia federativa em marcha para seus destinos inescrutáveis nas verdes campinas gaúchas. Era o nascimento de um “Partido Farroupilha” que não teria a vida efêmera do proselitismo das cidades, mas que se imortalizaria, cristalizando as aspirações nacionais e federativas, genuinamente brasileiras, dos heróicos campeadores do Norte, de todos os sonhadores de um Brasil republicano, vinculado pelos laços da Federação.

O PARTIDO FARROUPILHA

O tenente Luiz José dos Reis Alpoim chega ao Rio Grande do Sul. Em sua “Memoria” inserta no volume XXXI

das "Publicações do Arquivo Nacional", o dr. Rodrigo Pontes, contemporâneo dos acontecimentos, já nos dá notícia das atividades sediciosas do moço farroupilha. "Entretanto pelas causas acima ponderadas, diz, cada vez se animavam e se tornavam mais audazes os pretendidos patriotas, cujo partido conquanto ostentivamente composto ainda de um diminuto número de indivíduos de nenhuma importância, pareceu ao mesmo Presidente da Província "haver tomado uma tal ou qual organização na Capital depois de ter ali chegado o tenente Luiz José dos Reis Alpoim" que talvez representava naquela cidade os clubes revolucionários do Rio de Janeiro". Acrescenta Pontes que "o partido deu mais visíveis sinais de existência nas noites de 6 e 7 de abril de 1932". Saíram à rua grupos de que faziam parte demitidos dos batalhões 10.º e 13.º de Caçadores e, tendo à frente, um certo José Paulo da Silva, dava vivas à Constituição à sua Majestade o Imperador, à Federação, ao Barata, e ao "segundo Barata" que, no entender de Pontes, era título a que parecia arrogar-se José Paulo. Na segunda noite houve distúrbios.

Organizada a "Sociedade do Continentino", que nada mais era do que uma Loja Maçônica, a ela afluíam, juntamente com Alpoim, os majores João Manoel e Matos, antigos farroupilhas do Rio de Janeiro. Ali se encontraram o padre Caldas que vem secundar as idéias federalistas de Alpoim; Bento Gonçalves e outros que mais tarde são os próceres da Grande Revolução. O partido que se organiza para defender êsses princípios "a si mesmo deu o nome de Farroupilha". (Vol. XXXI, 222). Adota, assim, com as diretrizes do federalismo, o mesmo designativo de seu congênere do Rio de Janeiro.

Pode-se afirmar que data da chegada de Reis Alpoim a organização partidária dêsse grupo de liberais que recebeu a denominação de Farroupilhas, isto é, no ano de 32. Já em 33 êles são conhecidos sob êsse rótulo agremiativo. Fazem parte de suas fileiras os homens mais representativos do Rio Grande. Seus princípios básicos são a Federação, o Nacionalismo, a Monarquia, representada no Jovem Imperador,

isto é, as aspirações do 7 de abril. Em 24 de outubro de 33 promovem um levante em Pôrto Alegre, com protesto à instalação da "Sociedade Militar". Nessa ocasião, pelos documentos da época já são designados por **Farroupilhas**. É o mesmo partido de que mais tarde se queixa Fernandes Braga, em officio de 6-XII-34: "O Partido intitulado Farroupilha, aggregado de ambiciosos, e gente de ínfima classe, sempre pronto a lançar mão de qualquer pretexto, tem não só dado existência a alguns fatos que deixo referidos, mas intenta aproveitando-se déles e pintando-os com as côres que lhe são mais favoráveis perturbar a paz de que felizmente goza esta Província e no meio das convulsões a que dá causa, levar a efeito seus intentos". (Vol. Public. XXXI, 350).

A denominação de **Farrapos** não é conhecida nos documentos da época, provindo da fase revolucionária. Consta-se, assim, que nada mais é do que uma designação por analogia a **Farroupilha**, nome do Partido que fez o 20 de setembro e, mais tarde, a República Riograndense.

A Literatura Farroupilha no Centenario

H. Canabarro Reichardt

Poucas vezes me tem sido dado ver tão empolgante espetáculo, como êsse do centenário farroupilha!

E' que a alma rio-grandense, esquecendo dissídios, velhos e novos, embevecida revive intensamente a vida daqueles antepassados, cujos feitos, se comemoraram na data de hoje.

Longe dos queridos "pagos", jamais se me apaga do coração a lembrança dêsse torrão que me viu nascer e para onde sempre se volta o meu espírito, à procura de contactos através das distâncias.

Num exílio voluntário, na expressão de Eduardo Duarte, — felizmente voluntário —, de lá, de onde me acho e onde me prendem raízes de uma existência já fixada, ansioso procuro, em nomes que surgem, o traço que me une ao passado.

Nomes, que eram simples esperanças outrora, são hoje esplêndidas realidades, em pleno zênite de suas trajetórias.

As novas gerações que surgem, num movimento incessante de ondas de um mar infinito, veem, ardegas e impacientes nessa conquista da luz, que é o movimento perpétuo da vida.

Permití, senhores, que junto de vós, me abra numa natural expansão de quem esteve por tanto tempo ausente, e lembre, nesse momento, em perfeita comunhão de idéias, os

nomes dos que, cantando ou escrevendo, celebraram a epopéia farroupilha.

Deixai, que antes que desdobre a extensa lista, na maioria ilustre, exalte a pessoa de vosso digníssimo governador, o Exm.^o Snr. General FLÔRES DA CUNHA, tipo representativo das qualidades ancestrais de nossa raça e a quem, as festas dêste centenário, devem o seu máximo esplendor.

Paralelo no empenho, de emprestar o seu concurso, ao brilho das homenagens aos bravos farroupilhas, está na primeira plana, o vosso Instituto Histórico e Geográfico, a cujo grêmio me destes há pouco a insigne honra de pertencer.

Tendes em vosso seio, dedicados servidores à causa cultural de nosso Estado, verdadeiros amorosos das cousas do passado, entre os quais, senhores, permiti que destaque um nome: o de EDUARDO DUARTE.

A vossa “Revista”, reeditando escritos e documentos dos mais preciosos, perdidos em arquivos inacessíveis a muitos, vai levando o fruto de vosso labor aos centros de cultura do país e o nome de vossa Instituição.

Do certame que instituistes debaixo do nome de: “1.^o Congresso de História Rio-Grandense”, destacam-se as teses sobre: **Formação do Rio Grande do Sul, étnica e social; a História Política e Militar; a Administração e Economia; Ciência, Letras e Artes**, que constituem toda a história do Rio Grande do Sul.

Se essas 20 teses tiverem sido inscritas, tereis contribuído com êsse certame, para o mais brilhante êxito dêste centenário.

Já que nos referimos às contribuições para o monumento histórico do movimento de 35, não podia deixar de lembrar a de uma pequena Comissão da Sociedade Sul-Rio-Grandense no Rio de Janeiro e que tem como presidente um homem verdadeiramente devotado às cousas de sua terra, o General

BORGES FORTES. Vem êle promovendo, de dois anos para cá, em reuniões freqüentes, uma infatigável propaganda, em trabalhos e publicações, em prol das comemorações do centenário farroupilha.

Faz parte do programa dessa Comissão, que infelizmente à falta de recursos, impediu maior desdobramento, um concurso de história e literatura farroupilhas, para o qual se inscreveram conhecidos nomes, daqui e de lá, já entregue ao julgamento de uma comissão de nomes nacionais.

As obras publicadas ainda sob o patrocínio e iniciativa dessa Comissão constam de: "Casais", pelo General BORGES FORTES; "O Regionalismo no Rio Grande do Sul", pelo Coronel ÁLVARO ALENCASTRE; "Poesias Completas", por AMARAL SARMENTO MENA; "Daví Canabarro", por H. CANABARRO REICHARDT; "A Marinha de Guerra na Revolução de 35", pelo Comandante PERRÍ DE ALMEIDA.

E inéditas: "A Colônia do Sacramento", pelo Coronel REGO MONTEIRO; "Sociologia rio-grandense", pelo Coronel ÁLVARO ALENCASTRE.

Ainda, por solicitação da Comissão, escreveu o General PTOLOMEU DE ASSIS BRASIL, há pouco falecido, um volume sobre a batalha de "Caboatê", a ser publicada próximamente pela "Livraria do Globo".

Inscreveram-se no concurso:

PAULINO DORNELES com um romance histórico; AURELIO PÔRTO com um poema; HOMERO PRATES com um poema e VALTER SPALDING com uma "História da Revolução de 35".

Êsses trabalhos aguardam o julgamento de uma comissão para os respectivos prêmios e oportuna publicação.

Empenhou-se também a Comissão junto ao então ministro das relações exteriores, Dr. Afrânio de Melo Franco, pela publicação de valiosos documentos do arquivo daquele ministério.

Não deve ficar em silêncio a importante contribuição do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, com os estudos do 2.º Congresso de História Nacional, reunido em 7 de abril de 1931, no qual foi incluído entre suas teses uma biografia de “Bento Gonçalves”, hoje editada pela “Livraria do Globo”.

Desde 20 de setembro do ano passado, vem essa Instituição cultural, por iniciativa de seu digno presidente, Snr. Conde de AFONSO CELSO e de seu incansável secretário o Dr. MAX FLEIUSS, promovendo conferências sobre assuntos farroupilhas, tendo ocupado a tribuna sucessivamente: SOUZA DOCCA, sobre “Ideologia Federativa na Cruzada Farroupilha”; RODRIGO OTÁVIO FILHO, sobre “O Panorama político da Revolução dos Farrapos”; Coronel ÁLVARO DE ALENCASTRE, sobre “Caxias e os generais da revolução”; BASÍLIO DE MAGALHÃES, sobre “Guerra dos Farrapos”; H. CANABARRO REICHARDT, sobre “Vida de Davi Canabarro”; ALEXANDRE JOSÉ BARBOSA LIMA, “Estudo comparativo de revolução farroupilha”.

Também o “Arquivo Nacional”, do qual é diretor o Dr. ALCIDES BEZERRA, e compreende a alta finalidade daquela repartição, está promovendo a publicação dos documentos relativos ao processo dos farrapos e importantes memórias manuscritas, fazendo-os acompanhar de notas explicativas e minucioso índice, sob a competente direção de AURÉLIO PORTO. Os três alentados volumes, além da matéria ainda existente para outros tantos, que a falta de recursos talvez impeça a sua próxima publicação, só por si constituem valiosíssima contribuição para os estudiosos, além de salvar de completa destruição preciosos documentos já quasi ilegíveis.

Dentre os grandes monumentos que a pena erigiu em memória dos acontecimentos de 35 e de seus homens, está a “História da Grande Revolução”, por ALFREDO VARELA.

Desnecessário encarecer o seu valor, fruto de um labor de quasi cincoenta anos, em arquivos públicos e particulares, nacionais e estrangeiros; interessantes e valiosos depoimentos pessoais, além de copiosíssimo material acumulado em pacientes pesquisas, hoje propriedade do Museu Júlio de Castilhos, tornaram êsse importante trabalho digno de uma edição oficial.

Não é o momento para a sua crítica. Limitamo-nos a reproduzir o parecer da comissão do vosso Instituto, composta de Darcy Azambuja e Otelo Rosa, publicado no volume do IV trimestre de 1934, cujos termos reproduzo:

“E’ obra de indiscutível valor. Recusando-se, embora, a legitimidade de algumas de suas conclusões, praticar-se-ia injustiça notória negando a êsse extenso trabalho, copiosamente documentado, produto de uma notável dedicação ao estudo de nosso passado, o lugar que inquestionavelmente lhe compete entre os estudos da história rio-grandense.”

Não se pode deixar de levar em conta como contribuição ao esclarecimento de pontos ainda obscuros da revolução de 35, a memorável polêmica entre o nosso conterrâneo e erudito historiador SOUZA DOCCA com ALFREDO VARELA, pelas colunas do “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, que deu lugar à importante monografia publicada no II trimestre dêste ano da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sob o título: “O Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha”.

E’ ainda do mesmo SOUZA DOCCA, um notável estudo sobre “Bento Manuel”.

Entre os historiadores rio-grandenses que mais se tem distinguido pelos seus trabalhos, quer de erudição, quer de literatura histórica, é o vosso consócio OTELO ROSA.

Já ascendem a certo vulto a série de trabalhos com que êsse escritor patricio tem enriquecido em elegante linguagem, as letras rio-grandenses. “Os Amores de Canabarro”, as conferências sôbre “Daví Canabarro” e “Separatismo entre os Farrapos”, a série de conferências na Sociedade de Educação Sul Rio-Grandense, bem como “Vultos da epopéia farroupilha”, são os trabalhos com que OTELO ROSA granjeou um nome acatado.

VALTER SPALDING, é outro escritor, de quem ainda muito se espera. A mocidade e o seu dedicado amor às letras históricas, são um penhor de um futuro que já é quasi uma realidade. Às suas qualidades de crítico da vossa “Revista”, juntam-se ainda as do escritor de “Farrapos” já em duas séries e “Efemérides da Revolução”, além de uma “Pequena História” a que aludimos atrás.

Longe iria essa enumeração, mas não desejo cometer a injustiça de uma omissão. Seguem-se muitos outros nomes ilustres.

FERNANDO OSÓRIO, é uma pena a quem também muito devem as letras rio-grandenses. São seus os estudos sôbre: “A graça e o lirismo heróico dos farrapos” e a “A mulher farroupilha”.

AURÉLIO PÔRTO, a quem já fizemos a devida justiça como investigador notável do documentário da revolução, ainda nos dá, num contraste de colorido, um poema heróico ainda inédito: “Farrapiada”.

FELIX CONTREIRAS RODRIGUES, a quem me prende uma amizade que remonta aos tempos de academia; formosa inteligência votada aos graves estudos de sociologia e finanças, dá-nos de repente uma nota faceta de seu espírito com o “Farrapo”, história de um cavalo que fala e também sôbre história.

LEVÍ CARNEIRO, jurisconsulto, nome acatado das letras jurídicas, com seu notável estudo sôbre a “Revolução do

Equador” e “Evolução da idéia federativa no Brasil”, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, não pode ser esquecido entre os que escreveram sobre a guerra de 35.

FLORÊNCIO DE ABREU, que foi vosso presidente e que alia à cultura de magistrado ilustre, a de escritor e historiador, contribue com “A Constituinte e o projeto de Constituição da República Rio-Grandense”, publicada em vossa Revista, além de “Recursos financeiros da República Rio-grandense”.

MANSUETO BERNARDI, atual diretor da Casa da Moeda no Rio de Janeiro, poeta, é também grande estudioso das cousas farroupilhas, deu-nos um estudo sôbre: “Bandeira Nacional e Bandeira dos Estados” e outro sôbre: “Os Italianos na revolução de 35”.

A justiça manda que não sejam esquecidos os nomes de PANDIÁ CALÓGERAS que, em sua monumental “Política exterior do Império”, que a morte implacável cortou o fio, muito há de interessante sôbre a revolução rio-grandense. JOÃO MAIA, historiador conterrâneo, nome que brilha entre seus pares. ARIOSTO PINTO, pelos seus discursos pronunciados na Câmara dos Deputados em 1929. BATISTA PEREIRA, com o seu livro: “O Rio Grande do Sul dos Farrapos e de Garibaldi”. O General ALFREDO ASSUNÇÃO, com artigos publicados no “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro. CLEMENCIANO BARNASQUE, com as suas “Efemérides”. DE PARANHOS ANTUNES, com artigos publicados no “Correio do Povo” e uma biografia de “Vicente da Fontoura”.

FERNANDO CALLAGE, em São Paulo, em seu estilo fluente, deu-nos também: “A revolução dos Farrapos” e os “Anais da Assembléia Legislativa”, além de artigos vários publicados na imprensa carioca.

LEOPOLDO DE FREITAS, também longe do torrão natal, mas sempre atento ao que lá se passa.

CASTILHOS GOYCOCHÉA, com “Farrapos numa moldura de arte” e HENRIQUE CASAIS, com um livro de Versos.

Quem vos fala, traz a modesta contribuição de dois livros: "Bento Gonçalves" e "Daví Canabarro", e duas conferências: "Idéias de liberdade no Rio Grande do Sul" e "Vida de Daví Canabarro".

Não podia deixar de mencionar nessa rápida revista de nomes, todos de vós conhecidos, muitos aqui presentes, o quadro de LUCÍLIO DE ALBUQUERQUE, em exposição no salão da Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro, intitulado "Guerra dos Farrapos".

Bem sei que essa pálida e imperfeita homenagem que prestei a quantos escreveram sobre os acontecimentos de 35 e seus heróis, não é completa; muitos nomes escaparam-me da memória; vale porém a minha intenção de homenageá-los todos, sem exceção.

Não posso, finalmente, deixar de mencionar a cooperação da imprensa para o brilho das comemorações farroupilhas. No Rio de Janeiro, o "Jornal do Comércio", o "Correio da Manhã", "O Jornal" o "Globo", para só citar alguns, teem pôsto suas colunas à disposição dos que quiserem escrever. Aqui, entre vós, não preciso nomear nenhum; são todos os do Estado. Mas a parte do "Correio do Povo", merece especial destaque.

Terminando, peço desculpas a essa ilustre Instituição, o desalinhavado de minhas palavras; crêde-me, porém, que só um sentimento me moveu ao fazê-lo, qual o de comungar convosco numa mesma idéia: o amor à terra gaúcha.

JOÃO BELÉM

Discurso do sr. Aurélio Pôrto

Há poucas horas, bem poucas, recebi a imposição de vos falar sobre um dos nossos que a morte acaba de derribar. Morreu João Belém. Para o registo dos que se afastam de nós, do convívio desta casa, pela contingência fatal, é uma efemeride triste. Para mim que vos falo, é uma comunhão de amargo travor. Éramos espiritualmente irmãos. Quando tínhamos quinze anos, (e lá vai quasi uma eternidade!) nos encontrámos na vida. Durante quarenta anos fomos irmãos, e agora a morte nos separa. Mas, pròpriamente não nos separa. Belém revive na minha saudade. Corporifica-se na minha memória, cresce nas minhas reminiscências, e vive ainda e viverá sempre!

Tenho para mim que só morrem os que não viveram, os que não deixaram na terra um traço de seu espírito, uma palpação de sua alma, uma centelha da sua intelligência.

A forma material se vai aos poucos diluindo na ausência. Passa. Mas dos que viveram fica para sempre, na indelebili-dade das suas obras, a flama da vida que não morre, porque é essência divina, espírito, alma, intelligência.

E é essa centelha fugaz que dirige os nossos passos. Tê-nues fogos-fátuos do espírito, ficam assinalando, nas encruzilhadas escuras, caminhos que se desbravam à sua rutilância,

e no fim dos quais encontraremos um símbolo eterno de beleza e verdade.

Ninguém mais perseguiu a beleza e aspirou à verdade do que João Belém. Havia no fundo de seu espírito, de uma emotividade incomparável, uma sede insaciável de formas puras, um anseio incontido de verdade. Eis, porque, tendo todas as condições de evolucionista, êle ficou, com um riso sadio e bom afluando do canto dos lábios, naquela serena boêmia intelectual, de que fomos egressos, tangidos pela natural contingência da vida.

O Belém passou pela vida rindo. E ria, muitas vezes, porque sofria. Havia nas subconsciências daquele riso um punitivo eco de dores que não afluavam em gritos, mas que se esbatiam, nos lábios contraídos num sorriso de angústia. Tinha para si uma doce filosofia, às vezes, incompreendida. Alma passional e forte, encarava a vida, êle, um poeta lírico e humorista! pelo lado da verdade. A fantasia coloria o fundo real da sua poesia. E quando as grandes paixões estendiam sobre o seu coração uma onda insopitável de amargura, extravasava, em versos magníficos, o licor fino da sua espiritualidade. Outros chorariam, debruçados sobre as ruínas das cousas criadas pela própria fantasia. Êle, não: ria.

E essa foi a sua principal tendência literária. Quando nós, naquela fase romântica dos quinze anos, éramos piegas, e construíamos os nossos castelos sobre a areia do sofrimento, em atitudes doentias de Nobre e Cesário Verde, o Belém, punha-se à frente de um movimento evolutivo literário, e lançava os seus versos sadios, onde havia muita claridade de risos saudáveis, num contraste admirável com as nossas lamúrias.

Foi, naturalmente, esse pendor que fê-lo um dos maiores comediógrafos do Rio Grande do Sul. A sua obra vasta e cheia de beleza atesta a nossa asserção. Há vida, movimentação, técnica perfeita, nas suas concepções. Personagens existem que são retratos fiéis de homens de seu tempo. Êles se traem a cada passo. Conduzidos do palco à vida citadina, êles se confundem nas multidões que passam. Eis porque cada

“revista” de João Belém, causava sensação em todos os meios. Sabia o criador dessa difícil modalidade teatral exteriorizar de tal forma o lado ridículo dos seus personagens que, ocasiões houve, de verdadeiro escândalo social. Surzindo os defeitos da sociedade, êle, o boêmio incorrigível, era o mais perfeito dos moralistas, exalçando com seu fino humor o lado bom e nobre da alma humana.

Era uma das mais belas feições da individualidade moral de João Belém. Quem o via superficialmente, quem não lhe devassasse os recônditos mais íntimos de sua organização psíquica, jamais compreenderia que, sob a capa daquele homem que ria, e vergastava, com o açoite da crítica, existia uma alma de uma beleza extraordinária, um fundo precioso de ouro de puro quilate, de uma nobreza exemplar de sentimentos.

Tinha paixão por tudo que era belo. Fizera da beleza o pedestal de todas as suas concepções literárias e morais. Que importava a hediondez do mundo, se até no lôdo se encontravam pérolas? Quando uma ingratidão, tão comuns na vida, pesava-lhe fortemente, êle que compreendia a fragilidade humana, encarava serenamente, sem explosões e sem queixas. Ainda, há pouco, escreveu um livro precioso, um livro de amor à terra a que consagrou dois têtços da sua existência. E’ a história de Santa Maria. Nela ressurgem, numa evocação admirável, as velhas lendas que embelezam as nossas origens étnicas, passam os primeiros palmilhadores das florestas virgens, fincando os esteios da penetração; e vai, pouco a pouco, se erguendo, entre os velhos morros azues que a Bôca do Monte corta como mandíbulas enormes, a cidade, que cresce, se multiplica e se atavia de roupagens novas de civilização, confôrto e cultura.

Esse livro foi feito com carinho. Belém, o vagabundo do espírito, que não tolerava um trabalho assíduo, empregou nele as suas últimas energias. E fê-lo magistralmente. Mas, Santa Maria não leu o seu livro. Santa Maria não quis conhecer-se a si própria, envaidecer-se das suas cousas, orgulhar-se do labor admirável dos seus construtores.

— E teu livro, perguntei-lhe, há mezes, aquí.

— Um desastre de livreria. Santa Maria não sabe ler.
— E teve um riso largo, um riso bom, um riso quasi ingênuo...

Pobre Belém! Vinte anos de prédica, de disseminação de sua própria cultura, porque era realmente um espírito culto, não haviam bastado para interessar à terra que amava como sua. Mas, era natural. Nós somos os proletários mais desprotegidos da sorte. Trabalhamos, trabalhamos incessantemente. Perquerimos largas estradas cheias de espinhos e de torturas. Sacrificamo-nos por uma idealidade qualquer, forçando mesmo os caminhos mais ásperos para atingi-la, mas, poucas vezes, nos é dado usufruir os proventos dêsse esforço colossal.

Entretanto, se quisessemos simbolizar o avanço cultural de Santa Maria, uma das cidades do Rio Grande em que ainda existe um meio intelectual fino, teríamos de fazê-lo na individualidade marcante de João Belém.

Ele e D. Margarida Lopes, outra beneditina das letras riograndenses, foram os plasmadores do feitio cultural de Santa Maria. Naquele salão azul admirável, João Belém, tinha a sua cátedra de mestre. E as novas gerações que por ali passam, transcendendo a finos perfumes de espiritualidade, nas horas artísticas de um delicioso convívio, ouviam-no, dominando todos os assuntos, num dito levemente malicioso, numa pequena delicadeza espiritual, ora poeta, vibrando, ainda quasi aos sessenta anos, como se tivesse a alma primaveril de um moço, ou preleccionando matéria em que era douto, pois João Belém especializara-se em filologia. Conhecia português a fundo. Professor, dezenas de gerações formaram o espírito ao seu contacto.

E' por êsse aspecto que mais lhe deve Santa Maria. Durante trinta anos foi funcionário público. E que função para seu espírito boêmio? Tesoureiro da municipalidade. Honesto, digno, sua vida é um exemplário, sua diretriz na vida, sempre reta.

Mas, foi como professor que João Belém se singularizou e ficará marcando época na evolução cultural de Santa Maria. A mocidade o adorava. Suas lições eram recebidas com alvoroço, porque o Belém tirava da aridez da matéria fagulhas

espirituais com as quais a iluminava. Assisti algumas aulas a moças que cursavam um colégio. E trouxe delas uma impressão indelével. Era bem um mestre que sabia transmitir suavemente, quasi alegremente, entre bordaduras de comentários oportunos e leves, o que aprendera em seus largos anos de estudo e tirocínio. Que falta vai fazer o Belém para os estudantes santamarienses?

A sua biografia é curta. Larga, porém, seria, se a estudássemos sob êsse aspecto que é a vida de nós todos. Vida ingrata de lutas num sáfaro deserto. Quer se estender os lábios para dessedentar, na febre que nos domina. Mas, está tão longe o oásis. A linfa pura e cristalina é inatingível. E a custo se vai, quasi de rastos, para atingi-la. O homem que se faz pelo seu próprio esforço, que transpõe todos os óbices da vida e chega a deixar de si alguma cousa, devia ser glorificado nos mármorez eternos. Há tantas encruzilhadas escuras na estrada, tantos abismos insondáveis e atraentes! E a gente quando é moço segue com passo inseguro. Tomba aquí, levanta alí, cai e ergue-se de novo para cair... Mas, felizes os que caem! Felizes os que buscam na fraqueza as forças extraordinárias que os erguem no pedestal das glorificações. Felizes os que sofreram o travor dos cálices amargos, que se viram constritos pelos tentáculos da dor e do desespêro. Purificaram a sua alma. Serão os heróis de amanhã, os santos de um dia, os predestinados, os fortes! Será isso uma biografia? Quem sabe?

João da Silva Belém nasceu nesta capital. Era filho legítimo de um modesto artífice do Arsenal de Guerra que fez a guerra do Paraguai, salientando-se em vários combates, e atingindo depois o cargo de chefe de uma das secções desse estabelecimento. Pobre, sem recursos, para educar os filhos, mesmo assim, fazendo os maiores sacrifícios, atendeu à solicitação do jovem, cujo pendor pelas letras, era assazmente manifesto. E assim conseguiu João Belém, depois de cursar com visível aproveitamento, uma escola pública, ingressar na Escola Normal. Era êsse estabelecimento modelar um dos principais na formação da cultura da mocidade do tempo. Di-

rigia-o essa organização inexcedível de grande mestre que é Clemente Pinto. Foi aí, com assiduidade e inteligência, que Belém formou o seu espírito e recebeu êsse legado admirável de cultura, que o singularizou entre todos nós. Saindo da escola foi professor. Mas, para seu temperamento combativo e irrequieto, a vida serena e monótona, de professor de primeiras letras, não era das mais desejáveis. Tinha, como visceral pendor, o anseio das grandes lutas. Não compreendia a estagnação das energias feitas para batalhar as grandes campanhas da vida. No nosso tempo, para nós, pobres sonhadores de quiméricos moinhos quixotescos, a grande vida era a imprensa. A imprensa! Foi ela que nos fez. A mim mais do que a êle. Como lhe devo e como lhe quero. Desde as máquinas que eu limpava, todo sujo de óleo e de tinta, aos caxotins que eram a minha paixão, até às mesas das redações, onde eu deixava os meus versos sem gramática, mas levando cada um um pedaço da própria alma. Como abençoô todas as lágrimas da minha infância, os dissabores da minha mocidade e as saudades da minha velhice, neste momento, em que me vejo ao lado do Belém na "Gazetinha", escrevendo tiras e tiras... Como a morte dêle me vem despertar saudades! Eu não devia evocar da minha emotividade esta página, mal escrita, mas realmente sentida. Estou a vê-lo! Havia no fundo dos seus artigos sempre um traço brejeiro, um comentário vivo, um não sei que espiritual que eu nunca podia atingir.

E só hoje compreendo a razão da minha inveja. Eu não sabia escrever. E Belém era normalista.

Um dia, porém, João Belém desapareceu de Pôrto Alegre. Empregara-se na Estrada de Ferro. E fôra com os escritórios para Santa Maria. E é de lá que recebemos os seus trabalhos jornalísticos, as suas crônicas. Com Vieira Braga, que foi também meu consócio em revista de colaboração, escreveu outra peça que teve sucesso. E na cidade que adotou, não descansou jamais, dando à cena magníficos trabalhos.

Casara-se em Santa Maria. A sorte dadivosa deu-lhe como espôsa uma santa digna e nobre. D. Sinhá exerceu sôbre o espírito dêsse boêmio uma ação eficaz e suavíssima. Foi tal-

vez quem mais o compreendeu na vida, e por isso mais o amou. Seu lar era um encanto. Seus filhos inteligentes e bons. E Belém foi feliz. Feliz pela bondade que sentia se espalhar em tórno de si, feliz por aquela mocidade que floria em tórno da sua velhice, perfumando-a e abençoando-a, feliz, porque nas horas amargas em que seu riso tinha modalidades estranhas, semelhando ao lamento de um soluço, um coração terno e bom vertia sôbre as suas chagas, o bálsamo suavíssimo de um conforto.

Para que dizer o que foi sua vida de combate?

Político militante, nas fileiras republicanas, tudo sacrificou pelo seu ideal. Mas, recebeu o prêmio: a ingratidão dos homens. Jornalista, sustentou campanhas formidáveis, pois era polemista notável, esgrimindo facilmente o florete da lógica; literato, aí estão as suas obras, os seus versos, as suas páginas literárias, os seus dramas, as suas comédias, a sua contribuição histórica, que o trouxe para a nossa grei. E sobretudo isso era um patriota, na mais lata extensão do termo. Patriota! Tinha um grande amor à terra. Era a sua paixão mais elevada e bela.

O Rio Grande era para êle, na sua elevada concepção de esteta, um dos recantos mais belos da natureza. Soube cantá-lo em estos admiráveis de entusiasmos sempre fortes. Glorificar os seus homens. Exaltar a sua glória!

O Rio Grande maravilhoso, cenário movimentado pelas audácias guerreiras dos nossos avós, surgia nas suas evocações, no ineditismo de panoramas cívicos, desdobrados a seus olhares fixadores de imagens heróicas. Eram as pampas vastas, onde passavam, nos albores da vida santamariense, cosidos aos velozes cavalos, lança em riste, em disparadas loucas, os minuanos audazes, fatores étnicos dêsse gaúcho do campo, cuja viola, nas noites primitivas do pago, acordava nas canha-das fundas, as lendas suavíssimas de amor e de saudade. Depois, quando a raça floria nas suas alvoradas históricas, eram os homens fortes de antanho a devassar a terra, a plantar com as espadas longas, ensangüentadas, marcos milenares

de soberania territorial. Mais tarde, era o acampamento que surgia. As velhas chinas, vivandeiras dos dragões gloriosos. As primeiras famílias que vinham. Rebentos novos que floriam, homens que nasciam para se embrulhar em farrapos de glória nos campos da batalha, Valença, Niederauer, e outros, e outros... E a cidade surgia, erguia-se das desfeitas casinholas do velho acampamento. Mas o espírito das gerações que haviam passado, alto, suavíssimo, pairava, como um pálio luminoso, sobre as gerações que vinham. Pobre Belém! Com que amor êle tecia aquelas teias de sêda da poesia da sua história, que era a história da sua cidade, de Santa Maria... **Santa Maria Pitoresca**, o vento norte, os seus tipos lendários, os seus prejuízos, tudo, todos os risos saudáveis de uma alegria sincera e boa. E a propósito, para lembrar a ductilidade do seu estro merece frisar a origem dêsse livro que João Belém lançou com um pseudônimo feminino.

Houve alguém que duvidou que êle pudesse escrever versos futuristas. E Belém os escreveu nesse livro.

Há nele cousas verdadeiramente admiráveis...

Tendes aí, meus senhores, o que a premência de tempo me permite dizer sobre Belém. Mas, o que vos não digo, nem com palavras podera traduzir, é a emoção com que escreví ou melhor, sentí, o que vos digo. No desalinho destas frases, encontrareis, talvez, um pouco da minha alma. Isto que aqui fica, não é o panegírico frio, convencional, obrigatório, estatutário. E' um brado de um coração que palpitou durante largo período da vida, junto a outro coração. E aquele coração deixou de bater. Não ouço mais o seu ritmo harmonioso, afetivo e nobre. Secaram-se-lhe as fontes da vida e o herói, quasi anônimo, tombou na terra sagrada. E a terra sagrada se eleva, é um montículo apenas. O silêncio se faz em volta. Só choram, atingidas pelas brisas, casuarinas, ciprestes. O Belém morreu. A boa terra de Santa Maria recebeu os seus restos. Êles se desfarão em pó. E do que foi o homem, nada, nada restará. Não! E' possível que, como nos versos de Stecheti, que êle próprio traduzira, uma flor medrosa, um dia, tímida, pálida, emergirá de uma aberta da pedra tumular. Será

nada e será tudo. Nada do que foi materialmente; tudo do que espiritualmente foi.

Através de sua obra êle viverá entre nós. Soube compreender a beleza da alma popular, e o povo o consagrará. Soube arrancar de filões inapercebidos, o ouro da verdade histórica, e ficará entre nós, pesquisadores e historiadores. E lá, na sua cidade provinciana que êle elevou e honrou, um dia, não longe, num recanto silencioso, quando o tempo der margem a que compreendam a sua obra, e o seu amor, e o seu esforço, João Belém, ressurgirá, naquele seu todo displicente de poeta, plasmador de beleza e das fortes idealidades da Pátria. E' uma dívida de honra, para Santa Maria.

Para mim, cujo débito para com sua afetividade, ainda fica aberto, êle revive através da minha saudade.

Eis porque quebro as formas protocolares dos elogios que soem ser feitos aos nossos que se vão.

Meu preito pessoal, finda a missão que me foi delegada, de lhe relembrar a vida, — não se traduz com palavras. Se eu pudesse cristalizar o sentimento e dêle fazer um bloco eterno, seria com êsse pedaço vivo de mim mesmo, que esta homenagem fôra feita.

Belém, repousa tranqüilo no teu derradeiro leito. Não passarás, anônimo desconhecido, no grande taboleiro da vida. Soubeste desempenhar a tua missão santificada pelo teu próprio esforço. E viverás. Viverás cantando nos teus versos, vibrando nas tuas harmonias, que serão como halos para tua glorificação. Viverás, na movimentação, na vida, dos homens singulares que criaste, no entrechoque das suas paixões, na bizarra fantasia das suas atitudes. Viverás nas lições que espalhaste no espírito de muitas gerações, que bem dizem o teu nome. E viverás, sobretudo, nos corações que te amaram porque te compreenderam e sentiram.

E toda a beleza do teu espírito se transfundirá na alma das cousas que amaste. Florirá nas ruas da tua cidade, nos edifícios que se erguerem, nos jardins que se plantarem, nos humildes ranchos de sapê, onde o gaúcho na campanha da tua terra, ergue os olhos deslumbrados de orgulho para o Rio Grande maravilhoso e imortal.

E o Rio Grande, nesta hora evocativa, pronunciará o teu nome. O Rio Grande te abençoa. Teu esforço deu-lhe mais um impulso para glorificá-lo. Não foi em vão que lutaste e sofreste. Que nos importa a recompensa dos homens, quando, num recanto delicioso da terra, ouvindo ainda os últimos ecos da sua vida, os ritmos das suas harmonias sagradas, o ruído das patas dos cavalos dos esquadrões de heróis nos deitamos para dormir, dormir, sonhar, sonhar, talvez, em apoteoses resplendentes de glória?

O telégrafo nacional no Rio Grande do Sul

A criação do telégrafo no Rio Grande do Sul foi posterior à terminação da gloriosa Revolução Farroupilha, cujo centenário agora se comemora.

As mais antigas estações fundadas nessa zona do país foram as de Tôrres e Pôrto Alegre, ambas situadas na grande **linha-tronco**, que vai de Belém do Pará a Jaguarão, inauguradas na mesma ocasião, em janeiro de 1867. Ficou então a capital gaúcha em comunicação direta e permanente com a capital do Império.

Um ano depois eram instaladas as estações das duas principais cidades da Província. Diz o relatório do ano de 1869, do Diretor Geral dos Telégrafos: "O trecho de linha entre Pelotas e Rio Grande começou a funcionar a 14 de janeiro de 1868, em que foram inauguradas pelo Presidente da Província — sr. Barão Homem de Melo — as duas estações, tendo a linha ficado pronta em dezembro do ano anterior".

Mas a capital não estava ainda ligada àqueles dois importantes centros do sul da região. Lê-se no relatório de 1871, do mesmo Diretor: "S. João de Camaquã foi inaugurada a 7 de abril de 1871. Chegando a linha a Pôrto Alegre em 2 de janeiro de 1871, foi inaugurada pelo Presidente da Província no dia 16 desse mês toda a linha de Pôrto Alegre a Rio Grande, com a geral (**a linha-tronco**) desde Pôrto Alegre até à Capital do Império".

Foi a calamitosa guerra do Paraguai que apressou a construção da linha telegráfica para a então província do extremo sul. Diz a Memória Histórica da Repartição Geral dos Telégrafos a êsse respeito: "A necessidade que havia de se transmitirem com presteza à província do Rio Grande do Sul as ordens relativas às operações militares e a ansiedade com que eram aguardadas as notícias do teatro da guerra, determinaram a resolução de se estender o fio elétrico até Pôrto Alegre".

Depois, a linha telegráfica começou a demandar a nossa fronteira, tendo o próprio Governo da Província construído, à sua custa, os trechos de Pôrto Alegre a Triunfo e daí a Rio Pardo e Cachoeira. Cedidas estas comunicações ao Governo Geral, por lei provincial número 862, de 8 de abril de 1873, foi o traçado prolongado até Uruguaiana, onde a respectiva estação inaugurou-se em 29 de agosto de 1874. A linha de Pôrto Alegre a Uruguaiana, denominada **circuito da campanha**, é o nosso mais importante **circuito internacional**, enquanto que a linha de Pôrto Alegre a Jaguarão é o mais antigo da mesma espécie.

Desde então começaram a partir dêsses dois troncos as ligações ou **ramais** para diversas outras localidades do Rio Grande do Sul. De sorte que, ao proclamar-se a República em nossa Pátria, a 15 de novembro de 1889, o Império deixava funcionando no extremo sul as 36 seguintes estações telegráficas:

na linha-tronco: Tôrres, Conceição do Arroio (hoje Osório), Pôrto Alegre, Camaquã (S. João de), S. Lourenço, Pelotas, Arroio Grande, Jaguarão (8);

no circuito internacional (linha da campanha): Pôrto Alegre (já mencionada), Triunfo, Margem do Taquari, Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava, S. Gabriel, Rosário, Alegrete, Uruguaiana (9);

nos ramais (linha Pelotas-Bagé-Livramento, constituindo um circuito auxiliar da linha-tronco de Pôrto Alegre a Montevideu, por Jaguarão): Pelotas (já mencionada), Canguçu, Piratini, Cacimbinhas (hoje Pinheiro Machado), Bagé, D. Pedrito, Livramento (6); na linha do Chuí (eventual-

mente substitutiva da anterior): Rio Grande, Taim, Santa Vitória do Palmar (3); na linha da serra: Cachoeira (já mencionada), Santa Maria, Cruz Alta, Passo Fundo (3); em outros ramais: Itaquí, Quaraí, S. Borja (as três situadas nas nossas fronteiras), Santa Cruz, Taquarí (5); nos sub-ramais: São José do Norte (hoje fechada) e Barra do Rio Grande (2).

— Do relatório do Diretor Geral dr. João Nepomuceno Batista, correspondente ao último ano do regime monárquico e primeiro do regime republicano, extraio alguns curiosos elementos elucidativos. Os condutores elétricos telegráficos que ligavam essas 36 estações tinham uma extensão de 2.696.595 metros da linha de postes e 4.207.428 metros de desenvolvimento, e constituíam em 1889, um só distrito telegráfico, pôsto que, em 1875, menos longas e menos importantes, já houvessem sido divididas em 4 zonas, como consta da Fala dêsse ano, do dr. João Pedro Carvalho de Moraes, presidente da Província do Rio Grande do Sul: “da capital a Laguna, de que é engenheiro o major José Tomé Salgado; da capital a Jaguarão, engenheiro o capitão Antônio Valeriano da Silva Fialho; da capital a S. Gabriel, engenheiro o major Dlogo Alves Ferraz, e de S. Gabriel a Urugualana, de que é engenheiro Andrade Vasconcelos”.

No último relatório do Diretor Geral-Barão de Capanema (1888), este refere-se a um só distrito no Rio Grande do Sul, a cargo do engenheiro de 1.^a classe dr. Antônio Valeriano da Silva Fialho; mas no referido relatório do dr. João Nepomuceno Batista êste declara: “sendo inconveniente tal divisão e inteiramente contrária às disposições do regulamento vigente, resolví dar-lhes (refere-se a todos os distritos do Brasil) nova divisão: o 11.^o de Tórres a Passo Fundo, a cargo do engenheiro Crisanto Leite de Miranda Sá; o 12.^o de Pôrto Alegre a Jaguarão, a cargo do engenheiro Antônio Valeriano da Silva Fialho; o 13.^o de Cachoeira ao Uruguai, a cargo do engenheiro Leopoldo da Rocha Barros.

Êstes 3 distritos telegráficos eram servidos, discriminadamente, pelos seguintes funcionários de linhas:

11.^o — 1 engenheiro-chefe, 1 inspetor de 1.^a classe, 3

inspetores de 2.^a classe, 1 inspetor de 3.^a classe, 9 feitores, 29 guarda-fios;

12.^o — 1 engenheiro-chefe, 1 inspetor de 2.^a classe, 3 inspetores de 3.^a classe, 6 feitores, 16 guarda-fios;

13.^o — 1 engenheiro-chefe, 2 inspetores de 2.^a classe, 1 inspetor de 3.^a classe, 1 feitor, 17 guarda-fios. Ou sejam: $44+27+22=93$ ao todo.

As 36 estações telegráficas eram guarnecidas por 86 telegrafistas, 41 estafetas e 9 serventes, ao todo 136 empregados.

As mais importantes estavam assim lotadas:

Pôrto Alegre — 19 telegrafistas, 2 estafetas ⁽¹⁾, 1 servente;

Rio Grande — 10 telegrafistas, 3 estafetas, 1 servente;

Pelotas — 8 telegrafistas, 3 estafetas, 1 servente;

Jaguarão — 5 telegrafistas, 1 estafeta, 1 servente.

Depois do advento do novo regime foram notáveis os progressos dos serviços telegráficos no Rio Grande do Sul, construíram-se muitas linhas, fecharam-se novos circuitos, instalaram-se estações por toda a parte, melhoraram-se as instalações existentes.

O próprio Governo do Estado, de que era chefe o eminente organizador republicano dr. Júlio de Castilhos, por ato n.º 44, de 30 de abril de 1895, aprovou as "Instruções provisórias para o serviço da linha telegráfica da região colonial", criando, assim, o Telégrafo Estadual.

Mais tarde, na administração estadual do dr. Carlos Barbosa Gonçalves, foi êsse Telégrafo encampado pelo Governo Federal, em virtude do decreto n.º 9.253, de 28 de dezembro de 1911, passando ao domínio da União em 10 de abril de 1912. A extensão de sua rede de condutores era de 880.600 metros de linha de postes, com um desenvolvimento

(1) Deve haver equívoco neste número de estafetas, mas é o que figura no relatório.

de fios de 1.047.530 metros, servindo às seguintes estações telegráficas, telefônicas e telefônicas com serviço telegráfico: Pôrto Alegre, S. Leopoldo, Alfredo Chaves, Caxias, São Francisco de Paula, Caí, Antônio Prado, Montenegro, Bento Gonçalves, Guaporé, Vacaria, Taquara, Estrêla, Soledade, Lagoa Vermelha, Garibaldi, Santo Antônio, Capoeiras, Lageado e Carlos Barbosa, ao todo 20.

Essas linhas da rede estadual foram incorporadas ao 1.º dos dois distritos em que então achava-se dividido o Estado, que constituía um só distrito desde 1894, quando o Diretor Geral Cel. F. M. de Souza Aguiar resolveu extinguir o 13.º, anexando-o ao 12.º e constituindo, assim, o distrito do Rio Grande do Sul. Em fins de 1906, mais por conveniência ou injunções políticas do que por necessidades administrativas, foi o Estado novamente desmembrado em duas zonas telegráficas, a primeira com sede em Pôrto Alegre, a 2.ª com sede em Pelotas, e em 1919 ainda foi separada uma grande extensão da 1.ª dessas zonas para formar uma 3.ª com sede em Santa Maria da Bôca do Monte.

Quando, pois, nos últimos dias de 1931 foi feita a fusão dos dois serviços — o postal e o telegráfico — em um único departamento, encontrava-se o Rio Grande do Sul subdividido em 3 distritos. Dêstes, foi suprimido o 2.º pela nova organização, tendo os dois outros constituído as **Diretorias Regionais** com sedes em Pôrto Alegre e Santa Maria.

Nas linhas telegráficas estão intercalados os seguintes cabos: no estuário do Guaíba, entre Pôrto Alegre e Pedras Brancas (hoje vila Guaíba), com 5.200 metros de extensão e 3 condutores; no rio S. Gonçalo, entre Pelotas e Rio Grande, com 300 metros de extensão e 2 condutores; no rio Uruguai, entre Uruguaiana e Libres (estação argentina), com 1.200 metros de extensão e 2 condutores.

Havia ainda um cabo submarino na barra do Rio Grande, entre a cidade dêste nome e a povoação de Barra, com 1.500 metros de extensão e 1 condutor, e um outro, subfluvial, entre as vilas de Triunfo e S. Jerônimo, com 800 metros de extensão e 1 condutor. As estações de Barra e S.

Jerônimo acham-se, porém, atualmente fechadas e aqueles cabos naturalmente inutilizados.

O cabo primitivamente lançado na barra do Rio Grande, através do canal que liga a lagoa dos Patos ao oceano Atlântico, era decerto o primeiro chegado ao Rio Grande do Sul; fôra encomendado pelo Governo da Província para o seu Telégrafo, e destinava-se ao circuito de Pôrto Alegre à então vila de Uruguaiana, devendo atravessar o vasto estuário do Guaíba, segundo o projeto do inspetor engenheiro Eduardo Laranja e Oliveira, mas foi cedido ao Governo Imperial para aquele ramal da Barra, então reputado de muita importância. Foi colocado em dezembro de 1868, ao tempo da inauguração da referida estação da Barra.

O antigo cabo no rio S. Gonçalo, de margem a margem, foi substituído por uma pequena secção correspondente à parte móvel da bela ponte construída, em 1888, para a estrada de ferro de Rio Grande a Bagé. Tornando-se, porém, precária esta comunicação, devido talvez ao próprio movimento daquela parte giratória da referida ponte, em 29 de agosto de 1908 foi o mesmo cabo substituído por dois outros, de 300 metros de extensão e um condutor cada um, aterrando nas margens do citado rio, em sólidas e elegantes guaritas de tijolos e cimento.

O cabo entre Pôrto Alegre e Guaíba é o mais extenso e, sem dúvida, o mais importante do Rio Grande do Sul. O primitivo dêsses meios de comunicação foi de certo lançado em 1868, por ocasião de prosseguirem os trabalhos de construção da linha-tronco para o sul, em demanda de Pelotas; o seu ponto de aterramento na Capital era na extremidade da rua principal — a dos Andradas — e, no lado oposto, na ilha da Pintada, onde recomeçava a linha aérea, em postes de ferro, ainda hoje existentes, porém já não pertencentes ao Telégrafo Nacional. Em 1893 o Coronel dr. Francisco Alberto Guillon, então chefe do distrito, já propunha a sua retirada dêsse lugar, mas foi sómente em 1909, a 16 de novembro, que se fez o lançamento de um novo cabo, com 5.200 metros de extensão e 3 condutores, entre a ponte do Dionísio e Pedras Brancas.

Tendo sobrado 800 metros do cabo lançado entre Pôrto Alegre e Pedra Brancas, o chefe do distrito solicitou do dr. Diretor Geral autorização para utilizá-los entre Triunfo e S. Jerônimo, suprimindo a linha aérea que, em dois mastros Mannesmann, ligava essas duas estações. O serviço foi executado em março de 1910, dirigido pelo inspetor de 3.^a classe Armindo Lima e pelo telegrafista de 2.^a classe Joaquim da Luz Cunha. A estação de S. Jerônimo foi fechada por portaria de 14 de abril de 1926, e o cabo que a unia à de Triunfo ficou abandonado no seu leito arenoso e pedregoso do rio Jacuí.

Foi em 4 de janeiro de 1883 que funcionários **argentinos** lançaram o primeiro cabo telegráfico entre Uruguaiana e Passo de Los Libres, ligando-os dois países limítrofes. Foi nessa época, segundo declara o ex-Diretor Geral dos Telégrafos dr. Caetano César de Campos em sua interessante **Notícia sobre o desenvolvimento do telégrafo no Brasil**, que se iniciou o serviço de tráfego mútuo telegráfico com a República Argentina.

Este cabo entre Uruguaiana e Libres constitúe, a-pesar-da precariedade inerente a tal sistema de comunicação elétrica, a mais importante ligação telegráfica internacional do nosso País.

Além dessa, existem mais as seguintes ligações telegráficas internacionais no Rio Grande do Sul: entre Jaguarão e Artigas (hoje Rio Branco), no grande circuito da nossa **linha-tronco**; entre Santa Vitória do Palmar e Chuí (República do Uruguai), substitutiva eventual da primeira; entre Livramento e Rivera e entre Quaraí e San Eugênio (hoje Artigas), também na mesma nação vizinha.

Com a República Argentina existe ainda a comunicação que se executa por meio de uma linha aérea, sobre duas belas tôrres metálicas, piramidais, de cerca de 25 metros de altura, entre Itaqui e Alvear, através do majestoso rio Uruguai, que nesse local sofre um estrangulamento na sua largura, reduzida aí a mais ou menos 500 metros.

O serviço de construção desta linha, feito em fins de 1924, foi executado pelo inspetor Germano Schreiner, sob

a direção do engenheiro-chefe do distrito. E' uma comunicação que substitue normalmente a do cabo de Uruguaiana a Libres.

A rêde telegráfica do Estado tinha, em 1930, a extensão de 5.295.557 metros de linha de postes, com um desenvolvimento de 10.123.047 metros de condutores. A partir do ano de 1931 foram construídos os seguintes ramais: de Vacaria a Bom Jesús, com 56.600 metros de extensão de linha de postes e de desenvolvimento; de Caxias a Nova Trento, com 20.000 metros de extensão e de desenvolvimento; de Candelaria a Jacuí, com 54.000 metros de extensão e de desenvolvimento; de Palmeira a Iraí, com 94.000 metros de extensão e de desenvolvimento. De sorte que, atualmente, o Rio Grande do Sul possui uma rêde telegráfica com 5.520.557 metros de linha de postes e 10.348.047 metros de desenvolvimento de condutores. E' uma das mais extensas rêdes estaduais do País (talvêz em 3.º ou 4.º lugar) e certamente uma das mais importantes e valiosas, não só pelo seu rendimento pecuniário, como sobretudo, telegraficamente, pelos numerosos circuitos e sub-circuitos em que está dividida e pelas suas ligações internacionais.

Essa rêde serve às 95 seguintes estações telegráficas e telefônicas, assim distribuídas de acôrdo com a categoria das respectivas linhas:

linho-tronco (circuito internacional de P. Alegre a Montevidéu): Torres, Conceição do Arroio (hoje Osório), Viamão, Pôrto Alegre, Pedras Brancas (hoje Guaíba), Barra do Ribeiro, Dolores de Camaquã, S. João de Camaquã, S. Lourenço, Pelotas, Arroio Grande, Jaguarão (12);

linha da campanha (circuito internacional de Pôrto Alegre a Buenos Aires): Pôrto Alegre (já mencionada), Triunfo, Margem do Taquari, Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava, S. Gabriel, Rosário, Alegrete, Uruguaiana (9);

circuito S. Paulo: Pôrto Alegre (j. m.), Montenegro (S. João de-), Garibaldi, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, Guaporé, Passo Fundo, Nonoai (7);

circuito Florianópolis: Pôrto Alegre (j. m.), S. Leopoldo, Cai (S. Sebastião do-), Montenegro (j. m.), Bento Gonçalves (j. m.), Alfredo Chaves (j. m.), Antônio Prado, Vacaria (4);

linha da serra (circuito interior): Cachoeira (j. m.), Santa Maria, Júlio de Castilhos, Tupaceretán, Cruz Alta, Santa Bárbara, Carasinho, Passo Fundo (j. m.) (6);

circuito Pelotas-Bagé-Livramento (auxiliar ou substitutivo do de Jaguarão): Pelotas (j. m.), Cangussú, Piratini, Cacimbinhas (hoje Pinheiro Machado), Bagé, D. Pedrito, Livramento (6);

ramais: da linha-tronco: Tapes, S. Feliciano, Encruzilhada, Rio Grande, Taim (telefônica), Santa Vitória do Palmar, Herval (7);

da linha da campanha: Taquari, Estrêla, Lageado, Encantado, Santa Cruz, Venâncio Aires, Candelaria, Jacuí, S. Sepé, Itaquí, S. Borja, Quaraí (12);

do circuito S. Paulo: Nova Vicenza, Nova Trento, Caxias, Soledade (4);

do circuito Florianópolis: Novo Hamburgo, Taquara, Santo Antônio da Patrulha, S. Francisco de Paula, Prata (telefônica), Lagoa Vermelha, Bom Jesus (7);

ramais: da linha da Serra: Silveira Martins, S. Pedro, S. Vicente, Jaguarí, S. Tiago do Boqueirão, S. Francisco de Assís; Ijuí, Santo Ângelo, Guaraní (telefônica), S. Luiz de Missões; Palmeira, Campo Novo (telefônica), Alto Uruguai (telefônica), Iraí (14);

do circuito Pelotas-Livramento: Lavras (1);

dos sub-ramais: Barra do Rio Grande (telefônica), Junção (rádio-costeira), Passo de S. Borja (3);

urbanas (em Pôrto Alegre): Palácio do Governo, S. João, Várzea (telefônica) (3).

A par do desenvolvimento das linhas, as estações iam sendo melhoradas em suas instalações, para poderem atender convenientemente ao intenso e crescente tráfego. Já não bastava o antigo aparelho Morse **simples**; montaram-se **duplex** em Pôrto Alegre, Pelotas e Jaguarão, para as comunicações com Montevidéo; em Alegrete, para as comunicações com Buenos Aires.

Em 14 de julho de 1903 o chefe da Secção Técnica dr. Leopoldo Inácio Weiss, que fôra notável auxiliar e colaborador da obra do eminente Barão de Capanema, inaugurava o serviço pelos aparelhos rápidos impressores Baudot entre as estações Central (Rio de Janeiro) e Pôrto Alegre, com translação em Curitiba, em sua variante tríplice, e entre Pôrto Alegre, Pelotas e Rio Grande, com escala na segunda dessas cidades.

Mais tarde, após a divisão do Estado em dois distritos telegráficos (1906), foi também instalado em Bagé um desses aparelhos rápidos, em comunicação com Pelotas. Era projeto da administração do 2.º daqueles distritos estender essa rede Baudot até Livramento, por um lado, e até Jaguarão, por outro, em demanda de Montevidéu, mas não foi possível a realização do plano concebido.

Em 1915, removido o chefe do 2.º distrito para o 1.º com sede em Pôrto Alegre, cuidou logo da instalação dos mesmos aparelhos em Santa Maria, para o serviço interior, e em Alegrete e Uruguaiana, para o tráfego exterior com Buenos Aires, caso a Administração Argentina adotasse um sistema semelhante de comunicações elétricas.

Comissionado, em 1925, êsse mesmo alto funcionário, pelo Diretor Geral dos Telégrafos, para ir às duas capitais platinas promover um entendimento no sentido da execução dêsse projeto, diversas circunstâncias de ordem administrativa e técnica não permitiram levar a efeito êsse importante melhoramento.

Por motivos e necessidades de serviço a instalação Baudot de Uruguaiana foi, em 1931, transferida para S. Gabriel, mediante plano e esquema do hábil telegrafista Lourival

Elísio de Alcântara e com reais facilidades e vantagens para o tráfego telegráfico.

Nessa ocasião foi montado em Cachoeira, pelo citado técnico e de acôrdo com projeto do chefe do distrito, um aparelho **teletipo** (também rápido-impressor) em harmonia com outro igual de Pôrto Alegre. Era o início de uma rêde que abrangeria, mais tarde as estações de S. Leopoldo e Alfredo Chaves, para o serviço da florescente região colonial, e Santa Maria, Cruz Alta e Passo Fundo, para o tráfego com a rica zona serrana.

Sôbre a radiotelegrafia no Rio Grande do Sul o distinto telegrafista Alcides Parísio de Souza forneceu-me interessantes indicações, abrangendo a sua fundação e o seu desenvolvimento.

Em 1912 o Govêrno Federal montava em Junção, localidade próxima da cidade do Rio Grande, a primeira estação radiotelegráfica no Estado, destinada a manter comunicações com os navios.

A proposta de construção e montagem dessa importante estação vinha sendo feita desde 1908 pelo engenheiro-chefe do 2.º districto. Compreendia um prédio para aparelhos e residência do encarregado, um prédio para o motor, dínamo, acumuladores, etc., e três casas para moradias de empregados, além de um grande galpão para depósito de material e acomodação do guarda.

O material era do sistema Telefunken, então muito reputado, fornecido pela casa desse nome, na Alemanha; foram incumbidos da sua montagem o referido chefe do distrito, um técnico especializado daquela firma e o hábil telegrafista Alexandre Gastaud.

“A estação de Junção estava dotada de todos os recursos capazes de garantir o seu funcionamento inteiramente independente, possuindo grupos motores-geradores próprios e baterias secundárias (acumuladores) de grande amperagem. Êsses motores, a óleo crú, produziam a energia elétrica para as necessidades radiotelegráficas e ainda para a iluminação dos edifícios. Êstes ocupavam vasta área em bela si-

tuação topográfica, limitada pela estrada de ferro (ramais de Rio Grande a Pelotas e ao Casino), pelo Saco da Mangueira e pela estrada de rodagem do Bolacha.

“O sistema transmissor comportava, além dos elementos elétricos propriamente, os radiotelegráficos, consistindo em alternadores de alta ciclagem (500 ciclos por segundo), transformadores de alta tensão, centelhador ou spark, garrafas de Leyde, comutadores de antenas, chaves Morse, etc., etc.

“Concluída a montagem, para que muito contribuiu o experimentado telegrafista Alexandre Gastaud, como auxiliar do engenheiro A. Batista, foi seu primeiro encarregado da estação o telegrafista José Francisco de Campos Filho, depois substituído por uma das glórias do Telégrafo Nacional, o ilustrado telegrafista Alfredo Laranja e Oliveira.

“Até 1926 nenhuma outra estação radiotelegráfica foi montada no Estado, destinada a serviço regular de tráfego. Nesse ano, como consequência dos tremendos temporais que cortaram os condutores metálicos ao sul do Paraná e dos resultados obtidos pela estação de um amador licenciado e funcionário do próprio Telégrafo Nacional, a qual manteve, por intermédio da receptora do telegrafista Dionísio de Souza, em Florianópolis, permanente ligação, diurna e noturna, com Pôrto Alegre, resolveu o Govêrno instalar na capital gaúcha uma estação de ondas curtas, para auxiliar o tráfego telegráfico em casos de acidentes.

“Um telegrafista ⁽¹⁾ e os operários Marcolino de Aguiar e Edmundo Mascarenhas, por proposta do engenheiro João Vale ao Diretor Técnico Couto Fernandes, foram designados para construir, na Oficina Mecânica, as instalações necessárias, que, remetidas para Pôrto Alegre sob a guarda do inspetor Leôncio de Castro Filho, ali deveriam ser montadas com a assistência dos telegrafistas Lourival Alcântara e Adeodato Araujo, sendo chefe do distrito o engenheiro Edgard Teixeira, atual Diretor Técnico de Telégrafos.

(1) Alcídio Parisio de Souza.

“Dos sucessos alcançados por esta modestíssima instalação, inaugurada em dezembro de 1927, resultou a montagem de mais duas estações, posteriormente adquiridas à **Radio Corporation of America**, as quais efetuam hoje a totalidade do tráfego telegráfico entre aquela capital e o Rio de Janeiro.

“Dispõe o atual Departamento dos Correios e Telégrafos no Estado do Rio Grande do Sul de instalações radiotelegráficas auxiliares do tráfego em Jaguarão, Passo Fundo e Santa Maria”.

Além destas estações oficiais-federais, existem muitas particulares em todo o Estado, pertencentes a companhias de navegação quer aéreas, quer marítimas, e o Governo do Rio Grande dispõe, no seu palácio, de uma instalação radiotelegráfica com capacidade para lhe permitir correspondência com o do Catete, e também de estações apenas destinadas aos serviços de rádio-patrolha de polícia na Secretaria de Segurança e nas delegacias de Pelotas, Rio Grande e Passo Fundo e 4 motocicletas.

“Não pára aquí, porém, o progresso radioelétrico no Estado, que, dentro de meses, estará ligado ao Rio por nova e poderosa estação radiotelegráfica-telefônica, destinada ao serviço público, que está sendo montada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

“Concluída esta instalação, dependendo apenas de escolha de local conveniente, estando já a aparelhagem em Pôrto Alegre, estarão os rio-grandenses habilitados a conversar, de viva voz, com seus correspondentes, interessados, amigos ou parentes, realizando, assim, os seus negócios ou mandando saudades, ouvindo ou sendo ouvidos **pessoalmente**”.

Em seu relatório de 1930 o chefe do distrito sugeria, por vários motivos, a montagem de outras estações radiotelegráficas no Estado, formando uma rêde, em Tôrres, Rosário, Uruguaiana, S. Borja, Pelotas, Jaguarão, Bagé, Santa Maria, Passo Fundo e Vacaria.

O volume total do tráfego telegráfico efetuado em 1932 por todas as estações do Rio Grande do Sul, nas duas dire-

torias regionais em que foi dividido o Estado (com sedes em Pôrto Alegre e Santa Maria), após a fusão dos serviços postais e telegráficos em um só departamento, foi a seguinte:

Pôrto Alegre: telegramas	4.733.997
Santa Maria: telegramas	1.211.142
Soma	5.945.139
Pôrto Alegre: palavras	87.393.372
Santa Maria: palavras	12.327.792
Soma	99.721.164

Quanto ao movimento financeiro, a renda e a despesa totais dos serviços postais e telegráficos no Estado durante o mesmo exercício de 1932 foi a seguinte:

Pôrto Alegre: renda	5.115:330\$763
Santa Maria: renda	1.112:699\$885
Soma	6.228:030\$648
Pôrto Alegre: despesa	5.339:918\$151
Santa Maria: despesa	1.441:612\$102
Soma	6.781:530\$253
Pôrto Alegre: deficit	224:587\$388
Santa Maria: deficit	328:912\$217
Soma	553:499\$605

Em 1933 o movimento telegráfico nas duas diretorias regionais foi o seguinte:

Pôrto Alegre: telegramas transmitidos.	3.848.150
Santa Maria: telegramas transmitidos..	213.621
Soma	4.061.771
Pôrto Alegre: telegramas recebidos ...	946.548
Santa Maria: telegramas recebidos	245.324
Soma	1.191.872
Pôrto Alegre: palavras transmitidas ..	70.749.327
Santa Maria: palavras transmitidas ...	3.619.452
Soma	74.368.779
Pôrto Alegre: palavras recebidas	15.557.784
Santa Maria: palavras recebidas	4.197.877
Soma	19.755.661

A renda e a despesa totais dos serviços postais e telegráficos durante êsse mesmo ano de 1933, cujo exercício financeiro foi de 15 meses, terminando em março de 1934, foi a seguinte:

Pôrto Alegre: renda correios	3.595:137\$800
Santa Maria: renda correios	783:074\$400
Soma	4.378:212\$200
Pôrto Alegre: renda télégrafos	2.784:644\$700
Santa Maria: renda télégrafos	671:836\$500
Soma	3.456:481\$200
Total	7.834:693\$400

Pôrto Alegre: despesa correios e telégrafos	6.547:965\$200
Santa Maria: idem	1.856:469\$600
Soma	8.404:434\$800

Donde resulta o **deficit geral**, de correios e telégrafos, nesse exercício, no valor de **569:741\$400**.

Em 1934 a estatística telegráfica foi representada pelos seguintes totais, para cada diretoria regional:

Pôrto Alegre: telegramas transmitidos e recebidos	4.749.823
Santa Maria: idem, idem	1.377.589
Soma	6.127.412

Pôrto Alegre: palavras transmitidas e recebidas	84.006.726
Santa Maria: idem	8.634.391
Soma	92.641.117

Observação: Não posso garantir a exatidão dêstes algarismos por não ter sido ainda publicado o relatório do dr. Diretor Geral.

Quanto ao movimento financeiro dêste mesmo ano, embora o exercício tenha sido apenas de 9 meses, o seu balanço ofereceu um pequeno saldo, como vemos pela sua discriminação:

Pôrto Alegre: renda correios e telégrafos..	4.647:141\$500
Santa Maria: idem	1.044:814\$500
Soma	5.691:956\$000

Pôrto Alegre: despesa correios e telégrafos.	4.229:409\$800
Santa Maria: idem	1.180:536\$600
Soma	5.409:946\$400

Donde resulta o **saldo geral**, de correios e telégrafos, nesse exercício, no valor de **282:009\$600**.

Em 31 de dezembro de 1933 existiam em exercício, segundo dados fornecidos pelas Diretorias Regionais nos Estados, os seguintes funcionários postais e telegráficos no Rio Grande do Sul:

Pôrto Alegre	1.318
Santa Maria	333
Soma	1.651

Em sua grande maioria as agências postais-telegráficas no Estado funcionam em prédios particulares, alugados. A sede da Diretoria Regional em Pôrto Alegre está instalada em belo edifício, especialmente construído pelo Governo Federal para êsse fim, mas que hoje já não corresponde nem às necessidades do serviço, nem às comodidades do pessoal. Nesse edifício foi últimamente feita uma reforma geral, na qual despendeu-se a importância de **168:000\$000**.

A agência postal-telegráfica da cidade do Rio Grande funciona em dependências do antigo prédio da Alfândega, à praça General Teles.

Depois de 1931 foram construídos prédios especiais destinados às agências de Alegrete, Caçapava, Caxias, Piratini, S. Borja, Taquarí e Uruguaiana, no valor total de **931:808\$500**.

Oxalá os nossos recursos financeiros possam permitir a continuação dêste sistema administrativo de aquisição de casas para o funcionamento dos nossos serviços postais e telegráficos, de modo a serem dotadas de tão útil melhoramento não só as principais cidades do Rio Grande do Sul como as dos demais Estados da União.

Este modesto e resumido trabalho, muito aquém do que merece o meu glorioso torrão natal, organizado e escrito sob angústia de tempo e com falta de elementos históricos indispensáveis, constitue sincera homenagem cívica que tributo ao meu inesquecível Rio Grande na época em que se comemora o maior acontecimento social da sua vida política.

Circunstâncias várias persistem em manter-me afastado da terra amada, mas eu a tenho sempre em fervorosa adoração no espírito, e sobretudo no coração, martirizado de recordações e de saudades.

Rio, 4 de outubro 1935.

Amaro Batista

Conferencias no Instituto

DISCURSO DO DR. MANOEL DUARTE EM SUA RECEPÇÃO NO INSTITUTO

Bem vos eu compreendí a espontaneidade da excelsa gentileza. Na vossa afetuosa acolhida a êste severo retiro de trabalho e identificação, distinguistes o pesquisador desgarrado no gentílico recesso nordestano. Enquanto, porém, estimuláveis o plebeu entusiasta da própria origem planaltina, juntamente exalçarieis o nacionalismo saudável, altivo e sem lardes, à população daquela rechã maravilhosa, que, em verdade, ainda não teve representante autêntico a nenhuma corporação, ou assembléia de espécie alguma. Em cabo, tínheis a benévola intenção de me aprazar à detença em colheita genealógica, de mais tomo e valia, da gente do Nordeste da Serra — acima, a cuja investigação originária me venho desenganadamente consagrando. Devéras lhe eu dedico horas fecundas, de escasso lazer, senão que de constante inspiração e diligência.

Duplicemente e quanto em mim ser possa, obedeço-vos ao bondadoso imperativo, que me conferís.

Certo, já êste distintivo regionalista, generosamente mo atribuiu o grande Afonso de E. Taunay: “enamorado do bêrço meu natalício, encantado do sublime da paisagem creoula, enfeitado do Planalto estupendo”, cujo extremo levantino, — os Aparados — em verdade seduz, arrebat, esmaga, estonteia, no vertiginoso daquela antevisão fantastica, de grandiosidade incomparavel e única.

Regionífilo, pois, serei, sem a mínima preocupação do linguajar autóctone, que subsidiariamente arrolo à melhor compreensão de característicos fenômenos sociais e inconfundíveis hábitos e costumes daquela sincrética vivência afetiva, erigida ao próprio exílio voluntário a que secularmente se anegara aquele soberbo nódulo instantâneo de intrépidos conquistadores povoantistas.

Eu aceitei, sem résteas de vaidade, mas tímidamente, a iniciativa do vosso julgamento e a honra insigníssima da vossa companhia institutária. Adjudicarei, porém, aos pagos meus idolatrados esta excelsitude imerecida, — lá, nas culminâncias orográficas daquele insulamento sem história, donde brotam límpidas vertentes, que veem descorgar no estuário gigante, avolumado, quieto, da planície litorânea. Lá, onde vive o meu povo, que transmudara e fundira aquela civilização, merencórea e sem mescla, profundamente intuída de sadio instinto de brasilidade e detentora de formidável acervo de sacrifícios, dê a tragédia do ciclo expansionista da nacionalidade, irradiante para o Sul, as continuas lutas sul-americanas, té aos últimos dramas contemporâneos.

A hipérbole se transforma em concretismo semostrante, quando se tange postulado meridiano.

E bem. Agora coordenemos, por instantes, a imaginação retrospectiva, através da poeira longínqua e nevoenta, do passado. Meditemos na singela narração do grande Cristovão de Abreu: “Chegando acima da Serra, onde me demorei dois dias sem ver mais que campos e gados “missioneiros, recostados, em 1712”, “naqueles campos mui aprazíveis, dilatados e salutíferos”, do veterano regresso guaranítico. O esforço é tenaz e, gigantesca, a fôrça de vontade abstrativa, — bem o sei. Abicaremos, nesta simbólica redução mental do pretérito, aos primeiros albores da cobiça e indeciso adentramento português, naquela desértica imensidade selvagem.

Ainda bem que à inspiração da poesia cede caminho a que falta positiva relatividade de pacífica demonstração.

Chegados, de montante, às primárias nascentes da lenta penetração povoantista no escampado loiolano, rico de rebanhos bovinos e afestado de índios intratáveis: — assistiremos aos remotos bruxoleios do “fiat” prodigioso.

Tal, a visão retrocessiva do espetáculo posesório, na conquista e povoamento segrais da esplanada nordestina.

Que de lutas anônimas, que de milhentos obstáculos inenarráveis, que de suave enlêvo de lendas místicas, porém, sussurram merencôreamente nas tradições imperecíveis daquele drama genuinamente nacionalista!...

E foram duelos com as agrestias cruentas da natureza. Com a volubilíssima rispidez das invernias, naquele clima indefinidamente tropical. Com a solidão insulana, agoirenta de assombros e literalmente cercada de serraania intransponível. Com as cruelíssimas irrupções periódicas do gentio espoliado e vingativo. Com o espantoso das distâncias de comunicação e mútuo, entre aquele núcleo audaz, de desterrados espontâneos, e as mais próximas vizindades primitivas. Perenes desafios a todos os perigos cotidianos, no temerário desdobramento da tenda rústica do pastoreio, exposta ao relento implacável dos sertões bravios.

Páginas refulgentes. Entrechos de epopéia. Avanços e, alternativamente, retrocessos. Vitórias e derrotas. Iniciação de fixidez e êxodo repentino. Retiradas intermitentes. Flutuações indefinidas, de forasteiros vagantes. Inexpressiva rotação ciclica, de nomadismo atávicamente ressurgido da idade heróica das bandeiras, a ensair-se, desjeitoso e bisonho, na sugestiva miragem da pastorícia sedentária e promissora.

Ofensiva contra a adversidade ambiente. Contra as hostilidades gêntico-jesuíticas. Interdição alojativa e desânimo contagioso. Amparo oficial. Consolidação migrantista, por derradeiro.

Certo, nenhum aglutinado improviso, nenhuma leva migratória encontraria maiores empecilhos à vagarosa propagação colonista, no país dos Tapes. Este, o destino dos avoengos meus desabalados, nas tentativas aleatórias, que fizeram, de predomínio sôbre os impiedosos “Certoens de Via-

mon". E batalharam. E sofreram. E resistiram. E impuseram.

Afinal, avultaria mais incisiva providência administrativa, na resolução de acantonamento assíduo de fortes contingentes das milícias reais e tropas auxiliares, cuja officialidade ponteia partidas de cavalaria ligeira. Desbravar-se-ia o ensoo inhabitável. Impulsionar-se-ia, de contado, segura radicação a sobrevividos pretensores possessivos, na insula continentina, pordavante, mais tranqüila e acessível.

Inaugurar-se-ia, entremettes, a éra definitiva de expansão territorial, entre futuros nordestinos adotivos, afeitos às agruras do clima sertanejo.

Ao mesmo tempo se revelaria (e foi a salvação) o espírito praticantemente negociista nos maiores daquelas pacientes rondas andantes, de mantenedores da inviolabilidade suzerana das "Fronteras do Distrito dos Pinhais". E tudo foram expropriações e seqüentes concessões de "posse" ao "descobridor e primeiro ocupante" de imensos latifúndios patriarcaes. E foram tudo sumários traspassos verbais de possessões a noviços pretendentes alienígenas, atraídos de longe.

De sorte que, na alvorada do período incipientemente jurídico das sesmarias, prepondera, assim no Planalto, como adunia, a exclusividade militar, entre os grandes possuídores solarengos e sôfregos transadores de terra sem dono. Poucos, porém, se deteriam assistentes nos babilônicos latifúndios concedidos, ou apossados. Entre os quais, apenas se contam Manoel da Fonseca Pais, Costa Varela, Joaquim Antônio de Oliveira. Os mais eram transitantes intermitentes. Apropriavam-se de grandes estâncias ou as compravam constantemente a antecessores e, de chôfre, as transavam a novos migrantes convergentes. Negociantes insaciáveis. Empreendedores sem esmorecimento.

Ainda bem que se lhes deve à iniciativa providencial o êxito povoantista, no descampado silvícola nordestense.

Aparições meteóricas. Benfazerentes missionários do Poder Público, cuja éra a autoridade volante. Assomavam políciantes e, rápido, se afundiam em graves operações territorias.

Ageiravam compradores distantes, aos quais transacionavam largas extensões de campos recém-adquiridos. E, enjoado, o mercado ou, encarecida, a mercadoria, de logo rumavam a outras paragens mais em ser, olhar fito na sinistra vereda das fronteiras baldias...

Transadores e retirantes — já chamei a esses assombrosos industrializantes fazendistas, desinquietos propagandistas pastorís e abnegados povoadores das solidões incultas.

De feito, foram militares, milicianos, dragões, oficiais auxiliares, humildes subalternos — os maiores mercadores de solo reiuno, no Riogrande, cuja distribuição divizinária precipitariam e, quando, fomentariam a procura e cultivo das sesmarias ignotas. Norteariam a formação da propriedade imobiliária. Impulsionariam decisivamente o desenvolvimento da atividade pastorícia. Em suma, lançariam vigorosos alicerces à valorização dos campos e à lenta prosperidade economica dos Pampas eternos. Predestinados beneméritos. Plantadores de energia, tenacidade, bravura, civismo e audácia indomáveis: — autênticos patriarcas do Rio Grande do Sul, cujo passado, embebido de sangue e fulgurante, de heroísmo nacionalista, simbolizarão perenemente.

Neste sentido, bem mais que no das lutas segrais do Rio Grande, acorrentado à tragédia platina, de bom aviso é que se lhes confira o emblema de — “acampamento militar, que erigiu florescentes cidades fronteiristas. Entretanto, a própria tenda prosaica do campeiro, que evoluiu até à imponência majestosa da atualidade, relembra, assente no espinhaço altiplano das lombadas, ao descortino amplo dos horizontes, alguma avançada atalaia de partidas vigilantes!...

Precavido, nas origens povoantistas, o instinto divinatório do primitivo possessor de sesmaria. Obtem esta. De imediato a batiza. Invoca-lhe a proteção do santo seu devoto. Davante, elege acantonar-se no acume sobranceiro e ridente, da coxilha, onde altear minúsculo rancho moradio e divizar, em vigia diuturna, a amplidão da vizindade agressiva. Arrotea a hermidade. Consolida-se. Triunfa. Prolonga-se. Perpetua-se.

Dessa altitude culminante, de prontidão defensiva, mal

sente escoar-se-lhe a própria existência, de agitada energia incessante. Já no ocaso inexoravelmente retirante, augura pressagos indícios de próximo esboroe latifundiário àquela construção pacientemente acabada. Já, pois, no ar indecifrável, entrementes vislumbra errantes prenúncios da grande transformação, que vem longe...

Depois... Depois, sobrevém o reparte sucessório, o parcelamento forçado àquela unicidade solarenga. Lentolento, assiste-lhe a descendência desadvertida ao progressivo desdobramento pastorício, à recrescente subdivisão da propriedade, à pasmosa inovação da atividade economica-industrial, em todos os vértices do quadrante riograndense.

Cem anos de expectativa contemplativista, tateio e deslumbramento. Ausência de espírito de transição assimilativa. De adaptação renovadora. De compreensão da época. De selecção evolvente, entre os mais hábeis e resolutos.

Enfim, o desânimo naquela imensidade estacionária, descontinua, decadente. Desfazem-na, em definitivo, os sucessores vencidos. Descem-se dispersivamente, passo a passo, da colina histórica, esbatida de sol primaveral e distensa perspectiva de visualidade, até à placida monotonia da planície-melancólica, onde irão tentar, sem plano, enveredar no ignoto da labuta agrícola.

Certo, já se aperceberiam de que perderam, de inopino, o precioso do capital servil, cujos espécimens, libertos e aturdidos, sem solo, sem lar, parasiteiam, sonambólicos, pelas estâncias mutiladas, onde vegetam e perecem, sem o consolo da perpetuidade... Ou se despencam, em corrida vertiginosa, para as cidades grandes, onde se aclimam, na humildante resignação da indigência pedinte...

Intuiriam, de longe, sem contudo, pressentir a estensão implacável das conseqüências advenientes, em que se adentrariam, arrastados pelos caprichos do destino.

Vai, entretanto, começar o duelo sem remédio, desigual e renhido. Encarecido, o braço operário, no incipiente ruralismo nativo.

Inicia-se extensa mutação agrária, donde seria batido e expulso o nacional, em concorrência com o alienígena euro-

péu, recém colono e afeito ao labor intenso e permanente, da agricultura, onde floresce e prolifera o estrangeiro veterano.

— Ao mais apto, a vitória!

Por outro lado, parece que a pouco e pouco, já se vem infiltrando, alhures, o precoce recurso elegante, de sacrifício afetivo, assustadoramente irradiado de certos países super populativos: — a desnatalidade, com invasora e alarmante progressão contemporânea.

Ademais, é sobremodo sensível a disparidade natalícia entre nossos centros genuinamente nacionais e centros de origem estranha.

Dilucidativo e oportuno, o confronto.

Assim que, em 1926-1927, era a população do importante município de Bagé, composta de 46.298 habitantes. Registraram-se, neste período, 675 nascimentos. Compunha-se de 45.871 habitantes, a êsse tempo, a do opulento município de Montenegro, onde se deram 2.784 nascimentos, nesses dois anos. Logo, a diferença natalícia, em favor desta última circunscrição, é de 2.109 nascimentos. Portanto, em cem anos, aquele município fronteirista terá mais 67.500 nascimentos, contra a espantosa cifra de 278.400 nascimentos, verificáveis na população montenegrina.

De 16.012 foi a população de Itaqui, em 1926-1927. No mesmo espaço de tempo, houve, ali, 496 nascimentos. A de Garibaldi, nesse biênio, orçava por 15.875 habitantes. Verificaram-se, nesse período, 1.203 nascimentos. Diferença, a prol de Garibaldi, 707 nascimentos mais que no de Itaqui, com maior densidade demográfica, ou sejam: 70.700 nascimentos em Garibaldi, sobre Itaqui, durante uma centúria, no total de 120.300, contra, apenas, 49.600.

Possuía Antônio Prado, 1926-1927, 9.516 habitantes. Rosário, neste período, 18.831 habitantes. 753 nascimentos se registraram em Antônio Prado e, em Rosário, 824. De sorte que Rosário, com população de quasi dôbro, teve apenas mais 71 nascimentos do que Antônio Prado, em dois anos.

Tinha Piratini, 1926-1927, 14.940 habitantes, com 650 nascimentos. E o Prata, 14.200 habitantes, com 929 nasci-

mentos, nesse período. Ou sejam 279, no Prata, mais que em Piratini.

Longa e, em verdade, impressiva, a seriação. Mas, paremos aqui. Não entra em minha digressão o pessimismo nacionalista. Creio no milagre da perpetuidade do sangue brasileiro, na alma indômita dos Pampas. Apenas comento. Manejo dados estatísticos. E suponho não errar, nem ser importuno, se enuncio a defesa preventiva. Vive de derrotismo o que tem o horror de afirmar e enfrentar adversidades relativas e passageiras. Se o remédio é heróico, melhor se recomendará à segurança da diagnose.

Outra e mais profunda será a razão causal desta incontestável disparidade nativa. Natalidade e vitalidade termos são correlatos, de efeitos semelhantes. Tangem ambas as retilíneas fronteiras invioláveis da eugênica. Pressupõem fecundidade conjugal, alegria ambiente, desejo de perpetuidade, saúde moral, tranqüilidade afetiva, corajosa confiança no próprio futuro, alimentação, a própria, satisfeita, sedentarismo, normalidade profissional, higiene, conforto... Não esgotarei a profanidade venial à assertiva literária: discreto entre patriotas, nesse Cenáculo de tradição nacionalista, cuja é a guarda vigilante.

Estou que longe não andaria da finalidade nativista quem pregoasse a urgência de acantonamento sistemático às levas errantes, assim das cidades, como dos galpões e agregos estancieiros, em metódicas dotações glebárias, em gânglios tribues, com assistência, ensino, direção e estímulo cotidianos. Seria despertá-las à vida, à comodidade obreira, às possibilidades de trabalho remunerador, à consciência de pequeno proprietário, ao sentimento e aspiração de independência econômica. Incorporá-las à civilização, atraídas ao enlêvo e cultivo da propriedade solar. Ensinar-lhes as virtudes másculas da poupança e o ensêjo de produção agrícola emancipadora. A muitos, desviar da carreira vertiginosa do vício e da revolta reformista. Saturação moral ao negativismo protestante e latente. Minorar a dolorosa situação social à sombria legião dos sem trabalho, cujo fundo inato, de energia e bondade avoengas, ainda sobrevive, murmurante,

no desamparo e no sofrimento, à margem da corrente rumorosa da vida.

Rumo aos campos, à profunda vida rural.

Certo, o quadro é nítido e o paralelo, convincente.

Penúria, vegetativismo indigente, desconforto solar, nas flutuantes camadas médias, do “cerne vivo da raça”. Refluxo migrantista, ganglionário, para as cidades. Decadência genérica, lenta e obscura, na desaparecente aristocracia fazendeira, em luta com milhentos fatores depressivos, neste instante de transição.

Sólida e próspera, a estabilidade agrário-industrial, na colônia alienígena, proprietária, gasalhada, servida de vias acessíveis ao sangramento da produção... Eis que talvez se atine a imagem ignota da flagrante desproporção racial, a aparente e inexplicável inferioridade nossa biológica, produtora e procreativa...

Equipará-las, nacionalizá-las, sincretizá-las, capilarizá-las: seria preparar, assimilar, absorver e fundir o próprio futuro da brasilidade persistente, cujo espírito não perecerá na posteridade, que deverá compreender o presente, como este soube entender, exaltar e continuar o passado.

Palavras do crente. Ensaio de optimismo. Confissão de fé. Comunhão de esperança. Exortação de caridade ao genuíno “substractum” creoulo, ambulatório e recolhente. Desadvertido e olvidado. Anônimo, humilde e sempre afetivo.

Breve, na vida dos povos, o simples transcurso inalterável, da Centúria. Mais depressa, porém, que o rolar do século na imensa bacia da eternidade, agravar-se-à a natalícia diferença progressiva, que se esboça, talvez, até à eliminação totalitária da legítima espécie autóctone.

Localizar o nacional autêntico, andarego e disperso: cembobrar, antequanto, as condições biológicas da eugênica específica: — são postulados intrínsecos, que axiomáticamente se completam.

Contudo e, por tudo, eu creio. Não libarei jamais o veneno sutilíssimo do pessimismo, que só gerar os precursores e revoltados. Por isso, afirmo. Por isso, confio.

Afirmo a crença na vitória da raça. Confio nas virtudes cívicas da nacionalidade. Por igual, confio na vossa comprovada benevolência ao insulano converso, que se confessa e comunga, neste vosso Templo de sadio (nacionalismo e exalçamento das tradições de brasilidade, nos Pampas imortais.

DISCURSO DE RECEPÇÃO DO DR. FELIX CONTREIRAS RODRIGUES NO INSTITUTO

Ilmo. Sr. Presidente. Ilustres Confrades.

Neste acolhimento que me fazeis cumprir-me reconhecer a honra com que enriquecestes o meu obscuro nome, a glória de que o aureolastes, assim como confessar o meu inaudito prazer, a minha viva satisfação, por entrar nesta casa e privar convosco, confrades, que sois dos da mais alta expressão da cultura rio-grandense. Acresce ainda a esta honra, a esta glória, a este prazer, a oportunidade, por vós oferecida e por mim anhelada, de depositar em vossas consciências a minha profissão de fé na brasilidade; sobretudo, sendo eu regionalista dos mais amorosos do seu pago e dos que mais se deleitam nos encantos do linguajar gaüchesco. Não são antíteses — o pago e o país — pois que são duas realidades complementares. E' do **pagus**, precisamente, que se desdobra o país, para agasalhar, para proteger, os distendimentos da pessoalidade daqueles que surgem do torrão, mas que se desdobram na floração das mais altas conquistas do espírito — no direito, nas artes, na guerra, na ciência, na indústria. O país, a pátria, nada mais é do que a dilatação do pago, correspondente à dilatação integral dos seus habitantes: assim como o nacional é o comunal na sua maior ampliação possível. No pago ficam o amor da gleba, as reminiscências da infância, as recordações do lar e as saúdades de côres cada vez mais vivas com que vamos dourando os quadros sombrios da existência. Mas, à Pátria pertencem o orgulho, as ambições de glória, a formação dos interesses, a consciência dos direitos,

toda a seara dos melhores frutos do coração e do intellecto.

Nos estreitos lindes do município, da comuna, está confinado o pago, e, no pago, o lar, o fogão gaúcho, fogo sagrado em que se caldeiam os mais acendrados sentimentos; mas também de onde parte o insaciável espírito humano, aquecido por êsse calor, incendiado por essa luz, para mais vastas irradiações, na tendência sempre mais acentuada à incorporação do circunvizinho, do próximo, do mediato, do longínquo. Assim se dilatou Roma, graças ao poder expansivo dos seus habitantes, ao ponto de absorver-se no grande Império.

“O regime municipal tombou, afirma Foustel-de-Coulanges, porque idéias mais elevadas inspiravam os homens a formarem sociedades maiores, impelidos para a unidade.”

Assim foi em Roma; assim foi na Grécia; assim é no Rio Grande, cujo povo, não cabendo dentro do pago, pende sempre para a finalidade brasileira, que é o engrandecimento comum e simultâneo de todas as partes da Federação.

Quem poderá renegar uma pátria para abraçar-se aos torções do nascimento, sem restringir o ambiente da própria cultura e da perfeição?

Quem desprezará o Brasil pelo seu rincão, sem pisar fora do amplo círculo onde estão acumuladas proteção e glórias, garantidos os direitos e os interesses, e armados os recintos para o eco das nossas mais altas aspirações? Não é, pois, para estranhezas, ser um Rio-Grandense muito apegado à sua Província, aos seus costumes locais, ao seu passado, ao mesmo tempo que ufano e conciente dos seus sentimentos de patriotismo e de devotamentos ao Brasil. Neste momento de comemorações dos fastos imortais de 35, não é supérfluo reafirmar a brasilidade que moveu os entusiasmos farroupilhas, de então, e o seu prolongamento, até hoje, como prova de ser um sentimento vivaz nos corações rio-grandenses; e para que ressalte melhor a unissonância da fama de seus filhos apoteosados. Não é só a voz dos Farrapos que em ecos maravilhosos chega até nós; mas a de todos os Gaúchos que proclamaram e defenderam ideais naquela quadra imortal. Escutemos bem, confrades; e ouviremos nesse vozear do passado uma harmonia que vem de semi-deuses, de indígetes ensaiados

nos contra-pontos da orquestração da História. E, como separar hoje o que há de másculo no gesto de um Farrapo, do que há de viril nas façanhas dos Caramurús? Como proclamarmos o entusiasmo de uns pela República, esquecendo, silenciando a exaltação de outros pelo Império? Como comemorarmos uma verdadeira epopéia, particularizando as suas gestas na fração de um povo, sem despirmo-la do que ela tem de excelsamente humano, de integralmente rio-grandense? Quem apontar uma glória farroupilha, aí achará todo o Continente de S. Pedro, porque ela nasceria ao contacto de uma glória caramurua, vivificada por homens dignos, por homens que se fizeram protótipos de um povo, paradigmas de humanidade.

Quisera desenvolver perante vós esta tese — do quanto devemos aos Caramurús pela porfia na defesa da unidade nacional, contra os embates de uma idealidade, embora sublime, que pudesse comprometer o rigor da realidade pátria. Quisera fazê-lo, conforme a minha intenção e a tradição desta casa; mas a angústia de tempo me forçou a não definir mais do que a minha convicção paradoxal nas conveniências da unidade e da evidência de que a epopéia que nos consagra ao respeito da posteridade se desenrolou e desfechou como função da nossa condição de brasileiros.

Entrar para o Instituto Histórico do Rio Grande do Sul em 1935 é reviver necessariamente a vida de um século atrás, é acender todas as côres da apoteose dos nossos maiores, é o deslumbramento pelas refulgências da nossa própria glória de havermos lutado pelo Rio Grande, de havermos lutado pelo Brasil. Si é verdade que o fanal dos Farrapos atraía-os para um pôrto que aparecia como miragem, a fugir dez anos diante das suas esperanças, também é verdade que êsse sonhado remanso ficava em terras do Brasil, transformado em Federação. E, admitindo que há duas espécies de ideais — aqueles que criamos pela força do nosso espírito e aqueles que recebemos da realidade das cousas, somos forçados a submeter-nos à evidência de que a República idealizada pelos Farrapos era uma República brasileira. Honra e glória a tão denodados lidadores!

Mas, si a parte mais sólida de suas aspirações foi a unidade pátria, quanto devemos aos Rio-Grandenses que fizeram dela o seu cavalo de batalha! Dous princípios se disputaram a primazia, nos encontros titânicos dos filhos do Rio Grande, exibindo nos dous campos mais do que os valores gerados pelo nosso meio, porque focaram expressões sobrehumanas. Desde então, pudemos dispensar as lições de Plutarco sobre a elasticidade, ao infinito, das virtudes humanas; porque tivemo-las aqui mesmo, nas nossas gestas, como escola de civismo e humanismo; temo-las legadas pelos Farroupilhas, temo-las transmitidas pelos Caramurús.

E, com quanta elevação de vistas resistiram estes aos choques furiosos daqueles, para submetê-los afinal à convicção de que o futuro estava no equilíbrio entre a brasilidade e a liberdade! De 1840 em diante não vinha êle intimamente ligado às mais imperiosas exigências do espírito humano, como si a liberdade fôsse uma condição inerente à brasilidade? Pelo menos, foi êste o sentido que deu Pedro II ao seu reinado glorioso e humano; tão evidente, que o perceberam os Provincianos rebelados, logo que, por ameaças externas, foi pôsto em xeque o Brasil em face da República Rio-Grandense. Urgia optar por um ou por outro; e optaram por aquele, cujo Governo liberalíssimo, ao ponto das Repúblicas idealmente liberais, fazia o vácuo na atmosfera política dos Farrapos. Para que continuar lutando pela República, si lutar contra o Brasil era bater-se contra a liberdade? Aos Caramurús devemos a larga visão que nos legou um Rio Grande aumentado, agora, por um patrimônio de ensinamentos que ficam incorporados ao tesouro de virtudes do povo brasileiro. Aos Caramurús devemos a gratidão de se não haver rompido o bloco que tem sido a nossa condição de existência, o acervo das nossas tradições, a continuidade que acabará necessariamente inspirando, instituindo uma consciência brasileira acentuada e imperiosa. E, quem foram êles? E que fizeram?

Foram Rio-Grandenses que defenderam a Monarquia, como a mais perfeita expressão política da unidade de um povo. Quer se chamasse Silva Tavares, quer Chico-Pedro, quer Bento Manuel, ou Medeiros, ou Marques de Sousa ou

Andrade Neves, Loureiro, Osório, todos honraram seus nomes, dignificaram sua nação, com a mesma audácia farroupilha, com a mesma inteligência, a mesma tenacidade, a mesma nobreza d'alma que traduzem o maravilhoso dessa tragédia de dez anos.

Quando Silva Tavares, indignado pela presença de Verdum, que talava o solo pátrio, proferiu impropérios que antecederam ação imediata e punitiva — **Prepara-te, que te vou ensinar, Castelhana!** Maravilhoso! Foi todo o Brasil, foi toda a sua História de três séculos que gritou pela voz do herói. Quando Marques de Sousa restabeleceu a legalidade na Capital, conquistando-lhe o título honroso de — **mui leal e valorosa** — Maravilhoso! Foi o instinto da ordem, da continuidade, da unidade, o que se revelou na audácia do prisioneiro; foi o Brasil chamando a si o Rio Grande. Quando os dous Fagundes se chocaram no Seival, maravilhoso! Foi a prova de que se valiam os Rio-Grandenses dos dous bandos, dispostos, na conquista dos ideais, a jogarem para além da vida as delícias da existência. Quando Andrade Neves enfrenta os golpes formidáveis do furibundo Manduca; maravilhoso! E' o Brasil do passado e do presente que grita — **Alto lá!** às forças antecipadas da regeneração nacional. Quando Osorio, a-pé, em face do inimigo, salta precipite no corssel que passa veloz, sem dono, e salva o seu vulto comprometido na refrega; maravilhoso! Esse corssel é o símbolo da Pátria que arrebatava seu filho dileto para a glorificação definitiva a êle destinada no futuro. Quando Moringue derrota Bento Gonçalves, empanando a sua glória; quando desbarata Canabarro, quebrando a força do seu punho; quando aparece surpreendentemente em toda parte, levando a confusão, a debandada; maravilhoso! E' o gênio brasileiro conduzindo o gládio da vitória a todos os recantos do território da Província. E, quando Caxias, sem desferir um tiro, convence a Bento Manuel, aplaca Bento Gonçalves e Neto, e submete Canabarro às imposições da paz, maravilha das maravilhas! E' a voz brasileira da ordem e da fraternidade que se difunde pelos corações rio-grandenses, inspirando-lhes a certeza da liberdade tão almejada dentro da própria grandeza. Maravilha

das maravilhas! Operava-se o desenlace da epopéia com a vitória do Rio Grande e a vitória do Brasil, conjugados na paz e nas mesmas finalidades nacionais.

Mellius est certa pax, quam sperata victoria; haec in tua, illa in deorum manu est. Venceram todos, porque foi um princípio que venceu — a liberdade dentro da unidade.

Venceu o Rio Grande, impondo as condições da sua adesão ao colosso brasileiro; venceu o Brasil, tanto mais legitimamente quanto melhor foi a condição daqueles contra quem teve de combater; venceu, retemperando no calor da guerra uma geração de próceres que iriam provar aos povos vizinhos o que valem a união e os entusiasmos pela Pátria. Precisamente, nessa geração de Caramurús estavam aqueles que levariam ao fim da História o nome do Brasil.

Era o ilustre Marques de Souza, a quem estava reservada a honra de confundir seu nome com o da Capital da Província; e a de pisar triunfalmente o reduto do Tirano argentino.

Era o impertérrito Andrade Neves — **o bravo dos bravos** — que para enobrecer o seu escudo cobrira o peito varonil de veneras conquistadas a golpes d'armas.

Era Osório, o futuro Marquês — **in fuga postremus, in periculo princeps** — cujos brasões tiveram brilho para si e para as armas de todo o Império.

Era um Câmara, um Mena Barreto, um Joca Tavares; todos, e cada um dêles com seu quinhão de glórias, todos os que haviam preparado, cimentando a unidade pátria, um lugar nos domínios da imortalidade. E todos êles podiam repetir com Salustio: **Pro patria, pro libertate, pro vita certamus.**

DISCURSO DE RECEPÇÃO DO DR. JACÍ TUPI CALDAS NO INSTITUTO

Excelentissimo Senhor Presidente. — Excelentissimos Senhores Membros do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. — Exmas. Sras. — Exmos. Srs.

Ao exprimir-vos, na saüdação regimental, os votos de agradecimento pela minha eleição para uma das cadeiras do

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, cuja intimidade constitue para mim a maior homenagem, eu só tenho que fazer uma restrição.

O eleitorado do Instituto, que sempre se orientou pelo maravilhoso instinto de justiça, pela primeira vez se equivocou; a escolha de meu nome, embora, sujeita a exame num processo longo de escrutínios prévios, recebeu a consagração simbólica dados os sentimentos afetivos de todos vós, que agiram mais pelo coração, que pela razão.

As afinidades de nossas atitudes sociais e profissionais foram estabelecidas, primariamente de modo espontâneo e, posteriormente, por um longo comércio ou correspondência de gostos, de sentimentos e de idéias, de modo a originar entre o eleito e o colégio eleitoral, uma amizade verdadeira, como expressão de um fato essencialmente demonstrativo de confiança na minha humilde pessoa.

E' em obediência ao vosso regimento interno e à praxe ritual sempre adotada, a cuja determinação não devo me esquivar, sem ato de desprimor, que faço uso da palavra, sob profunda emoção e plena sinceridade, para dizer o meu agradecimento pelo muito que me exalta o prêmio extraordinário com que vossa indulgência me galardoou.

Não aceitaria um lugar ao vosso lado si, por ventura, não tivesse uma contribuição modesta e insignificante à cultura sul-riograndense.

Certo, não pretendemos o título de historiador, que só merece quem aos fatos históricos dá uma nova visão de síntese ou esclarece a luz da filosofia da história uma ou outra questão do passado de um povo.

Entretanto, no transcurso de mais de três lustros, meus olhos jamais se apartaram da observação dêste formoso ambiente natural, que é o Rio Grande do Sul, acostumado a amar a minha Terra natal e palmilhando-a, em todas as direções, estudando as riquezas de seu solo e sub-solo; extasiando-me na contemplação de suas florestas e no exame de sua magnífica fauna.

Meu cérebro e coração, formados no meio social sul-riograndense, jamais esteve ausente ao convívio sadio das nossas

coisas, aumentando cada vez mais o amor à nossa gente, tão rica de patriotismo, de bravura e capacidade construtora do nosso progresso material e moral.

Sou um apaixonado das coisas da nossa História, em cujo estudo encontro repouso para o meu espírito, quando procuro fugir aos entrechoques do ambiente social contemporâneo, que é sacudido de modo fundamental por processos utilitários e pessoalistas.

Sou dos que pensam, que é, no recinto das corporações análogas a que me honro de ingressar, neste instante, que podemos realizar alguma obra em prol da educação social e cívica do homem brasileiro, combatendo o desinteresse pelos seus grandes problemas e revivendo, na alma da mocidade, o verdadeiro amor pelas nossas tradições.

Em cada um de vós, senhores membros do Instituto, vejo um estudioso e observador dos fatos sociais, utilizando o verdadeiro método científico, que manda considerar o fenômeno social tal como êle se apresenta no estádio atual da humanidade, mas, ainda acompanhando todas as fases de desenvolvimento desta.

Os vossos trabalhos não constituem simples demonstrações de pura erudição, pois não servem exclusivamente para satisfazer a nossa curiosidade, mas representam investigações minuciosas e profundas, que concorrem para explicar a evolução do nosso povo.

A característica essencial de vossa ilustrada companhia é a dedicação ao estudo dos fenômenos sociais, políticos e administrativos da Nação e Estado brasileiro, de modo que se tornem explicáveis e compreensíveis, demonstrando as causas e fatores que teem produzido a evolução do Rio Grande do Sul, como colectividade e Estado federado.

Agora, senhores membros do Instituto Histórico e Geográfico, eu quero dizer os motivos que me obrigaram a aceitar o título acadêmico de vossa egrégia Congregação, que me arrancou do obscuro sossêgo da minha mesa de trabalho no magistério público, para elevar-me à comoção desta hora e exaltar-me às cerimônias dêste ritual.

Na eleição para membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, cujo processo obedece às mais exigentes normas de moral, eu tive a minha acção social e profissional julgada por ilustrados professores e historiadores, submetendo-me ao juízo ético de cada um, que se dilatou na opinião coletiva expressa oficialmente pelo Instituto.

O juízo moral do Instituto Histórico e Geográfico, sobre a minha humilde pessoa, constitue a maior recompensa para a minha tarefa no magistério; do vosso ato de aprovação e de louvor resulta a minha estima e distinta consideração aos meus ilustrados companheiros, afirmando que voluntariamente obedecerei as normas da ética e as exigências dos nossos Estatutos, numa constante solidariedade.

Na vossa companhia poderei melhor sentir as nossas tradições e os nossos destinos comuns; observar o interesse geral na ordem moral, intelectual e econômica; conjugar, sob normas disciplinadoras dos vossos métodos de pesquisas científicas, a nossa franca e leal solidariedade de pensamento, de vontade e de acção, cantando convosco os mesmos hinos e exaltando as mesmas glórias da heróica e culta gente continentina.

A investidura no cargo de membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico eleva-nos a árdua e nobilíssima função, exigindo de nós uma identificação de ideais, o que vos prometo com a sinceridade de minha atuação na vida profissional e com a pureza das minhas esperanças de poder trabalhar, no seio de vossa ilustrada companhia, pela maior grandesa do Brasil.

Ao Rio Grande do Sul, torrão bendito da Terra do Brasil, surgido para a civilização sob a influência lustral da Cruz de Cristo, erguida no grande arco fluvial da região do oeste e nas alvas velas das naus açorianas, formado social e politicamente nas estâncias, sob o influxo das tradições gloriosas das bandeiras paulistas e da energia dos desbravadores dos

sertões, eu prometo honrar as tradições seculares do teu braço guerreiro e civilizador, que sabendo manejar a espada, também rasgava o seio virgem de tuas montanhas verdes e com o arado sulcava o solo sagrado de tuas planices onduladas.

Gaúchos! Admiro-vos na fortíssima vontade de caráter e de ardor cívico, sempre demonstrados, guardando inteiramente a Terra amada, contra os agressores externos, recalcando povos indígenas, entremesclando raças e fundando cidades, numa constante e fecunda ação civilizadora, assegurando o progresso social pelo amor ao direito, á justiça e à liberdade.

A CONFERÊNCIA DO PROFESSOR LEONARDO MACEDÔNIA

“Minhas senhoras e meus senhores.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul realiza, hoje, esta sessão, solene e extraordinária, para celebrar o 113.º aniversário da Independência do Brasil.

Cumpre o Instituto, assim procedendo, um dos artigos do seu programa, qual seja o de comemorar as grandes datas da nossa grande e amada Pátria.

E o 7 de setembro é, de fato, a maior data da Pátria, por assinalar o dia memorável da nossa emancipação política.

Celebrar e festejar êsse notável acontecimento é dever de todos os patriotas, e dêste sodalício, onde se cultiva o estudo da história da nossa Pátria, com a nobre preocupação de fazer dêsse labor estudioso um curso de civismo, uma fonte perene de entusiasmo, de fortaleza e de animação.

Descobrimento do Brasil

A clepsidra do tempo assinalava o início do ano de 1.500, e D. Manuel, o Venturoso, assistia jubiloso e pleno de esperanças o aparelhamento da frota que, “seguindo a derrota pelo mar de longo”, realizaria o descobrimento do Brasil.

Portugal, “a nação pequenina, que a Espanha comprime e o oceano alarga”, como disse o meu inolvidável mestre, dr. Brasília Machado, o grande orador forense, e erudito professor da Faculdade de Direito de São Paulo, em oração memorável no Centenário de Camões; Portugal, repito, graças à iniciativa do rei D. Manuel, estava em vésperas de incorporar nova gema à Corôa lusitana.

Efetivamente, em 9 de março parte de Belém a frota comandada por Pedro Álvares Cabral, escala nas Canárias, em Cabo Verde, e em 21 de abril divisa terra: Primeiramente, um monte mui alto e redondo; depois, terras mais baixas ao Sul dêle, e terra chã, com grandes arvoredos. O monte recebe de Cabral o nome de Monte Pascoal, e a terra a denominação de Vera Cruz.

Feito o reconhecimento da terra, estabelecidas as primeiras relações com os naturais do país, e adotadas as providências adequadas à tomada de posse das terras, foi chantada no solo a Cruz, com as armas e a divisa de D. Manuel, e a gente da frota, tendo à frente o seu almirante, ouviu a primeira missa celebrada por Frei Henrique de Coimbra. Assistiram o santo sacrifício da missa os indígenas, desnudos e ingênuos, que acompanhavam curiosamente as cerimônias, inteiramente novas para êles, e cujo alcance e significação não podiam perceber.

Nesse dia, 1.º de maio de 1500, Pero Vaz Caminha, o esparto e meticoloso escrivão da armada de Cabral, escrevia a el-rei D. Manuel a famosa carta em que relata o grande acontecimento, e onde assim descreve a formosa terra de Vera Cruz:

“Esta terra, Senhor, é em toda parte praiana, chã e mui fermosa. Em tal maneira é graciosa, que querendo aproveitar, dar-se-á nela tudo.”

Estava descoberto o Brasil.

A Colonização

A Coroa lusitana não se interessou pela descoberta do Brasil, e o Brasil caiu no “olvido oficial”, porque, como assinala João Ribeiro, “ninguém, nem o rei nem a sua Côrte fútil e incapaz, compreendeu a importância da obra de Cabral.

Assim, a grande terra descoberta por Cabral esteve abandonada, e foi objeto da cubiça de aventureiros estrangeiros, perigosos e audazes. Então, ao findar o reinado de D. Manuel, Portugal ficou colocado entre as pontas dêste terrível dilema: “Ou colonizar o Brasil, ou perdê-lo.”

Resolveu-se pela colonização el-rei D. João III, o sucesor de D. Manuel, e para êsse cfeito começou por enviar ao Brasil uma esquadra incumbida de reprimir a cobiça dos franceses que pretendiam dominar a terra descoberta pelo almirante Pedro Álvares Cabral.

Verificando em breve prazo a pouca eficiência da obra da esquadra, pois o que convinha era estabelecer gente, e realisar trabalho na terra, deliberou D. João III que a colonização fôsse feita metódicamente, dividindo o território em Capitanias, cujos donatários gozariam a proteção da esquadra, que a seu turno teria em terra ponto de apôio, e base de operações.

Então, surgem no Brasil as figuras magníficas de Martim Afonso de Souza, de Pero de Góis, de Cristóvão Jaques, de Duarte Coelho, de Pero Lopes de Souza, de Coutinho, de Tourinho, pioneiros da civilização em terras do Brasil, onde edificaram vilas, rasgaram caminhos, animaram a obra de catequese realizada pela Igreja, e souberam transplantar para a terra incorporada à Coroa lusitana os bons hábitos e os sadios costumes da honrada gente portuguesa, de quem nos orgulhamos de descender.

Govêrno geral

Volvem os anos, e D. João III, desejando tornar mais eficiente a defesa do grandioso Brasil, contra os ataques de filibusteiros franceses, e pretendendo coibir abusos verificados

na administração de algumas Capitánias, resolve instituir um Governo Geral, e para isso expede a Carta Régia de 7 de janeiro de 1549, onde se lê:

“Dom João, por graça de Deus, rei de Portugal:

.....
“pela muita confiança que tenho em Tomé de Souza, da Minha Casa, que nas cousas de que o encarregar Me saberá bem servir, e o fará com cuidado e diligência que se dêle espera, e como até aquí tem feito nas cousas do Meu serviço, do que foi encarregado: Hei por bem e me apraz de lhe fazer mercê dos Cargos de Capitão da povoação das terras da dita Baía de Todos os Santos, e de Governador Geral da dita Capitania e das outras capitánias e terras da Costa do dito Brasil, por tempo de três anos”,

.....
“a todos em geral e a cada um em especial Mando que hajam o dito Tomé de Souza por Capitão da dita Povoação e terras da Baía, o Governador Geral da dita Capitania e das outras Capitánias e terras da dita Costa, e lhe obedecam e cumpram, e façam o que lhes o dito Tomé de Souza de Minha Parte requerer e mandar, segundo a forma dos Regimentos e Provisões Minhas, que para isso leva.”

A seguir, chega ao Brasil o Primeiro Governador Geral Tomé de Souza, de quem se dizia, “Possuir o dom de granjear o amor e a confiança de seus subalternos, de ser superior sem deixar de ser o companheiro”.

O Governador Geral toma posse do cargo, e conta com a assistência de um Ouvidor Geral, de um Provedor mor e de um Capitão mor da Costa; o que quer dizer, tinha como colaboradores do seu Governo, um Ouvidor, chefe do serviço da Justiça, um Provedor, responsável pela administração da Fazenda, e um Capitão, incumbido da defesa do litoral.

A obra de Tomé de Souza é devéras notável.

Funda a cidade do Salvador, da Baía, que por mais de 200 anos é a capital da América portuguesa; anima a agricultura, regulariza o serviço de sesmarias, realiza expedições a

Ilhéus, Pôrto Seguro, ao Espírito Santo, à baía de Guanabara, à Iguape, Cananéia, São Vicente, onde aprova a fundação da vila de Santos, e a Superagui, na baía de Paranaguá.

Galga a serra do Mar, chega a Santo André da Borda do Campo, entregando a João Ramalho o governo dessa vila, hoje desaparecida, mas que existiu próxima do local onde surgiu a vila de Piratininga, embrião da opulenta cidade de São Paulo, atualmente uma das glórias da civilização brasileira.

Após quatro anos de proveitosa administração, Tomé de Souza regressa a Portugal, deixando no Brasil Duarte da Costa, seu sucessor.

Os serviços de Tomé de Souza, estabelecendo o Governo Geral do Brasil, firmando o regime da lei e da ordem, fundando e desenvolvendo a Capital da Colônia, fundando outras povoações, zelando os interesses da Fazenda, cuidando da boa administração da Justiça, tratando com brandura os indígenas, introduzindo na Baía a criação do gado vacum, animando a cultura do solo, e dispensando a maior atenção à descoberta de minas auríferas, conforme lhe era recomendado pela Metrópole, constituem o mais importante capítulo da História do Brasil.

A catequese

Ao mesmo tempo em que chegava ao Brasil o Primeiro Governador Geral, aqui aportavam o Padre Manoel da Nóbrega, e os seus cinco companheiros, os padres Leonardo Nunes, Aspicuelta Navarro, Antônio Peres e os dois irmãos Diogo e Vicente Rodrigues, com o encargo de organizar o serviço de catequese dos aborígenes do Brasil.

Medida acertada foi essa do Governo de Lisboa, que preferiu os recursos da religião de Cristo para chamar à civilização os nossos irmãos indígenas do Brasil.

Felizmente para nós, D. João III e o seu governo compreenderam que a Cruz, lábaro da regeneração da humanidade, é também um fator seguríssimo de civilização dos povos.

A êsse gesto do governo de Portugal devemos, como bem notava o nosso arguto escritor Eduardo Prado, aquilo que somos, como povo, e como nação. De todos os meios de colo-

nização, e de civilização, conhecidos e postos em prática, advertia o grande escritor, deve ser condenado o método anglo-saxônico, de aniquilamento dos aborígenes, pelo ferro e pelo fogo, como se praticou na América do Norte; deve ser repellido o processo holandês, de alimentação dos vícios dos naturais, para assegurar a obra de escravização, e de aniquilamento, em proveito do invasor; mas deve ser louvado e exaltado o processo lusitano, de incorporação do indígena à civilização do invasor, por intermédio do sacerdote incumbido da catequese.

Foi êsse processo lusitano que nos salvou e nos permitiu ser hoje uma nação livre e independente.

Progresso — A cobiça estrangeira

Antes de ser uma nação independente, o Brasil, colônia portuguesa, com o Govêrno Geral instalado na Baía, realizou progresso lento, mas seguro e animador. El foi alvo da cobiça de outros povos.

Cobiçaram-no franceses, que depois de expulsos do Rio de Janeiro, freqüentaram a zona do Norte, além de Pernambuco, e lograram alcançar o domínio do Maranhão, de onde também foram expulsos por Jerônimo de Albuquerque.

Os holandeses também cobiçaram o Brasil. Apoderaram-se da Baía, de onde foram expulsos, mas ocupam Olinda e estendem o seu domínio desde Pernambuco até o Ceará, para o Norte, e até Sergipe para o Sul.

Cessa o domínio holandês nessa parte do Brasil, após 24 anos de opressão e de lutas, graças ao movimento libertador em que são heróis homens e mulheres, cuja ação é coroada de êxito no momento da capitulação holandesa na Campina do Taborda, em 26 de janeiro de 1654.

Para sempre ficaram imortalizados os nomes de João Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Felipe Camarão e Francisco Barreto de Menezes.

O brio militar e o patriotismo brasileiro foram postos à prova nas cruentas batalhas dos Guararapes, da Casa Forte,

e do Forte das Cinco Pontas, e êsses feitos militares para sempre immortalizaram os artífices da vitória dos Independentes contra o holandês invasor.

O Inglês:

“Marinheiro frio,
Que ao nascer no mar se achou,
Porque a Inglaterra é um navio,
Que Deus na Mancha ancorou,”

como disse o nosso Castro Alves, nos maravilhosos versos do Navio Negreiro: também teve o seu apetite aguçado pelas incontáveis riquezas do maravilhoso Brasil.

Aparece na Paraíba do Sul, onde se estabelece e de onde é desalojado cinco anos depois.

Surge em Santos, na Baía, no Espírito Santo, no Recife, e em toda parte pratica depredações, e o saque o mais ousado, sendo, afinal, expulso pelos brasileiros ciosos da sua terra.

Assim reagindo contra a audácia do invasor, sempre aniquilado e vencido, o Brasil teve o Governo Geral dividido, e estabelecido em duas sedes, a cidade da Baía, e a cidade do Rio de Janeiro. Comodidades da administração aconselharam essa medida.

Sucessivamente foram adotados a unidade e a dualidade da administração pelo Governo Geral, até que em 1640 foi criado o Primeiro Vice-Rei do Brasil, D. Jorge de Mascarenhas.

Acentua-se o progresso material, e os brasileiros desenvolvem grande atividade, no sentido de ser aproveitada a riqueza do país, ao par da obra de conservação do imenso território que veio até nós, íntegro e soberbo, graças à obra dos nossos maiores.

Os paulistas, destemerosos, devassavam o interior, penetram em Minas, em Goiaz, em Mato Grosso, veem até o território do Rio Grande do Sul. Bartolomeu Dias, Pascoal Moreira Cabral, Fernando Pais de Barros, são, entre outros, os heróis dessa obra magnífica.

Ao Norte, os audazes e infatigáveis descobridores e zela-

dores do território brasileiro, penetram e sobem o rio mar, o grandioso Amazonas, e nas fronteiras instalam os sinais da nossa posse, com os fortes de Tabatinga, Cacuí e Alto Rio Branco.

No Sul, João de Magalhães, com trinta homens, penetra em território do Rio Grande do Sul, pelo sertão, para estabelecer ligação com a colônia do Sacramento, e José da Silva Pais transpõe a Barra, e lança os fundamentos de uma povoação.

Todo êsse progresso adquire notável incremento sob o Governo de D. José I e do seu grande Ministro, o Marquês de Pombal, cuja obra pode ser assim resumida com relação ao nosso país:

Animou o comércio e a indústria;

Protegeu a navegação;

Criou a navegação do Rio de Janeiro em 1750;

Defendeu a liberdade dos índios;

Promoveu o casamento de portugueses com as mulheres indígenas;

Espalhou a instrução primária;

Distinguiu os brasileiros instruídos, aproveitando-os para elevados cargos;

Criou permanentemente o Vice-reinado do Brasil;

Refreou os poderes da Inquisição, que sòmente do Brasil havia arrancado e condenado cerca de quinhentas pessoas.

Todo êsse progresso oferece surto às aspirações liberais, favorecidas por uma ardente propaganda.

Tentativas de independência

Em Minas Gerais irrompe a inconfidência, em que são figuras de alto relêvo José Alves Maciel, Alvarenga Peixoto, Claudio Manoel da Costa, Tomaz Antônio Gonzaga, e êsse admiravel Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que expiou na forca, armada no largo do Lampadosa, o enorme crime de haver sonhado para sua Pátria uma éra de liberdade, quebrados os grilhões que a traziam acorrentada ao jugo português.

Na Baía, dá-se a conspiração de 1798, e do processo então instaurado resultam as execuções capitais dos cabeças do movimento.

A fonte desses movimentos deve ser facilmente encontrada na disseminação das idéias novas trazidas do Velho Mundo pelos brasileiros ali instruídos, e também na revolução emancipadora das colônias inglesas da América do Norte.

E a mocidade brasileira, que estudava em Montpellier e em Coimbra, sempre nobre e generosa como sabem ser os moços, pode reivindicar para si a glória desse movimento.

Domingos Vidal Barbosa, José Joaquim da Maia e José Mariano Leal são, entre outros, os jovens brasileiros que tomaram essa brilhante iniciativa.

Convém, entretanto, interromper a narrativa dos movimentos nacionalistas e emancipadores, para nos determos um momento na observação do período de treze anos, que tantos são os da presença da Côrte Portuguesa no Brasil.

D. João VI no Brasil

Em 1808, fugindo às hostes de Junot, prestes a entrar em Lisboa, a Côrte Portuguesa é trasladada para o Brasil, e o príncipe regente D. João chega à Baía, em 23 de janeiro.

Cinco dias depois de aportar ao Brasil, D. João, cedendo às alegações do nosso grande patrício, o Visconde de Cairú, decreta a abertura dos pôrtos do Brasil a todas as nações do Mundo.

Esse foi um notável acontecimento, seguro precursor de fatos de maior monta.

Na verdade, instalada a Côrte Portuguesa no Rio de Janeiro, onde D. João desembarcou a 7 de março de 1808, realiza esse príncipe uma série de reformas e empreendimentos de vulto:

Cria o Desembargo do Paço, a Casa de Suplicação e o Conselho Supremo Militar.

Estabelece uma Academia de Marinha, a Escola Médico Cirúrgica e a Escola de Belas Artes.

Decreta a instalação do Banco do Brasil, de uma Junta de Comércio.

Determina a organização de um Jardim Botânico e do Passeio Público.

Ainda eleva o Brasil à categoria de Reino unido ao de Portugal e Algarve.

Toda esta série de notáveis acontecimentos assinala, sem dúvida alguma, a vantagem derivada para o Brasil da presença da Côrte Portuguesa no Rio de Janeiro, e o benemerência do príncipe D. João, a quem muito devemos, nós, os brasileiros.

A sociedade brasileira não estava, entretanto, satisfeita em suas legítimas aspirações.

Desejava muito mais. Desejava a Independência política, aspirava libertar-se da subordinação intelectual em que vivia, dependendo de Coimbra, para o ensino da mocidade brasileira, e ansiava pela libertação económica do jugo do insaciável Fisco português.

Incremento da propaganda nacionalista

Prossegue, portanto, com maior intensidade a propaganda da Independência, da última década do século XVIII, com os movimentos da Inconfidência Mineira, e da conspiração Baiana.

Em Pernambuco explode em 1817 o mais notável movimento emancipador, dominado mediante o emprêgo de um exército e de uma esquadra, mas ficaram imortalizados os nomes de Domingos José Martins, do padre Roma, do padre Miguelinho, e de Barros Lima, o Leão Coroado.

Na Baía, em 1821, estala a revolução constitucional, logo seguida de analogo movimento no Rio de Janeiro.

Transige o príncipe D. João, e afirma ao povo, por intermédio do príncipe D. Pedro, que sancionará e jurará a Constituição então em elaboração nas Côrtes portuguesas de Lisboa. Esse juramento, de 24 de fevereiro de 1821, foi seguido do regresso de D. João VI, realizado em 26 de abril de 1821.

Assinalemos, agora, que ao partir para a Europa, e deixando no Brasil, como Regente, o príncipe D. Pedro, o boníssimo D. João VI não tinha ilusões sobre a próxima e inevitá-

vel Independência do Brasil, e na hora da partida disse ao filho que não mais tornaria a ver:

“Pedro, o Brasil brevemente se separará de Portugal. Se assim fôr, põe a coroa sobre a tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela.”

Exercendo o poder, o príncipe D. Pedro observou o curso dos acontecimentos, e também não teve ilusões acêrca da Independência, pois as idéias e aspirações liberais subiam em marcha ascendente.

Entrementes, forma-se no Brasil o partido português, que desejava o regresso ao antigo regime, da época de chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro.

As Côrtes Portuguesas, dominadas por idéias anacrônicas, também assim se manifestam.

Medidas violentas e injustas, emanadas das Côrtes lançaram o príncipe D. Pedro nos braços do povo brasileiro.

Enquanto isso se verificava no Rio de Janeiro, em Lisboa eram insultados e humilhados os deputados brasileiros enviados às Côrtes, e os mais notáveis dentre êles, Antônio Carlos, Lino Coutinho, Diogo Antônio Feijó e Cipriano Barata embarcaram-se às ocultas para a Inglaterra, e daí lançaram um manifesto explicando os motivos da retirada das Côrtes, e de Lisboa.

Prosseguia no Rio de Janeiro com maior intensidade a propaganda emancipadora. Gonçalves Ledo, o padre Januário da Cunha Barbosa, o franciscano frei Sampaio, José Bonifácio, José Clemente Pereira, Martim Francisco, são grandes figuras dêsse formidável movimento, que tomou proporções extraordinárias no memorável dia do “Fico”.

Efetivamente, em 9 de janeiro de 1822, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, partindo incorporado do Consistório da Igreja do Rosário, onde celebrava as suas sessões, e tendo à frente o benemérito José Clemente Pereira, português de nascimento, mas brasileiro pelo coração e pela extremada dedicação aos interesses do Brasil, desceu a rua do Ouvidor, e chegando ao Paço da Cidade, solicitou ao príncipe D. Pedro a sua permanência no Brasil.

Ouvindo a exposição do Senado, o príncipe D. Pedro,

a-pesar-de saber que ia desobedecer às ordens emanadas de Lisboa, e que essa desobediência importava em rompimento de relações com D. João VI, e com o Governo da Metropole; mas atendendo unicamente aos impulsos do seu coração, e ao seu sentimento de amor pelo Brasil, disse a José Clemente Pereira as palavras que êste transmitiu ao povo postado em frente ao Paço:

“Como é para bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao Povo que Fico.”

Ouvindo as aclamações do povo, que delirava de justíssimo entusiasmo, D. Pedro acercou-se da janela, e por sua vez:

“Confirmou as palavras de José Clemente Pereira, aconselhando ordem e tranqüillidade.”

O que houve depois disso foi o precipitar dos acontecimentos, que foram ter um remate lógico e inevitável, em 7 de setembro, às margens do Ipiranga.

Achava-se em São Paulo o príncipe D. Pedro, e no regresso de Santos, onde estivera em visita à família de José Bonifácio, pelas 4 horas da tarde de 7 de setembro é alcançado nas margens do Ipiranga por Paulo Bregaro e Antônio Cordeiro, vindos do Rio de Janeiro com despachos de natureza urgente, recebidos de Lisboa.

Nesses despachos as Côrtes de Lisboa determinavam o regresso do príncipe à Lisboa, e anunciavam a resolução de restabelecer no Brasil o regime colonial.

Era o regresso à posição inferior àquela que D. João VI encontrara no Brasil, em 1808.

Era a anulação de franquias conquistadas a preço de enormes sacrifícios.

Era a humilhação de uma nacionalidade nascente, presa à Metrópole portuguesa por laços muito enfraquecidos.

Urgia resolver com decisão, e reagir sem tergiversar.

E foi o que fez o príncipe D. Pedro.

Lidas as cartas de José Bonifácio e da princesa Leopoldina, e inteirado das ordens vindas de Lisboa, o príncipe D. Pedro acercou-se da Guarda que estivera postada à distância e bradou:

“Amigos. Estão para sempre quebrados os laços que nos

ligavam ao governo português. E nos topes que nos indicam como súbditos daquela nação, convido-vos a fazerdes assim.”

E arrancando do chapéu a fita azul e branca que ali trazia, arrojou-a ao chão, sendo nisso acompanhado por toda a Guarda que, tirando dos braços o mesmo distintivo, lhes deu igual destino:

“E viva o Brasil independente e livre”, gritou D. Pedro.

Ao que, desembainhando as espadas, responderam os da Guarda:

“Viva o Brasil livre e independente.”

“Viva D. Pedro, seu defensor perpétuo.”

E bradou ainda o príncipe:

“Será nossa divisa de ora em diante: Independência ou Morte.”

Por nossa parte, e com o mais vivo entusiasmo, repetimos: “Independência ou Morte”.

Depois, embainhadas as espadas, e galopando à frente da Guarda, entrou o príncipe na cidade de São Paulo, onde foi experimentar as fortes emoções da noite do mesmo dia, derivadas da incomparável vitória que acabara de alcançar, vencendo preconceitos e interêsses de família, afrontando a animosidade de um povo de que estava a depender o seu futuro, só para elevar a nossa Pátria à posição de país livre e independente.

Tais são as palavras da bela narrativa do coronel Manoel Marcondes, o grande paulista, que desde Pindamonhangaba chefiava a Guarda de honra constituída pelo escol da mocidade paulistana, e teve o cuidado de fixar para a posteridade a descrição da viagem até Santos, o regresso a São Paulo, e o episódio histórico do Ipiranga.

Dominado de fundo entusiasmo pela figura galharda do jovem príncipe D. Pedro, concluía o coronel Marcondes, com estas memoráveis palavras:

“Foi um herói aquele D. Pedro.”

Nesse dia do Ipiranga o Brasil foi constituído Nação independente.

No Rio de Janeiro, nas províncias do Sul, em Minas Gerais, a Independência foi acolhida com alvoroçado entusiasmo.

Nenhuma dificuldade no aplauso à resolução do príncipe D. Pedro, que correspondia aos desejos dos povos daquelas regiões.

Infelizmente, em outros pontos do país assim não aconteceu.

Na Baía, que agasalhara o primeiro Govêrno Geral; na Baía que aspirara a honra de acolher em seu seio a Côrte Portuguesa quando aquí chegou em 1808; na Baía, que fôra o teatro de conspiração emancipadora; o brado do Ipiranga não teve a repercussão que fôra para desejar.

Havia na Baía um forte partido português, e uma numerosa guarnição, comandada pelo general Madeira.

Houve, então, a guerra da Independência em terra baiana.

Defrontaram-se os dois exércitos, português, sob o comando de Madeira, e brasileiro, obediente ao mando do general Labatut.

Essa luta, cruenta, em que interveiu a esquadra imperial ao mando do almirante Cockrane, flagelou o povo, terminou com a vitória de Pirajá, em 2 de julho de 1823, desbaratadas as tropas portuguesas do general Madeira, obrigado a evacuar o território, em cêrca de 80 navios de várias espécies, e a velejar para Lisboa, perseguido até as baterias de São Julião, da foz do Tejo, pela valente fragata "Niterói", da esquadra brasileira, sob o comando de John Taylor.

Liquidado o caso baiano, o almirante Cockrane vai ao Maranhão, envia Grenfell ao Pará, e os dois bravos marinheiros desbaratam e submetem as tropas portuguesas, que são embarcadas para Portugal.

Fica, então, ultimada a guerra da Independência, primeiro ato de energia da nossa raça perante o Mundo.

Está concluída a obra da emancipação política, e resta unicamente organizar a Nação e encaminhá-la aos seus gloriosos destinos, em um regime de ordem, e de paz, de respeito à lei e à todos os direitos, dos cidadãos habitantes do país.

Essa tem sido a tarefa empreendida e realizada, durante mais de um século, pelo I e pelo II imperador, sob o regime monárquico, e pela República, instituída em 15 de novembro

e até hoje regendo os destinos do Brasil, para felicidade de todos nós.

Meus senhores.

Aí tendes, em breve e descolorido relato, os principais episódios da nossa história, desde o descobrimento, em 1500, até os fatos que conduziram à Independência do Brasil, alcançada em 1822.

Celebramos hoje, jubilosos, a obra dos nossos maiores. Acerquemo-nos do altar da Pátria, e dominados pelo mais puro e santo patriotismo, recordemos com enternecido reconhecimento os nomes de Tiradentes, do padre Roma, do Leão Coroadado, mártires da aspiração emancipadora; do príncipe D. Pedro, de José Clemente Pereira, de José Bonifácio, artífices da obra da Independência; dos patriotas baianos, maranhenses e paraenses que deram suas vidas para consolidação da obra da Independência.

Glória eterna a todos êsses obreiros da nossa Independência.

O dia é de júbilo. Celebre-mo-lo com amor e fraternalmente.

E, por maiores que sejam as preocupações e apreensões da hora presente, confiemos, meus senhores, no esplendoroso futuro do nosso país, graças ao amor e ao patriotismo de seus filhos, que tceem sido obreiros do seu progresso, e hão de assim prosseguir na obra de civilização, e de progresso, sob o regime da ordem, dêste grande, rico e generoso Brasil.

Na Grécia antiga, relata um historiador, os jovens atenienses, ao saírem do teatro, após a representação de peças heróicas, batiam com as espadas nos escudos pendentes das portas e bradavam: "Pátria, Pátria".

Pois bem. Erguemo-nos todos, senhores, e frementes de santo e nobre entusiasmo, brademos com veemência, antes que finde este dia de júbilo: "Viva o Brasil".

Disse."

Bibliografia Farroupilha

Em virtude da quantidade de obras e trabalhos aparecidos sôbre o decênio farroupilha, quer no Rio Grande do Sul, quer nos Estados, quer no estrangeiro, resolvemos aliás por sugestão de nosso prezado amigo Dr. Buenaventura Caviglia (hijo), — fazer relação tão completa quanto possível do que foi publicado sôbre o assunto.

Muita cousa, em verdade, faltará nesta relação mas não por má vontade e sim por não ter vindo ao nosso conhecimento.

Para maior facilidade do leitor, fazemos, na medida do possível, um resumo da obra ou artigo e classificamos os trabalhos por ordem alfabética de títulos.

Devemos frisar que em todos os jornais e revistas consultados figuram ainda pequenos trechos, mais literários que históricos, — espécie de “pensamentos”, máximas ou sentenças, — que não relacionamos.

Pôrto Alegre, outubro de 1935.

W. Sp.

Alma Gaúcha, por Zeferino Brasil. — Poema heróico em que o grande poeta gaúcho celebra, os feitos e os heróis do ciclo farroupilha — Livraria Selbach, editora, Pôrto Alegre.

Alma Heróica das Coxilhas, por Castilhos Goycochêa. —

Quatro interessantes estudos que Felix Contreiras Rodrigues disse ser “uma evocação de glórias de todos os quilates, de todos os arraiais, à cuja luz se miram os Rio-Grandenses de todos os credos, de todas as famílias de todas as gerações”. Trabalho de grande valor em que se destaca, o capítulo final “A lição de Poncho Verde”. — Editorial Limitada “Alba”, Rio de Janeiro.

Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, organizado por Alfredo Ferreira Rodrigues. — São 29 volumes nos quais figuram preciosas notas, e documentos e valiosos estudos, entre os quais se destacam os do Sr. Alfredo Ferreira Rodrigues, sobre o decênio Farroupilha. Enumerar tudo seria exaustivo. — Êste almanaque, publicado de 1889 a 1917, é raríssimo, em coleção completa.

Almirante (O) dos Farrapos. — Comentários em torno de Garibaldi e da carta dêste a Domingos José de Almeida (transcrita na íntegra) datada de Modena, 10 de setembro de 1859. — “A Nação”, Rio de Janeiro, 20-IX-1935 — Pag. 12.

Americano (O) — (Veja-se **O Mensageiro**) — Publicado em Alegrete de 1842 a 1843.

Amores de Canabarro (Os), por Otelio Rosa. — Em forma de romance, mas rigorosamente histórico, relata o A. o episódio da Surpresa de Porongos, a relação do general farroupilha com a famosa “Papagaia”, menciona os mais destacados revolucionários e conclue com interessantes páginas sobre a pacificação — Livraria do Globo, editora, Pôrto Alegre.

Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense. — Encerram êsses anais, em vias de publicação, as 32 teses apresentadas ao Congresso, das quais as seguintes dizem diretamente respeito ao decênio Farroupilha:

- A Ação Militar e o Plano Republicano em 1836, por Fernando Luis Osório.
- A Ação e os Propósitos Orgânicos dos Farrapos, por Fernando Luis Osório.
- A Educação Primária na República Farroupilha, por Firmiano Ramos Soares.

- **Efemérides da Revolução Rio Grandense (1835-1845)**, por Celso Schröder.
- **Formação Social e Psicológica do Gaúcho Brasileiro**, por Felix Contreiras Rodrigues.
- **Os Partidos Políticos até 1889**, por De Paranhos Antunes.
- **Recursos Financeiros da República de Piratini**, por Florêncio C. de Abreu.
- **A Religiosidade e o Sacerdócio dos Farrapos**, por Fernando L. Osório.
- **A Revolução Farroupilha. Causas Sociais, Políticas e Econômicas**, pela Dra. Henriqueta G. Galeno.
- **A Revolução Farroupilha, suas Causas Sociais, Políticas e Econômicas**, por Manuel Duarte.
- **O Trono da Grécia, a Casa de Bragança e a Revolução de 1835**, por J. Egon d'Abreu Prates.

* *
*

Antecedentes (Os) da Revolução de 35 (A Fermentação Política), por De Paranhos Antunes. — Examina o A. neste artigo a situação política especialmente em Pôrto Alegre, de onde se irradiavam os sentimentos de aversão aos caramurus por toda a província. — “Jornal da Manhã”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 46.

Antônio de Souza Neto, por Otelo Rosa. — Capítulo do livro: “Vultos da Epopéia Farroupilha” (Veja este título) — “Diário de Notícias”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935.

Antônio Vicente da Fontoura, por De Paranhos Antunes. — Obra de valor em que o A. estuda com abundância de minúcias a vida do grande Antônio Vicente, autor de precioso Diário (Veja este título), poeta de mérito e embaixador dos farroupilhas na Corte quando do tratado de paz. — Livraria do Globo, editora, Pôrto Alegre.

Anuário do Rio Grande do Sul, organizado pelo Dr. Graciano Azambuja. — Como o “Almanaque”, de Alfredo Fer-

reira Rodrigues, a coleção dêste anuário é rara. Publicado de 1885 a 1914, encerram os seus 30 volumes valiosos documentos e estudos sôbre o decênio farroupilha.

Apontamentos sôbre Mendanha. — E' o mesmo artigo publicado na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul" por Antenor de O. Monteiro, em que estuda a personalidade de José Joaquim de Mendanha, músico imperial e a circunstância em que escreveu o "Hino da República Rio-Grandense". — "Jornal da Manhã", Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935.

Bandeira (A) e o Brazão do Estado, por Josino dos Santos Lima — Estudo sôbre a heráldica da bandeira e do brazão farroupilha, adotados depois no regime republicano (1889). — "Correio do Povo", Pôrto Alegre, 20-IX-935 — Pág. 31.

Bento Gonçalves, por H. Canabarro Reichardt. — Biografia do grande chefe farroupilha. Obra interessante. — Livraria do Globo, editora, Pôrto Alegre.

Bento Gonçalves, por Virgílio Várzea. — Estuda o A. a personalidade do chefe farroupilha e os principais feitos, tecendo um hino à sua bravura. — "Correio do Povo", Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 25.

Bento Gonçalves, (O homem e a formação), por H. Canabarro Reichardt. — E' o primeiro capítulo do livro "Bento Gonçalves". (Veja êste título), do mesmo autor. — "Diário de Notícias", Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935.

Bento Gonçalves e Lavalleja, por Henrique Oscar Wiederspahn. — E' o mesmo trabalho publicado na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", 1935 — III — Estuda o A. as intrigas sôbre os fermentos próximos da grande revolução. — "Correio do Povo", Pôrto Alegre, 20 de IX-1935.

Bento Gonçalves, um símbolo, por Egon Prates Pinto. — Breve estudo sôbre a personalidade de Bento Gonçalves, "bandeira à sombra da qual os oprimidos se congregaram". — "Revista da Semana", Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1935.

Bento Manuel Ribeiro, por Olinto Sanmartin. — Estuda o A. a personalidade do brigadeiro Bento Manuel Ribeiro através farta documentação. Põe em relêvo suas qualidades e

defeitos, e em particular estuda a atuação do grande guerreiro quer entre farroupilhas, quer entre legalistas. — Tipografia do Centro, Pôrto Alegre.

Bento Manuel Ribeiro visto por uma das suas bisnetas, (D.^a Maria Luíza da Cunha). — Fala a entrevistada em documentos que foram queimados, retratos roubados e conclue dizendo que Bento Manuel tem sido vítima de calúnias. “Falar na estância do Jarau, querendo culpar Bento Manuel, — diz D.^a Maria Luíza Cunha, — é a maior calúnia que se levantou na história” — “Jornal da Manhã”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 15.

Bento Manuel Ribeiro e Antônio Vicente da Fontoura, por Valter Spalding. — Comentários à carta em que Bento Manuel convida Antônio Vicente a abandonar os farroupilhas. — “Universal”, São Paulo, setembro de 1935.

Cancioneiro da Revolução de 1835, por Apolinário Pôrto Alegre. — Estudo interessante do populário farroupilha, reunido por Apolinário Pôrto Alegre, para obra de grande fôlego que, cremos, não levou a cabo. — Livraria do Globo, editora, Pôrto Alegre.

Cartas de amor de Garibaldi, por Valter Spalding. — Comentários às cartas de amor de Garibaldi. Duas cartas a D.^a Ana, irmã de Garibaldi. (Este artigo saiu sem menção de autor). “Revista do Globo”. Pôrto Alegre, 28 de setembro de 1935 (Número especial). — Págs. 78 e 79.

Causas (As) da Revolução Farroupilha, por J. F. de Assis Brasil. — É capítulo do livro “História da República Rio-Grandense”, ultimamente reeditado com o título “A Guerra dos Farrapos” (Veja este título) — “Diário de Notícias”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935.

Causas morais da Revolução dos Farrapos, por Fernando Callage. — Estuda o A. as causas que levaram os rio-grandes à revolução de 20 de setembro, tais como: as opressões do Governo Central, moral e financeiramente; as preterições, e as perseguições, e conclue falando sobre a atitude de Braga e o fato de não ter querido a Assembléia Provincial expedir os diplomas de Braga e Barreto. — “Universal”, S. Paulo, setembro de 1935.

Cavalgata (A) dos Farrapos, por Osvaldo Orico — Considerações poéticas sobre a revolução de 1835. — “Gazeta de Alegrete”, Alegrete, 20 de setembro de 1935 — Pág. 2.

Caxias e Bento Manuel Ribeiro, por Valter Spalding. — Pequeno estudo sobre os dois famosos cabos de guerra, durante a revolução farroupilha e anotações às cartas “não registadas” que são publicadas na íntegra, de Caxias a Bento Manuel. — Publicado no “Correio do Povo”, Pôrto Alegre, 1.º de outubro de 1935. — Págs. 26 a 29.

Caxias e os seus adversários, pelo Coronel Álvaro Alencastro. — Estuda o A. a atuação de Caxias em todos os movimentos e confronta-a com a dos adversários do grande Duque. — Edição do Autor, Rio de Janeiro.

Caxias o Pacificador. — Os Farrapos e D. Pedro II. — Pequena nota de F. C. (Fernando Callage) sobre Caxias e o encontro de D. Pedro II com Bento Gonçalves da Silva após a pacificação. — “Universal”. São Paulo, setembro de 1935.

Centenário (O) Farroupilha, por Carlos da Costa Pereira. — Relação entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no sonho federativo farroupilha. A invasão de Santa Catarina. A atuação de Garibaldi e Anita. A República Juliana. Breve resumo da década gloriosa. — “O Comércio”, Florianópolis, setembro de 1935 — Págs. 3 a 6.

Centenário Farroupilha, por Escragnole Doria. — Evocação de fatos do glorioso decênio, depois de perfunctório exame à situação política em todo o império. — “Revista da Semana”, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1935.

Centenário (O) de uma Cruzada Nacional, por Souza Docca. — Breve resenha do brasileirismo farroupilha que, por isso, “o Brasil inteiro comemora como uma das maiores datas nacionais”. — “Revista da Semana”, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1935.

Chegada (A), por João Maia. — Trata-se de um excerto de romance farroupilha, em preparo: “André, o Farrapo”. — “Jornal da Manhã”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 17.

Constituição da República Rio-Grandense — Vejam-se: Mensageiro (O) e Constituinte (A) e o Projeto de Constituição

da República Rio-Grandense, do desembargador Florêncio de Abreu.

Constituinte (A) e o Projeto de Constituição da República Rio-Grandense, pelo Desembargador Florêncio C. de Abreu e Silva. Estudo primoroso da constituição farroupilha de 1842. Obra indispensável para o perfeito conhecimento da primeira constituição republicana do Brasil. — Separata da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul", Pôrto Alegre.

Contribuição dos homens não Rio-Grandenses na República de Piratini, por Dante de Laitano. — Interessante trabalho sobre os estrangeiros que contribuíram com seu esforço e valor para a causa farroupilha. — "Diário de Notícias", Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935. — 3.^a Secção, pág. 24.

Cruzada (A) Farroupilha, por Souza Docca. — Nesse trabalho o A. estuda os seguintes pontos: O anseio federativo dos farroupilhas; a explosão do movimento reivindicador; o provincialismo rio-grandense; a proclamação da república no Seival; a Constituinte de Alegrete, e a pacificação. — "Revista Sul América", Rio de Janeiro, outubro de 1935.

Cruzeiro (O) Planaltino, por Manoel Duarte. — Belo estudo sobre a atuação dos farroupilhas na zona planaltina, especialmente ao ser invadida Santa Catarina. — "Correio do Povo", Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 25.

Daví Canabarro, por H. Canabarro Reichardt. — Biografia do grande cabo de guerra revolucionário. Obra fartamente documentada e de real valor para perfeito conhecimento da ação de Daví Canabarro no grande decênio. — "Papellaria Velho", editora, Rio de Janeiro.

Daví Canabarro, por Otelo Rosa. — E' o mesmo trabalho biográfico que figura na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul". — Publicado no "Diário de Notícias", Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935.

Daví Canabarro, por Lima Figueiredo. — O A. estuda, sucintamente, "a figura varonil de Daví Canabarro" que, conclue, "ressurge, hoje, gloriosa perante os olhos de todos os brasileiros". — "Revista da Semana", Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1935.

Decênio (O) Farrapo, por Valter Spalding. — Brasília dos farroupilhas. Causas da revolução. A lei n.º 4, de 9 de julho de 1835. Canabarro e Rosas. — “Revista do Globo”, Pôrto Alegre, 28 de setembro de 1935 (número especial) — Págs. 66 e sgts.

Decênio Histórico, por Leopoldo de Freitas. — Pequena nota sobre os que escreveram sobre o decênio farroupilha. — “Correio do Povo”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 24.

Diário de Antônio Vicente da Fontoura. — Publicado na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”, II-III trim., 1934 — Por ser de notável interesse para o estudo dos últimos meses (janeiro de 1844 a março de 1845) da grande revolução, mencionamo-lo aqui embora não haja dele separata. — Nesse “Diário” conta Antônio Vicente da Fontoura à esposa os acontecimentos diários no acampamento farroupilha. A publicação na Revista está enriquecida de preciosas notas.

Difusão do ensino e da moral, magna finalidade dos farrapos, por Fernando Osório. — Estuda o A. a preocupação dos farroupilhas na difusão do ensino da moral e da virtude. “O princípio vital da República e a virtude”, escreviam. — “Diário de Notícias”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935. — Pág. 9 da 2.ª secção.

Drama (O) épico de 1835, por Fernando Callage — Estuda o A. neste artigo a grandiosidade heróica dos farroupilhas. — “Correio do Povo”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Págs. 26 e 27.

Efemérides Riograndenses, por Clemenciano Barnasque. — Nessas efemérides tem-se toda a história do Rio Grande do Sul em leves notas e comentários. O decênio farroupilha está bem representado embora com falhas. — Livraria Selbach, editora, Pôrto Alegre.

El Centenário Farroupilha, por B. Caviglia (hijo). — Considerações em torno da proclamação da república no Set-val. — “La Mañana”, Montevidéu, 20 de setiembre 1935 — Pág. 1.

Epopéia (A) Farroupilha, por B. F. Ramiz Galvão. —

Apontamentos em que o A. prova terem sido os farroupilhas partidários do regime federativo, e nunca separatistas. — “Correio do Povo”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935. — Pág. 24.

Espírito (O) Farrapo, por Pedro Calmon. — Considerações em torno do movimento de 1835. — “A Nação” (Suplemento Comemorativo do Centenário Farroupilha), Rio de Janeiro, 20-IX-935 — Pág. 8.

Estrêla do Sul, (Veja-se “O Mensageiro”) — Publicado em Alegrete em 1843, em substituição ao “Americano”.

Farrapo, por João Fontoura. — E’ um conto histórico, escrito com vivacidade e um quê de simpatia que só João Fontoura sabe dar aos contos dêsse gênero. — “Correio do Povo”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 18.

Farrapo, por Piá do Sul. — Livro curioso em que o A. faz um cavalo contar interessantes episódios da revolução de 1835. Precede-o erudito estudo sociológico sobre o gaúcho brasileiro. — Livraria do Globo, editora, Pôrto Alegre.

Farrapos! por Pedro Vergara, deputado federal — Comentários em torno da data. — “A Nação”, Rio de Janeiro, 20 de 9-1935 — Pág. 2.

Farrapos! por Valter Spalding. — E’ a história do decênio farroupilha em episódios relatados em estilo próprio para o povo. Obra de divulgação. — Livraria Selbach, editora, Pôrto Alegre (2 vols.).

Farrapos, von Valter Spalding. — E’ tradução de Harold Schultz, para o alemão do 1.º vol. da obra de igual título. — Publicada no “Deutsches Volksblatt”, Pôrto Alegre, n.º de 19, 22 e 24 de setembro de 1935.

Farrapos, por Otelo Rosa. — E’ um capítulo do livro “Os amores de Canabarro”. — “Universal”, São Paulo, setembro de 1935.

Farrapos (Os), por Oliveira Belo. — Esboço de romance sobre a revolução farroupilha. Obra de relativo valor. — Edição esgotada e rara.

Farrapos (Os) Pioneiros do Constitucionalismo Republicano no Brasil, por Vitor Russomano. — Estuda o A. o ideal constitucionalista e conclue provando terem os farrapos sus-

tentado “os princípios de um regime federativo, no terreno constitucional”. — “Correio do Povo”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 23.

Farrapos (Os) na moldura da arte, por Castilhos Goycochêa. — Conferência em que o A. descreve episódios empolgantes da revolução farroupilha, formando uma série de 10 quadros interessantíssimos. — Publicada no “Jornal do Comércio”, de 22-IX-1935, Rio de Janeiro.

Farroupilhas e Caramurús, por Valter Spalding. — É o relato integral dos sucessos de 1835-1845. História resumida, fartamente documentada. — Publicado no “Diário de Notícias”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Págs. 2, 3, 12, 16, 20, da 2.^a secção.

Farroupilhas y Caramurús, o sea Liberales y Conservadores, por Valter Spalding. — É a tradução cspanhola do trabalho “Farroupilhas e Caramurús” publicado no “Diário de Notícias” — “El Debate”, de Montevideu, ns. de 15 a 22 de setembro de 1935.

Fatores psicológicos da Revolução Farroupilha, por Fernando Calage. — Causas da revolução. A sociedade militar. A atitude do Marechal Barreto. — “A Barra” (Revista dos guardas aduaneiros) Edição dedicada ao centenário da revolução farroupilha — 1835-1935 — Rio de Janeiro.

Fenômeno (O) econômico na Revolução dos Farrapos, por F. Contreiras Rodrigues. — Magnífico estudo sobre a economia administrativa dos farroupilhas. — “Correio do Povo”, Pôrto Alegre, 20-IX-1935 — Pág. 27.

Garibaldi, por Olavo Bilac. — É a conhecida página em que o grande poeta canta, na sua prosa vibrante, a figura do “Condottiere”. — “A Nação” (suplemento comemorativo do Centenário Farroupilha), Rio de Janeiro, 20-IX-1935 — Pág. 9.

Garibaldi na América, por Anita Garibaldi. — Tradução de Renato Travassos. Relato do que fez Garibaldi na América, especialmente entre os farroupilhas. Está êste trabalho baseado quasi que exclusivamente nas “Memorie”. Traz pouca cousa nova e interessante. — Livraria Selbach, Pôrto Alegre.

Gaúcho (O) na vida Política Brasileira, por Castilhos Goycochêa. — São 9 capítulos primorosamente escritos versando todos sobre assuntos do Rio Grande em relação com a Côrte. Preciosos, como contribuição aos estudos farroupilhas dão os capítulos: "A Guerra dos Farrapos", "A República Riograndense", "A paz de Ponche Verde". — Liv. do Globo, editora, Pôrto Alegre.

Glória aos Farrapos, por Barcelos Ferreira. — Poesias escritas com carinho e em louvor aos centauros de 1835. — Livraria do Globo, editora, Pôrto Alegre.

Glorioso (O) 20 de Setembro, por De Paranhos Antunes. — Descreve o A. o deflagar do movimento revolucionário de 20 de setembro de 1835. — "Correio do Povo", Pôrto Alegre, 20-IX-935 — Pág. 30.

Graça (A) e o Lirismo Heróico dos Farrapos, por Fernando Osório. — Conferência em que o A. estuda os sentimentos líricos dos revolucionários através seus poetas e o populário. Conta algumas anedotas autênticas que demonstram o bom humor farroupilha mesmo nos peores momentos. — Edição do autor, Pelotas.

Guerra dos Farrapos — A ação da Marinha Imperial na Guerra dos Farrapos, pelo Capitão de Fragata Washington Perri de Almeida. — Precioso estudo bebido nas próprias fontes, em que o A. desenvolve a ação da marinha imperial na revolução farroupilha, narrando vitórias e derrotas. São 43 capítulos do mais vivo interesse. Ilustram o volume várias fotografias e mapas. — Edição da Imprensa Naval, Rio de Janeiro.

Guerra dos Farrapos, por Fernando Osório, pai. — Valioso estudo feito de acôrdo com o depoimento do General Osório. — Livraria do Globo, editora, Pôrto Alegre.

Guerra dos Farrapos (A), por Assís Brasil. — E' esta obra 2.^a edição da "**História da República Riograndense**", publicada por J. F. de Assís Brasil, em São Paulo, em 1887. Estuda apenas o primeiro ano do movimento, isto é, as causas da revolução, e o 20 de setembro até a proclamação da República. A primeira parte é de grande interesse. — Adersen, editor, Rio de Janeiro.

História da Grande Revolução, por Alfredo Varela, (6 vols.). — Nessa obra reúne o erudito historiador grande parte de obras anteriores sobre o assunto (Revoluções Cisplatinas, Duas Grandes intrigas, Política exterior do Império), fazendo um estudo completo sobre o ciclo farroupilha. Infelizmente a "História da Grande Revolução" é obra parcial. Procura o A. com fragmentos de documentos e fatos alheios à nossa história, provar que o farroupilhismo é obra castelhana e que os farroupilhas eram separatistas. — Livraria do Globo, editora, Porto Alegre.

Homens (Os) de 1835, por Gustavo Barroso. — Considerações sobre a revolução de 1835 e seus principais vultos. — "A Nação" (Suplemento comemorativo do Centenário Farroupilha) — Pág. 9, Rio de Janeiro, 20-IX-1935.

Honestidade de Gaúcho, por Saldanha Diniz. — E' assunto deste trabalho em forma de conto, o episódio de José de Souza, o valente e fiel soldado do Barão de Caxias, que tudo venceu no cumprimento de uma ordem que lhe fôra dada. — "Universal", São Paulo, setembro de 1935.

Idéia (A) Republicana e Federativa e os Revolucionários de 1835, por J. Salgado Martins. — Examina o A. a idéia republicana-federativa no Brasil e em especial no Rio Grande do Sul, e diz: "Não é a República de Piratini um episódio sem expressão no drama político americano". — "O Imparcial", São Gabriel, 20 de setembro de 1935 — Pág. 1.

Italianos (Os) e a República de Piratini, por Mansueto Bernardi. — Estuda o A. neste artigo a atuação dos italianos destacando-se entre eles, Garibaldi, Rossetti, Zambicari e outros, e a influência que tiveram e as idéias que espalharam com a "Jovem Itália" — "Correio do Povo", Porto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 24.

Italianos (Os) na República, por Gesualdo Crocco. — Examina o A. os vultos de Garibaldi, Zambicari, Rossetti e outros italianos na epopéia farroupilha, defendendo-os das acusações que lhe foram feitas nas páginas da história. — "Correio do Povo", Porto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 29.

Lição da História, por H. Canabarro Reichardt. — Inte-

ressante estudo sobre os ensinamentos da História em que o A. mostra o que nos ensinou o movimento de 1835. — “Correio do Povo”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 26.

Literatura (A) Farroupilha no Centenário, por H. Canabarro Reichardt. — Conferência em que o A. examina as principais obras aparecidas ultimamente sobre o grande decênio. — Publicado no “Jornal do Comércio”, de 22-IX-935, Rio de Janeiro.

Los “Desarrapados” del 20 de Setiembre de 1835, por B. Caviglia (hijo) — E’ o mesmo trabalho publicado em “La Mañana”, — “El Centenário Farroupilha”, algo modificado e ampliado com notas. — “Revista del Rotary Club” de Montevideu, outubro 5 de 1935 — Pág. 21.

Maior (A) vitória dos Farrapos, por De Paranhos Antunes. — Descrição do combate de Rio Pardo, que o autor considera “a maior vitória que os farrapos tiveram sobre as hostes imperiais”. — “Revista do Globo”, Pôrto Alegre, 28 de setembro de 1935 (Número especial) — Págs. 85 e 86.

Memórias de José Garibaldi, traduzidas do original por Alexandre Dumas, vertidas para o português em 1907 por ordem da Biblioteca Riograndense, da cidade do Rio Grande. — Estas memórias são as mesmas, em parte, do original italiano, mas acrescidas de vários capítulos, bastante romaneadas. A tradução é defeituosíssima.

Memorie Autobiografiche, de Garibaldi. — São as memórias autênticas do “condottiere”, conforme o afirma Ricciotti Garibaldi dizendo que foram publicadas conforme o manuscrito. E’ obra de valor em que Garibaldi recorda vultos e fatos da epopéia farroupilha, e embora, às vezes, se equivoque as “Memorie” não deixam de ter grande valor. — G. Barbèra, editore, Firenze.

Mensageiro (O) Americano — Estrêla do Sul — Projeto da Constituição da República Riograndense. — Coleção completa dos três jornais reeditados pelo Museu do Estado, seguido da reedição facsimilada do projeto da constituição da República. Volume de grande valor. “O Mensageiro” foi publicado em Pôrto Alegre de 1835 a 1836.

Mística (A) da liberdade na Revolução dos Farrapos, por Bezerra de Freitas. Considerações em torno do ideal de liberdade dos farroupilhas. "A família de guerreiros ilustres de Piratini gravou uma eloqüente mensagem de liberdade aos povos do Novo Mundo", diz o Autor. — "Correio do Povo", Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 31.

Mulheres Farroupilhas, por Fernando Osório, filho. — Estuda o A. o papel da mulher no decênio farroupilha e a sua influência. — Livraria do Globo, editora, Pôrto Alegre.

Naqueles tempos..., por Eduardo Duarte. — Estudo sobre câmbio, pauta de importação, comércio, etc. no ciclo farroupilha. — "Correio do Povo", Pôrto Alegre, 20-IX-1935 — Pág. 30.

Nome (O) Farroupilha, por Elias Mallmann. — Considerações etimológicas em torno da palavra "farroupilha". — "A Nação" (Suplemento Comemorativo do Centenário Farroupilha), Rio de Janeiro, 20-IX-1935 — Pág. 14.

Notas fiduciárias e moedas, por Florêncio de Abreu. — Estuda o autor neste belo trabalho a converção do cobre, a "moeda podre" do Brasil, a emissão de notas do Tesouro, as moedas punçadas e as balastracas, enfim, todo o sistema monetário dos farroupilhas. — "Correio do Povo", Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 27.

Obras completas de Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena, anotadas e precedidas de um estudo crítico por Dante de Laitano. — Sebastião Xavier foi um dos cantores dos farroupilhas. O Dr. Dante de Laitano além de ligeiros comentários aos versos fez um estudo sobre o autor. Interessante contribuição para o estudo dos sentimentos revolucionários através a poesia do mais inspirado cantor farroupilha. — Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena. — Papelaria Velho, editora, Rio de Janeiro.

Ordem e Liberdade. — É o manifesto de Bento Gonçalves da Silva, de 25 de setembro de 1835, em que dá razões da revolução. — "Diário de Notícias", Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935.

Organização política e organização social da República Riograndense, por Dante de Laitano. — Estuda o A. a pro-

clamação da República, a consolidação da independência, a presidência, vice-presidência, ministérios, conselho de procuradores, assembléia constituinte, instrução, escravidão e diplomacia. — “Jornal da Manhã”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Págs. 38, 39 e 40, continuando no n.º de 21 de setembro de 1935.

Pacificação (A) do Rio Grande do Sul, por Júlio Pôrto. — Breve estudo sôbre as tentativas de pacificação. — A missão Álvares Machado-Caxias-Antônio Vicente da Fontoura — Bases da Pacificação de 1845. — “Jornal da Manhã”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 18.

Panorama (O) político da Revolução dos Farrapos, por Rodrigo Otávio Filho, ótimo trabalho em que o A. examina com precisão a atuação política dos farroupilhas, através vasta documentação. E’ trabalho de mérito. — Publicado no “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro.

Pedro Boticário, pequena nota sôbre a atividade e a personalidade de Pedro José de Almeida, Pedro Boticário, o Marat Farroupilha. — “Diário de Notícias”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 20 da 2.ª secção.

Pernambuco no decênio Farroupilha, por Valter Spalding. — E’ uma pequena nota sôbre o padre José Antônio Caldas, o grande revolucionário da Confederação do Equador, fervoroso prégador das idéias republicanas. — “Jornal da Manhã”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 17.

Poesia do povo, por Valter Spalding. — Separata de trabalho publicado na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul” (IV trim. 1933) — Estudo suscinto do populário Riograndense e, em especial do populário farroupilha, no capítulo “Poesia heróica”. — Livraria do Globo, editora, Pôrto Alegre.

Povo (O), jornal oficial da República Riograndense publicado de 1838 a 1840. E’ de suma importância para a estudo da época. Foi seu redator o italiano Luiz Rosseti. — Reedição facsimilada da coleção, mandada fazer pelo Museu do Estado. Pôrto Alegre.

Predisposição (A) espiritual Riograndense em 1835, por Olinto Sanmartin. — E’ capítulo do livro “Bento Manuel Ri-

beiro" (veja êste título). — "Diário de Notícias", Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935.

Prêgação (A) Republicana em 1835, por De Paranhos Antunes. — E' um dos capítulos do livro "Vultos e fatos de 1835" (Veja êste título). — "Universal", São Paulo, setembro de 1935.

Primeiro (O) Corsário da República Rio-grandense, por Raul Nielsen. — A atuação de Garibaldi no movimento farroupilha é o tema dêste artigo de Raúl Nielsen. — "Universal", São Paulo, setembro de 1935.

Processo dos Farrapos (Publicações do Arquivo Nacional, vols. XXIX, XXX e XXXI. — Encerram êstes três grossos volumes das Publicações do Arquivo Nacional toda a documentação referente ao processo dos farrapos, enriquecidos de preciosíssimas notas do erudito historiôgrafo Aurélio Pôrto. Obras indispensáveis. — Edição do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Projeto (O) de Constituição, por Florêncio de Abreu e Silva. — E' o II capítulo do estudo do desembargador Florêncio de Abreu: "A Constituinte e o projeto de Constituição da República Riograndense". — "Revista do Globo", Pôrto Alegre, 28 de setembro de 1935 (Número especial).

Província de São Pedro (A), por João Pinto da Silva. — Livro precioso na sua primeira parte, quando estuda as origens do Riogrande, mas parcial quando, na 2.^a parte, refere-se aos farroupilhas. João Pinto da Silva endossa erros como os divulgados por Alfredo Varela. — Livraria do Globo, editora, Pôrto Alegre.

República (A) Catarinense, (Notas para a sua história), pelo almirante Henrique Boiteux. — Estudo excelente e fartamente documentado, da revolução em Santa Catarina, atuação dos farroupilhas, proclamação da República Juliana, suas causas e conseqüências. — Edição da Imprensa Naval, Rio de Janeiro.

República (A) Riograndense e os seu tratados internacionais, por Souza Doca. — Estuda o erudito autor do artigo a convenção preliminar de Canjue, o tratado de San Frutuoso, a Convenção com Corrientes e conclue afirmando que não

houve nunca intenção de formar-se o famoso quadrilátero que apresentam como uma das provas do separatismo farroupilha. — “Correio do Povo”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 23.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. — Nos seus 15 anos de vida ininterrupta divulgou a Revista os seguintes trabalhos e documentos relativos à epopéia farroupilha:

- Arquivo particular do Cap. Joaquim Gonçalves da Silva — 1926, pág. 69.
- Apontamentos para a história da revolução de 1835-1845, por Manuel Alves da Silva Caldeira — 1927, pág. 345.
- Idem, idem, por João da Silva Tavares — 1927, pág. 503.
- Idem, idem, por Manuel P. de Azambuja, Felix de A. Rangel e outros — 1928, pág. 35.
- Idem, idem, pelo Coronel João Luiz Gomes — 1929, pág. 247.
- Apontamentos biográficos sobre Bento Gonçalves da Silva, por Joaquim Gonçalves da Silva — 1929, pág. 515.
- Bento Manuel Ribeiro, por Souza Doca — 1923, pág. 557.
- Bento Gonçalves, republicanismo e separatismo, por Valter Spalding — 1932, II, pág. 41.
- Bento Manuel Ribeiro (Ensaio psicológico) — 1934 — I, pág. 3.
- Correspondência oficial de Antônio Rodrigues Fernandes Braga — 1929, pág. 137.
- Correspondência trocada entre Elzeário de Miranda e Brito e Antônio R. F. Braga — 1929, pág. 611.
- Davi Canabarro, por Otelo Rosa — 1934 — I, pág. 51.
- Diário de Antônio Vicente da Fontoura — 1934 — I-II, págs. 177-3.
- Davi Canabarro, por Otelo Rosa — 1934 — II, pág. 241.
- Expedição de Rivera contra Bento Manuel, por Souza Doca — 1927, pág. 597.
- Epopéia farroupilha, por Ariosto Pinto — 1929, pág. 557.
- Frutuoso Rivera e Bento Manuel, arquivo general J. de Deus Martins — 1926, pág. 141.

- Garibaldi, todo o vol. correspondente ao 2.º trimestre (1932 — I) está dedicado ao condottiere. Escreveram: Mário Carli, pág. 215; Darcí Azambuja, pág. 229; Florêncio de Abreu, pág. 240; Otelô Rosa, pág. 243; Eduardo Duarte, pág. 279, (êste também sobre Rossetti e Zambicari); Fernando L. Osório, pág. 257.
- Influência do caudilhismo uruguaio no Rio Grande do Sul, por Aurélio Pôrto — 1929, pág. 371.
- Influência das revoluções pernambucanas de 1817-1824 na revolução de Piratini, por A. D. Pinto — 1930, pág. 305.
- Ideologia federativa na cruzada farroupilha, por Souza Doca — 1932 — II, pág. 194.
- João Daniel Hillebrand, por Aurélio Pôrto — 1924 — II, pág. 113.
- José de Araujo Ribeiro, por João Pinto da Silva — 1932 — I, pág. 59.
- Memórias, de Francisco Pedro de Abreu (Chico Pedro) — 1921, págs. 22 e 166.
- Memórias Econômico-políticas, de Antônio José Gonçalves Chaves — 1922, pág. 149.
- Memória sobre a revolução de 1835, por Francisco de Sá Brito — 1926, pág. 163.
- Manifesto de Bento Gonçalves da Silva, de 1838 — 1928, pág. 151.
- Memória, de Antônio Vicente da Fontoura — 1928, pág. 495.
- Offícios de Bento Manuel Ribeiro — 1925, págs. 5 — I e 57 — II.
- Pensamento (O) religioso dos farrapos, por Mansueto Bernardi — 1927, pág. 579.
- Primórdios da grande revolução, pelo Dr. Eduardo Duarte — 1932 — I, pág. 69.
- Poetas da grande revolução, por Eduardo Duarte — 1931 — II, pág. 187.
- República Riograndense, memória de D. da Ponte Ribeiro (Souza Doca) — 1923, pág. 397.
- Registo do Tesouro da República — 1929, pág. 65.

- Reabilitação de Bento Gonçalves, por Aurélio Pôrto — 1934 — I, pág. 309.
- Revolução (A) dos “Farrapos” e os Anais da Assembléa de São Paulo, por Fernando Calage — 1934 — II, pág. 179.
- Separatismo (O) entre os farrapos, por Otelo Rosa — 1934 — II, pág. 253.
- Tobias da Silva, por Mansueto Bernardi — 1928, pág. 591.
- Um episódio da guerra dos farrapos, por Vitor Russomano — 1930, pág. 545.
- Vinte (O) de Setembro, por Aurélio Pôrto — 1932 — I, pág. 51.
- Vida de Davi Canabarro, por H. Canabarro Reichardt — 1934 — II, pág. 213.
- Memorável Centenário, por Leopoldo de Freitas — 1935 — I, pág. 3.
- Caxias e os generais de 35, pelo Coronel Álvaro Alencastre — 1935 — I, pág. 11.
- A graça e o lirismo heróico dos farrapos (veja este título).
- O sentido brasileiro da revolução farroupilha (veja este título).
- Apontamentos sobre Mendanha, por Antenor de O. Monteiro — 1935 — I, pág. 311.
- Evocação ao Rio Grande, por Fernando Calage — 1935 — II, pág. 7.
- Os supremos objetivos da jornada de 35, por Fernando Luiz Osório — 1935 — II, pág. 25.
- Bento Gonçalves e Lavalleja, por H. O. Wiederspahn — 1935 — II, pág. 57.
- Pedro Chaves e Bonifácio Isas Calderon, por Valter Spalding — 1935 — II, pág. 103.

Revolução dos Farrapos 1835-1845, pela professora Dora Santiago. — Brevíssimo resumo do que foi a revolução farroupilha, feito para preleção no grupo Escolar Pedro II, em Novo Hamburgo — Publicado em “O 5 de Abril”, Novo Hamburgo, n.º de 20 de setembro de 1935.

Revolução dos Farrapos (A), por Fernando Calage. — Série de conferências feitas no Centro Gaúcho em São Paulo,

em que o A. prova a brasilidade intensa dos gloriosos heróis de 35. — Edição do autor, São Paulo.

Revolução dos Farrapos — Episódios históricos, por Fernando Calage. — Relata o A. nesta obra 14 episódios notáveis da revolução farroupilha, com muita precisão e acêrto, e encerra o volume com uma visão de “Pôrto Alegre, em 1835” que é precioso trabalho. — Record, editora, Rio de Janeiro.

Revolução Farroupilha (A), por Souza Doca. — Estuda o A. a finalidade da revolução e o “ato separatista” de 1836. — “A Nação”, Rio de Janeiro, 20-IX-1935 — Pág. 5.

Revolução Farroupilha (A), por Adalberto Machado dos Santos. — Livro de versos em que o A. conta o heróismo dos farroupilhas, com sentimento e verdade, embora faltem ao poeta conhecimento da arte poética. — Edição do autor, Pôrto Alegre.

São Gabriel no decênio Farroupilha, por Celso M. Schroeder. — Estuda o A. com detalhes o papel desempenhado pela então vila de São Gabriel na revolução farroupilha. — “O Imparcial”, São Gabriel, 20 de setembro de 1935 — Págs. 13 e 14, com continuação nos números seguintes.

Sentido (O) brasileiro da Revolução Farroupilha, por E. F. de Souza Doca. — Precioso trabalho, documentadíssimo, refutando acusações antipatrióticas imputadas aos farroupilhas, e provando a sua intensa brasilidade. É obra de inestimável valor. — Separata da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”, II trim. 1935.

Sob o descortino de um século, por João Maia. — Examina o autor os motivos das comemorações farroupilhas de 1935, tecendo hinos aos heróis da grande revolução. — “Correio do Povo”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Pág. 26.

Supremos (Os) objetivos da jornada de 35, por Fernando Luiz Osório. — Longo artigo em que o A. estuda os objetivos dos revolucionários de 1835, provando o seu brasileirismo, americanismo e humanismo. — “Correio do Povo”, Pôrto Alegre, 20 de setembro de 1935 — Págs. 22, 23.

Tática (A) nas campanhas navais nacionais, pelo Capitão de Corveta Lucas Alexandre Boiteux. — O capítulo I, da segunda parte trata especialmente do combate da Laguna e da

ação de Garibaldi — C.º Melhoramentos de S. Paulo, editora, São Paulo.

Trabalho alemão (O) no Rio Grande do Sul, por Aurélio Pôrto. — Valioso trabalho sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul. A terceira parte "O ciclo farroupilha na colônia (1830-1845)" versa exclusivamente sobre a contribuição dos alemães no decênio farroupilha, estudando o autor com extraordinário critério as figuras de von Salich e Hillebrand. — Edição da Municipalidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

Um episódio da Revolução dos Farrapos, pelo capitão de corveta Sérgio Bizarro de Andrade Pinto. — Estuda o A. no seu trabalho, à luz de farta documentação, o aprisionamento, no passo do Itapeví, do brigadeiro Antero Ferreira de Brito, e os móveis que levaram Bento Manuel Ribeiro a dar tal passo. — Edição do autor, Rio de Janeiro.

Vigário dos Farrapos (O) — Artigo em que é examinada a personalidade do padre José Antônio Caldas e de como, da Confederação do Equador, foi um dos precursores da jornada de 35 — "A Nação" (Suplemento comemorativo do Centenário Farroupilha), Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1935 — Pág. 2.

Vultos da epopéia Farroupilha, por Otelo Rosa. — Primorosa série de biografias dos maiores vultos de 1835, escritas em estilo que só Otelo Rosa sabe ter. — Livraria do Globo, editora, Pôrto Alegre.

Vultos e fatos de 1835, por De Paranhos Antunes. — Interessante livro de crônicas sobre fatos e vultos do decênio glorioso, estudados à luz de magnífica documentação. — Livraria do Globo, editora, Pôrto Alegre.

Vultos Farroupilhas, por Henrique de Casais. — Livro de versos em que o A. canta com verdadeiro arrebatamento os grandes vultos farroupilhas. — Livraria do Globo, editora, Pôrto Alegre.

O sentido Nacional da Revolução Farroupilha, por Pedro Calmon. — Trabalho em que o A. faz a apoteose dos heróis de 35, esses heróis que, "Com as pontas das lanças ensanguentadas marcaram o largo espaço que presentemente ocu-

pam no sentimento do país: amaram a glória, a dignidade e o torrão natal” — “A. U. B.” (Órgão da Associação Universitária da Baía. — Edição especial, setembro de 1935. — Cidade do Salvador.

Bento Gonçalves e a idéia federalista, (Sem autor). — Estudo sobre a fuga de Bento Gonçalves do Forte do Mar, ou Forte de S. Marcelo, na Baía, com interessantes detalhes e retrospectos. Vem reproduzida uma vista do Forte. — “A. U. B.” (Órgão da Associação Universitária da Baía). — Edição especial. Setembro de 1935. Cidade do Salvador.

1835, por Prof. Moacir Campos. — Interessante resenha das causas e da revolução de 1835, em que o A. afirma ter sido a paz feita em “condições tão honrosas para os Farrapos que se tinha a impressão de que a República de Piratini fôra uma vitoriosa realidade e continuava a existir depois daqueles dez anos de lutas e sacrifícios”. — “Revista do Professor”, S. Paulo, outubro de 1935.

Valter Spalding.

Nótulas bibliograficas

A ALMA HERÓICA DAS COXILHAS, por Castilhos Goycochêa. Editorial "Alba". — Rio, 1935.

Escrevendo a um amigo que começa a versar história, disse-lhe:

"V. abandonou o teclado das façanhas guerreiras, por onde pode degenerar a nossa História, embora muito nos mereçam e nos orgulhem."

Isto se diz; mas raramente se sente, porque o Rio-Grandense ainda vive embriagado pela tradição heróica. A guerra foi a fonte da nossa sociedade; o heroísmo é o motivo da nossa formação moral. Num convento, a pureza; na família, a virtude; no Rio Grande, a valentia é o móvel de tudo. Ser covarde no Rio Grande é quasi uma peste que afugenta os homens. Como não irromper de todos os poros da imaginação, sob os piques da aguda pena do escritor gaúcho, o prurido das façanhas, dos episódios, da vida dos guerreiros denodados em que nos entroncamos todos nós?

Foi o que succedeu a Castilhos Goycochêa escrevendo *A Alma Heróica das Coxilhas*. Pela sua frase definida, como um talho de espada, pelos seus juízos prontos como esbarradas de cavalo, pelo jôgo dos seus movimentos, na palestra, Castilhos Goycochêa revela-se um Gaúcho que nunca deixará de o ser, ainda que passe a vida inteira fora dos seus pagos. E que Gaúcho! Dêsses que se inflamam com o fogo do passado; e que abordam os assuntos da sua gente pelo lado mais sensí-

vel, pela corda que nos faz estremecer dos encantos da nossa existência — a guerra, o heroísmo.

Seu livro é um relicário de nomes que nos são caros, porque estão gravados nos nossos corações, e não abandonam as nossas reminiscências; é uma evocação de glórias de todos os quilates, de todos os arraiais, a cuja luz se miram os Rio-Grandenses de todos os credos, de todas as famílias, de todas as gerações.

Livro de estímulo. Livro que deve ser lido.

F. C. Rodrigues.

O DIA DO SOLDADO

Consagra a Revista Militar Brasileira, o seu número de 25 de agosto último, à memória do Duque de Caxias, cujo aniversário é festejado como o do próprio Dia do Soldado, de que é inspirado patrono e símbolo.

E fê-lo de modo brilhante. O presente número é, de feito, digno do grande Caxias e do Soldado Brasileiro, de que é o padrão e nume tutelar o insigne cabo de guerra nacional. Colaboração sóbria, culta, variada e magnífica a que exorna este volume, no qual se estuda, sob múltiplos aspectos, a vida do varão ilustre e consumado realizador da unidade nacional, em torno dos obsoletos princípios do unitarismo monárquico, com que retardaríamos o surto de evolução brasileira, profundamente federativa. Fê-lo, porém, o grande Duque, com exaltação patriótica, com raro sentimento nacionalista e, sobre-excedente a tudo, com espírito de bondade, tolerância, humanidade e profunda independência de caráter. Fê-lo, como autêntico soldado e convencido defensor da Pátria. Não lhe rastreiam as passadas gigantescas das constantes vitórias esses gestos medíocres, de fanatismo e impiedade, de crueza e extermínio fraterno, que estigmatizam para todo o sempre a feição leonina de Luiz do Rego, do vilíssimo Conde dos Arcos, que afogaram em caudais de sangue os anseios da alma nacional contra os ensaios do Primeiro Império...

Caxias foi brasileiro e foi discretamente humano. Sub-

jugou as aspirações nacionalistas ao férreo unitarismo bragantino. Cedeu, como soldado e herói, ao espírito de legalidade, da época, ao preconceito de autoridade constituída, de governo proclamado e instituído — **pela vontade nacional...**

Insigne predestinado, cuja memória constitue incomparável paradigma de virtudes, altivez, independência, sobriedade, compostura e largo sôpro de compreensão da nacionalidade.

Porisso, em tórno da memória sua imortal, avulta, neste número de comemoração e civismo, a fina flor das expressões nacionalistas, intelectuais e cultas, que esboçam os vários títulos de merecimento do máximo vulto nacional da centúria XIX. De feito, colaboram no dia do Duque de Caxias, — o presidente da República, o ministro da guerra, Tasso Fragoso, d. Aquino Correa, Raul Fernandes, Afonso Celso, Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Leôncio Correa, Vilhena de Moraes, Oliveira Viana, Raul Tavares, Liberato Bitencourt, Genserico de Vasconcelos, Sílvio Scheleder, Escragnole Dória...

Esmiúçam todos as múltiplas arestas sepiternas do grande varão brasileiro.

M. D.

NOVOS RUMOS DE TUPINOLOGIA

Poliglota consumado e professor de Português, no Ginásio "Regente Feijó", de Ponta Grossa, Rosário Farani Mansur lança-se no estudo profundo da Tupinologia, de que é mestre e indefesso pesquisador.

Insurge-se contra os métodos até aqui seguidos, de pura etimologia, e encarece a urgente necessidade do estudo comparativo.

Neste opúsculo de lídima erudição lingüística, expõe o competente filólogo patricio as origens, evolução e posterior fracionamento da língua tupí, no continente americano. Mostra-lhe a filiação remota. Confronta-lhe a semelhança e parentesco. Dilucida intrincadas questões de glotologia contemporânea, e aponta, com a segurança de verdadeiro senhor do assunto, "os rumos que todos os tupinólogos deverão seguir para dar cabo da vasta confusão reinante pelo que res-

peita principalmente à etimologia.” E “os passos, que serão dados... levarão à reconstrução do idioma primitivo tupí-guaraní, isto é, dos traços gerais, essenciais dêle, e a estabelecer a gramática histórica e comparativa dos seus dialetos.”

Para êsse desideratum se volta a diligência do autor e exímio indianista.

E' esta dissertação digna de aplausos e meditação dos estudiosos das línguas da prehistória americana, que tantíssimos vocábulos nos ministraram ao desenvolvimento e enriquecimento das línguas ibéricas, trazidas pelos conquistadores avoengos.

M. D.

NOITE DE REIS

Livro forte e marcante, êste, de Fernandes Bastos, cuja penetrante inteligência, de austero perquiridor, vitoriosamente se afirma nestas 254 páginas de animosa narrativa histórica. Nelas desfilam impressionantes relevos de realíssimas tragédias, ocorridas entre espécimes retirantes de banditismo predatório, na colônia alemã, de Três Forquilhas, no último quarto da Centúria XIX.

No fertilíssimo solo daquele soturno recôsto mediterrâneo, encontroara-se improviso mosaico racial, composto, já de migrantes alemães, alí distribuídos; já de afeitos batedores impunes das solidões dantanho, instintivamente acantonados naquela encruzilhada perdida, onde, a preceito, estuavam todas as veredas da aventura errante, de incorrigíveis detritos sociais, inadaptados e retardios.

Alí, o ambiente onde se aclimara, desertor do exército nacional e propellido pela mão invisível do próprio inconciente, o baiano Candido Alves da Silveira, logo empós a guerra do Paraguai. Familiarizara-se, à força do hábito adquirido, com o incessante contágio do crime e da impiedade, entre vadios e criminosos madraços, daquela vizindade sugestiva.

Mais infeliz, que bandido, vítima dileta das insidiosas seduções amigas, presta-se a figura nevoenta do Baiano Candinho a severas indagações da própria criminologia, onde re-

traçar a filiação enigmática daquele temperamento indefinidamente suggestionável e fatalista, de vencido e conformado. Curioso mixto de bondade remanescente e impiedade adquirida, de indiferença e súbitos lampejos de nobreza e gratidão: nele sobrenadam restos de personalidade inconfundível, de equilíbrio e sentimento normal, da espécie, e relampagueiam fundos acentos de conformismo e resignação.

E' Candinho a personagem central dêsse negativista mostruário de tropelias e crueldades cujos heróis, — instantânea mistura de raças, insulados do mundo, salteadores profissionais das Fazendas pastorícias, de Cima da Serra, viveriam do furto de bovinos e terminariam, a pouco e pouco, implacavelmente eliminados. Seria o baiano Candinho o derradeiro justificado, assaz cobardemente, depois da revolução de 93.

Desditoso espécime dos próprios caprichos do destino ambiente, desperta o baiano Candinho simpatia irresistível, a quantos lerem estas páginas vigorosas, de tocante evocatividade.

Figuras sombrias, de genuíno banditismo inclemente, de evadidos da piedade humana, as dos que cercavam e arrastaram aquele humilde desertor e herói autêntico, àquele meio de negação e baixa crueza, de torpitude e crime.

Chacinados lentolento aqueles vís egressos da dignidade e da altivez: — chegaria, em cabo, a hora trágica do baiano Candinho, traíçociramente assassinado, na última noite de reis, a que assistiria, imolado às mãos temerárias da própria autoridade policial.

Todo êste livro, — vigoroso e sugestivo — revela excelente escritor, cujos recursos descritivos atraem e agradam sempre.

M. D.

REVISTA DO MUSEU PAULISTA. — Tomo XVIII. — 1934. — Imprensa Oficial do Estado. — São Paulo.

Excelente como todos os números da **Revista do Museu Paulista** é êste tomo XVIII. Merece, porém, menção especial pela matéria que traz e, em particular, pelo DICIONÁRIO

PORTUGUÊS-BRASILIANO E BRASILIANO-PORTUGUÊS, “reimpressão integral da edição de 1795, seguida da 2.^a parte, até hoje inédita, ordenada e prefaciada pelo Dr. Plínio M. da Silva Ayrosa”.

Obra rara e caríssima por isso, os poucos exemplares da parte editada em 1795 que ainda existem só podem ser lidos por milionários. Relevante serviço prestou, pois, aos estudiosos o grande mestre Dr. Afonso d’Escragnolle Taunay, publicando em edição completa, ordenada e anotada pelo Dr. Ayrosa, êsse “Dicionário Português-Brasiliano e Brasileiro-Português”, “que passa por ser da lavra de Fr. Veloso”.

E’ inquestionavelmente de real valor êsse dicionário que nos põe em contacto com o linguajar dos nossos silvícolas, explicando palavras e expressões que por outro modo seriam, hoje, difíceis de ser traduzidas.

Cremos que êsse dicionário “de Fr. Veloso” tem mais mérito que o famoso trabalho do não menos famoso P. Ruiz de Montoya, benemérito missionário jesuíta do século XVII. Pelo menos a pronúncia, parece-nos, é mais correta e a grafia mais conforme com o linguajar dos nossos já lendários aborígenes...

W. S.

MARCÍLIO DIAS, por Edgard Fontoura. — Calvino Filho, editor — Rio de Janeiro.

Marcílio Dias é uma das figuras mais empolgantes de nossa história, pelo desassombro heróico com que se portou na batalha naval do Riachuelo.

Muito se tem escrito sobre êle, mas nunca se conseguiu fazer estudo completo e acurado do humilde e heróico marinheiro.

Em nosso livro “A’ Luz da História” consagramos também um capítulo a Marcílio, no qual dizíamos que o despretenso e humilde artilheiro naval era figura de proa entre os heróis do Rio Grande, honrando as páginas de nossa história militar.

E realmente assim é.

Mas, até então, tudo quanto foi dito sobre Marcílio Dias era, ou falso, ou falho.

Já hoje não mais há tal desculpa. Marcílio foi concien-
ciosamente estudado no magnífico trabalho do Sr. Edgard
Fontoura, que leva o nome do herói da **Parnaíba**.

Embora discordando de um ou outro pormenor referente
ao feito naval de Riachuelo, não podemos poupar louvores à
obra do Sr. Edgard Fontoura, — **MARCÍLIO DIAS**, — que é
obra de grande mérito, de incontestável valor histórico e do
mais são patriotismo.

W. Sp.

**HISTÓRICO DO TEATRO SETE DE ABRIL DE
PELOTAS**, elaborado por **Guilherme Echeni-
que**, presidente da "Associação Teatro Sete de
Abril". — 1934.

Eis um livro interessante e de grande valor para o es-
tudo de parte do que se tem feito no Rio Grande do Sul pelo
teatro.

Em 98 páginas faz o sr. Guilherme Echenique o histó-
rico de um teatro, o Teatro Sete de Abril, que é o mais antigo
do Rio Grande.

Fundado em 1834, êsse teatro simples e modesto a prin-
cípio, viu passar por seu palco grande número de artistas,
dentre os quais os maiores expoentes do palco brasileiro e
português que vieram ao sul extremo do Brasil, e também re-
nomados artistas estrangeiros.

Entre êsses artistas podemos contar: Almeida Cabral,
Furtado Coelho, Lucinda Simões, Izadora Segura com sua
companhia lírica, a companhia lírica italiana com Potentini,
Felice, Ortizi, Zallone e Monti, Companhia lírica francesa com
Roger, Ciceri, Mme. Belony, o famoso ator Antônio Pedro,
Eugênio Magalhães, Ernesto Rossi, Maria Frigerio, Mario
Marazini, João Caetano e uma infinidade de outros, mais
modernos.

E', pois, o Teatro Sete de Abril, de Pelotas, o mais velho
e histórico teatro do Rio Grande do Sul, e o Sr. Guilherme
Echenique, fazendo seu histórico por ocasião da data cente-

nária de sua inauguração, prestou relevante serviço à história do teatro em nosso Estado.

W. Sp.

VULTOS DO MEU CAMINHO, por Paulo José Pires Brandão. — Prefácio do Conde de Afonso Celso. — Tipografia do Instituto D. Ana Rosa, São Paulo, 1935.

“Vultos do meu caminho”... Título sugestivo já mais de uma vez utilizado, porém, nenhuma delas com o acerto com que o usou o Dr. Pires Brandão, membro fundador do Instituto Histórico de Ouro Preto, e grande estudioso das cousas de nosso passado.

“Vultos do meu caminho” encerra uma série de crônicas vivas e interessantes em que o A., sem a preocupação de fixar os vultos sobre que escreve, consegue, melhor talvez do que si o fizesse propositalmente, fixar personalidades eminentes do segundo império e da república e os mais humildes e modestos obreiros, por meio de anedotas historicamente reais.

A anedota, geralmente, caricatura as pessoas, mas, também, e quasi sempre, retrata fielmente o sentir íntimo de seu autor, pondo a nu o que lhe vai nalma de alegria, de prazer, de mau humor, de impaciência e, até, de tristeza, de aborrecimento.

E foi com êsse elemento, especialmente, que o Dr. Pires Brandão escreveu sobre diversos vultos de seu caminho, vultos eminentes nas letras, nas artes, nas ciências, na política, na tribuna, na religião, a par de outros vultos de que a história jamais se lembraria, como o Adrião, o preto Jacinto, Frei João, Irmã Josefa, e outros.

Neto do grande Ferreira Viana, e seu afilhado, o Dr. Pires Brandão teve a fortuna de conviver na intimidade não raro, de personalidades como Afonso Arinos, Ouro Preto, Andrade Figueira, os dois Barbosa Rodrigues, pai e filho, Carlos de Laet, Conselheiro Paulino, Eduardo Prado, Conselheiro Lafaiete, João Alfredo, Capistrano de Abreu, Lucinda Simões, José do Patrocínio, e outros e outros.

Interessantes são as páginas sôbre contemporâneos como Assis Memória, Gastão Penalva e Vicente Racioppi.

Sôbre Ferreira Viana traz o Dr. Pires Brandão interessantíssimas anedotas, entre as quais estas: No primeiro despacho imperial do ministério João Alfredo, do qual era Ferreira Viana ministro da Justiça, apresentou-se êste um pouco tarde, quando já o trabalho começara sob a presidência da Princesa Isabel.

João Alfredo, ao vê-lo entrar no salão, advertiu:

— Tão tarde, Sr. Viana.

— Tem razão, — respondeu, — mas primeiro admirem como está bonito o frei Antônio todo agalocado.

Antônio Ferreira Viana que costumava passar semanas no convento de Santo Antônio para estudar e descansar, referia-se à farda que trazia.

Noutra ocasião, querendo pilheriar com certo conselheiro que costumava trajar com pouco esmêro e, não raro, vestia um paletó seboso nas ancas, disse-lhe Ferreira Viana:

— Que é isto, Sr. Conselheiro?

— Não é nada, não é nada, respondeu de mau modo o interpelado.

— Ah! já sei, — replicou Ferreira Viana, — são os sinais dos varais da liteira da gente que tens conduzido para o Senado.

Proclamada a República, achando-se Ferreira Viana no Convento, na sua cela, foi um oficial do exército prendê-lo.

Ao abrir a porta, o oficial pergunta:

— O Sr. Conselheiro Ferreira Viana?

— E' o próprio; que deseja? — Diz o conselheiro todo amável como costumava ser. E o oficial lhe responde:

— Venho prendê-lo por ordem do Sr. Ministro da Guerra.

Ferreira Viana, sem perder a calma, com o mesmo sorriso a lhe bailar nos lábios, diz-lhe então:

— Bom, então dê-me licença que eu acabe de rezar o santo ofício.

E assim, todo cheio de anedotas, é o "Vultos do meu caminho", do Dr. Pires Brandão.

Preciosos são todos os seus capítulos, não só pelo anedotário, como por todos os dados e informações que nos fornece.

E, além disso, é livro que se lê com avidez, lastimando chegar ao fim.

E' obra de grande valor que não deveria faltar em nenhuma estante de estudioso das cousas de nosso passado.

W. Sp.

FARRAPO (Memórias de um cavalo), por **Piá do Sul**. — Edição da "Livraria do Globo", Pôrto Alegre, 1935.

Já não é mais novidade ser **Piá do Sul**, o regionalista de **Gauchadas e Gauchismos**, o ilustre sociólogo Dr. Felix Contreiras Rodrigues.

Si o nome pobre e modesto de **Piá do Sul** pudesse despertar alguma dúvida sobre o valor do **Farrapo**, o de Felix Contreiras Rodrigues, autor de tantas obras de inestimável valor, é fiador idôneo do humilde **Piá** que, por isso, nos deu uma obra de incontestável mérito e digna dos maiores encômios.

O primeiro capítulo, — Introdução, — por exemplo, são páginas preciosas, traçadas por mão de mestre, estudo magistral de confronto entre o gaúcho brasileiro e o gaúcho platino.

Não cabe nestas linhas de simples impressões de leituras estudar como merece ser estudada esta obra de **Piá do Sul**.

Por isso limitamo-nos a juntar, aqui, o nosso aplauso e o nosso apôio às elogiosas referências que ao **Farrapo** (Memórias de um cavalo) fez a imprensa culta do Brasil.

W. S.

O PRIMEIRO CIVILIZADOR DO RIO GRANDE DO SUL, pelo Padre Luiz Gonzaga Jaeger, S. J. — (Separata do Relatório do Ginásio Estadual Anchieta, Pôrto Alegre, do ano letivo de 1934). — Pôrto Alegre, Tipografia do Centro, 1934.

Incontestavelmente é o Rev. P. Jaeger, S. J., hoje, o mais legítimo continuador da obra histórica dos primeiros

tempos do Rio Grande, iniciada brilhantemente por outros dois Jesuítas: os saudosos padres Hafkemeyer e Teschauer.

Com verdadeiro carinho vem o P. Luiz Gonzaga Jaeger se dedicando ao estudo dos primórdios de nossa história, elucidando fatos que escaparam a todos os historiadores, inclusive ao Rev. P. Carlos Teschauer, S. J., que foi até sua morte o maior estudioso e pesquisador que teve o Rio Grande.

Morto êsse erudito jesuíta, substitue-o o P. Jaeger, filho do Rio Grande do Sul (Bom Jardim), que, zeloso das tradições da S. J., procurou, e conseguiu, graças a esforços quasi sobre-humanos, elucidar definitivamente pontos controversos na história dos três mártires riograndenses e localizar exatamente, conforme o vimos em outra monografia a que já tivemos ocasião de nos referir nestas mesmas páginas, o ponto em que foram martirizados.

Agora dá-nos em separata também, uma visão panorâmica da vida e obra do grande Roque Gonzáles de Santa Cruz e de seus companheiros Afonso Rodrigues e João del Castilho, que o Sumo Pontífice gloriôsamente reinante, Pio XI, “ergueu ao supremo pedestal da glória” a 28 de janeiro de 1934.

Trabalho interessantíssimo, embora ligeiro, dá-nos, contudo, nitida idéia do critério histórico e da grande erudição do ilustre jesuíta P. Luiz Gonzaga Jaeger.

W. S.

O JULGAMENTO DE CALABAR, por Alberto Rego

Lins. — Conferência editada pelo Clube dos Advogados. — Rio de Janeiro, 1935.

Calabar está presentemente no cartaz, tal com esteve nos tempos “Mauriciano” e “Post Mauriciano”, embora sem o mesmo barulho e sem os mesmos fins... Discute-se, agora, a atividade do traidor.

Querem, alguns, que Calabar não fez mais do que seu dever, outros que seu ato foi nobre e grande maioria, e esta documentadamente, acusa o desertor do Arraial do Bom Jesus, — Domingos Fernandes Calabar.

O Snr. Rego Lins, com fortes argumentos e muito bem informado por documentos fidedignos, apresenta-nos Calabar tal qual foi: Um desertor, um traidor, um cidadão que queria não a libertação da pátria de um jugo odioso, mas a mudança de senhores: substituir o jugo português-espanhol pelo holandês que era peor sob todos os pontos de vista do que o ibérico.

E' um trabalho excelente que muito se recomenda, êsse que acaba de nos oferecer o Snr. Rego Lins.

W. S.

CONGRESSO HISPANO-AMERICANO DE HISTORIA, reunido em Cartagena de Indias en conmemoración del cuarto centenario de su fundación, del 25 de diciembre de 1933 al 6 de enero de 1934. — Imprenta Departamental. — Cartagena. — Colombia. — 1935.

Trata-se de um alentado volume em que figuram, reglamento, atas, discursos, decisões e informes sôbre as obras e monografias apresentados ao "Congresso Hispano-Americano de História".

Repletos de judiciosas considerações tantos os discursos como e principalmente os "informes" sôbre os trabalhos apresentados ao Congresso, são repositórios de valiosos ensinamentos em que todo o historiador tem algo a aprender, essas páginas do alentado volume do "Congresso Hispano-Americano de História" reúnido em Cartagena.

W. S.

STUDIES IN HISPANIC AMERICAN AFFAIRS.
— Edited by A. Curtis Wilgus, Diretor of the Center of Inter-American Studies. — Volume III. — 1934. — ARGENTINA, BRASIL AND CHILE SINCE INDEPENDENCE. — The George Washington University Press, Washington, D. C., 1935.

O "Center of Inter-American Studies", cujo diretor é o Snr. A. Curtis Wilgus, tem dado as mais grandiosas provas de dedicação ao estudo da História dos países Americanos.

Publicando, agora, o 3.º volume dos "Studies in Hispanic American Affairs", o Snr. Curtis Wilgus presta relevantes serviços aos estudiosos publicando interessantíssimos e judiciosos trabalhos sôbre a Argentina, o Brasil e o Chile. E tanto mais interessantes se tornam êsses estudos porque seus autores, J. Fred Rippy, Percy Alvin Martin e Isaac Joslin Cox, são nomes de realce e dedicadíssimos aos estudos históricos.

Falamos especialmente do Snr. Percy A. Martin, cujos vários trabalhos sôbre o Brasil fazem-no credor da nossa máxima simpatia e gratidão.

A cargo do Snr. P. A. Martin é que ficou a parte sôbre o Brasil nesse 3.º volume dos "Studies in Hispanic American Affairs", estudo devéras interessante e precioso pela grande cópia de informações.

Estando nós no ano Farroupilha, foi com prazer que vimos a seguinte referência do Snr. P. A. Martin sôbre a heróica revolução: "Naturally it was not until some years after his accession that his qualities as a ruler began to make themselves felt. Although the declaration of majority relieved the political tension, the heritage of civil strife bequeathed by the regency lasted nearly a decade longer. The most burdensome of these heritages was naturally the revolution in Rio Grande do Sul; in fact the Guerra dos Farrapos, as it was called, was the most serious revolutionary movement that the empire had to face. As already noted, the rebellion began under Feijó, and had as its cause, apparently merely local political rivalries. The geographical situation of Rio Grande do Sul, bordering on both Argentina and Uruguay, singularly favored this revolt, which for a time aimed at nothing less than the separation of this favored region from the rest of the empire. The insurgents, when pursued, easily found refuge in foreign territory. Here they suffered little or no molestation. They were even able to secure arms and supplies, for these neighboring republics were interested in the propagation of the rebels republican ideas, and particularly interested in the weakening of the empire, whose immense dimensions terrified them."

Em páginas anteriores, porém, afirma o Snr. Martin que

a "Guerra dos Farrapos foi francamente separatista nas suas tendências e constituiu a mais séria ameaça interna com que o Brasil teve que lutar durante todo o período do império" (págs. 179-180).

Realmente a Revolução Farroupilha foi séria ameaça ao império. Mas quanto ao "frankly separatist in tendency", há engano do ilustre autor.

A Revolução Farroupilha não teve fito separatista, conforme já foi largamente provado por todos os nossos historiadores e esta **Revista** tem divulgado.

A proclamação da República e Independência em 1836 a 11 de setembro foi **um meio**, e não a finalidade dos gloriosos farroupilhas, e basta para prová-lo as idéias de **federação** que, depois, sempre pregaram e procuraram realizar.

Outros pequenos erros possui a obra, erros que, contudo, em nada prejudicam o conjunto.

W. S.

EPISÓDIOS E PERFIS DE 1835, por De Paranhos Antunes — Porto Alegre, 1935.

O grande entusiasmo despertado pelos festejos da data centenária da revolução farroupilha produziu grande número de obras e muitas de real valor.

Entre os estudiosos da gloriosa década merece lugar de destaque o Snr. De Paranhos Antunes, escritor de invulgar cultura aliada a uma inteligência esclarecida.

Dedicado aos assuntos históricos, deu-nos De Paranhos as seguintes obras, das quais já tratamos em números anteriores, desta revista: **História de Cachoeira** e **História de Rio Pardo**. A seguir, deu-nos Antônio Vicente da Fontoura, o **embaixador dos farrapos**, obra que lhe abriu de vez as portas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, onde já desde muito era "persona grata".

Trabalhador infatigável, publicou na imprensa uma série de interessantes artigos e notas sobre feitos, fatos e homens farroupilhas, artigos que pela singeleza e honestidade com que foram escritos receberam os mais francos elogios.

São esses artigos que De Paranhos enfeixou no livro **Episódios e perfis de 1835**, saídos do prélo em vésperas da grande data riograndense.

Não se trata, portanto, de um livro de fôlego, próprio aos estudiosos, mas de feição popular, obra de divulgação e, por isso mesmo, de grande mérito, pois escrever para o povo o que possa ao povo aproveitar ensinando ou mostrando o caminho da honra, do dever e do patriotismo, é obra das mais valiosas. E tendo sido a revolução de 1835 eminentemente patriótica e profundamente honesta, divulgando-a como o faz o Snr. De Paranhos Antunes, é prestar ao povo o mais relevante serviço, e também, convém que se diga, a quantos gostam da boa leitura em boa linguagem vasada.

W. Sp.

PORQUE E' QUE SOU INTEGRALISTA, por A. Pompêo. — Empresa gráfica "Revista dos Tribunais", São Paulo, 1935.

Grande é já a bagagem literária e histórica do Snr. A. Pompêo que, ultimamente, se tem dedicado ao integralismo desde a publicação de seu livro **A defesa do Brasil**, que é a sua profissão de fé integralista.

Agora, com **Porque é que sou integralista**, reafirma o Snr. Pompêo a sua doutrina, e abre o livro com as seguintes frases:

"Sou integralista. A razão é muito simples: Creio em Deus; amo o Brasil; defendo a Família cristã".

E parte, daí, afirmando que é integralista desde a publicação de seu primeiro livro, porque foram essas sempre as idéias que defendeu.

Nesse crescendo continua o autor até concluir seu trabalho dizendo que é integralista "porque o **camisa verde** defenderá com doutrina, com amor e com sangue o Brasil **uno e cristão**."

Embora se discorde de seus pontos de vista, em certas partes, não se pode negar o grande e nobre sentimento que o anima e a sinceridade do que afirma.

Em todo o livro vibra a alma do autor, mesmo através a monótonia do estribilho que repete vezes e vezes em cada página: Sou integralista... sou integralista...

W. Sp.

ANTÔNIO VICENTE DA FONTOURA — Edição
Globo, 1935.

Devéras animador é o interêsse que em nossa gente vem despertando, nestes últimos tempos, o estudo da história regional. Vários livros teem aparecido, outros estão em preparação. O Congresso de História aqui realizado sob o patrocínio do Instituto Histórico, produziu salutar impressão entre os estudiosos do nosso passado, e não pequeno número de teses foram apresentadas e discutidas, dando àquele conclave um resultado devéras animador.

E' de notar, em honroso destaque, os trabalhos de Otelo Rosa, com o seu "Amores de Canabarro", biografia romancada do excelso lidador, e inúmeras conferências, artigos de imprensa, preleções em aula, etc., tudo a propósito do centenário farrapo neste ano em comemoração. H. Canabarro Reichardt, escritor voluntariamente exilado do pago, deu-nos dois excelentes livros, "Canabarro" e "Bento Gonçalves". Valter Spalding, o moço dinâmico, apresenta-nos contínuos trabalhos, fruto de proveitosas pesquisas em arquivos do Estado e particulares. Souza Doca, o maior conhecedor do nosso passado, nome sem favor algum já sagrado nas letras histórico-gaúchas, apresentou-nos surpreendente estudo sôbre a brasilidade dos farrapos.

O sr. 1.º tenente De Paranhos Antunes, belo espírito já bem conhecido através de contínuos artigos de caráter histórico-regional na imprensa diária da capital e pelos livros sôbre Rio Pardo e Cachoeira, os quais ocupam honroso lugar entre as monografias publicadas de várias comunas do Estado, deu-nos a biografia de Antônio Vicente da Fontoura, destacado prócer da grande Revolução, o embaixador da República no ajustamento da paz firmada com os poderes centrais do Império.

E' um trabalho meritório e de reparadora justiça à memória do grande idealista do épico movimento armado. Antônio Vicente da Fontoura foi, a meu ver, um dos elementos mais simpáticos da revolução, notadamente pela pureza das suas intenções e entranhado ardor com que combateu durante os largos dez anos de duração desse famoso capítulo da história regional.

Moço, muito moço ainda, estreava-se na vida tomando parte ativa em fragorosas lutas políticas, formando nas fileiras nacionalistas, ao lado daqueles que combatiam a influência caramurú, o partido português, que na época detinha a supremacia do mando na então villa da Cachoeira. Antônio Vicente, aos vinte e quatro anos de idade, alcançava decisiva vitória sobre as hostes contrárias exercendo as funções do cargo de juiz ordinário, honra disputada e só concedida a homens de reconhecido valor.

O fato vem citado no criterioso trabalho do sr. De Paranhos. E não só isso; através de suas páginas é focada a excelsa figura de Antônio Vicente nas várias facetas de sua admirável atividade, ressaltando também os seus dotes de coração, como na dolorosa ocorrência da morte de Claudina, levando Fontoura a adotar um casal de filhos da desventurada vítima.

A sua atuação no ajustamento da paz, em 1845, a elevação de vistas e tenacidade com que agiu para alcançar o fim colimado, a altivez, a superioridade que soube manter diante dos magnatas do Império, em plenário ministerial, verdadeiro embaixador tratando de potencia a potencia, são lances heroicos da vida de Antônio Vicente que tornam a sua memória benemerita e digna do máximo respeito dos coetaneos.

O fim trágico que teve o grande prócer da República de Piratiní é também descrito com grande precisão. Fontoura foi um lutador; entrou na vida lutando e na luta sempre viveu, até finalizar seus dias em trágico e doloroso conflito originado por questões políticas.

E reviver nesta magna comemoração do grande centenário a apopéia criada pelos admiráveis homens daquela longínqua época, mostrar à geração de hoje a grandeza dos seus

feitos, o seu amor à terra pela qual tanto se sacrificaram e souberam morrer, pois preferiam “antes acabar nas ruínas da pátria do que vê-la escravizada”, é obra realmente meritória e de reparadora justiça, como dissemos linhas atrás.

Enquadra-se, pois, com justo merecimento, o trabalho do sr. De Paranhos, entre as publicações evocativas do épico decênio, e ao seu autor os nossos louvores pela contribuição do seu lúcido espírito que, com justiça e civismo, vai arrancar do olvido a figura de Antônio Vicente da Fontoura, figura tão simpática e de tão destacado valor.

E. D.

REVISTAS RECEBIDAS

Recebemos, agradecemos e permutaremos:

Boletim de Historia y Antigüedades — Colombia — n.º 248 — março de 1935.

Senderos — Órgão da Biblioteca Nacional de Bogotá — janeiro de 1935, n.º 12, e fevereiro, n.º 13.

Boletim del Instituto de Investigaciones Historicas — Buenos Aires — n.º 58-60.

Universal — Revista paulista — abril-maio, 1935 — São Paulo.

Archivum Historicum Societatis Jesu — julho-dezembro, 1934; janeiro a junho, 1935.

Revista da Academia Brasileira — n.º 3, 159, 160.

O Instituto — publicação do Instituto de Coimbra — vol. 88, n.º 1.

Atas das Sessões

Ata da 42.^a sessão ordinária

Aos vinte e dois dias do mês de março de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte horas, no Museu Júlio de Castilhos, sede provisória do Instituto, presentes os membros que firmaram o livro de Presenças, o senhor Leonardo Macedônia, vice-presidente, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do expediente, que constou de várias peças, entre as quais as seguintes: officio do senhor Francisco Rodolfo Simch, presidente, renunciando o seu cargo, por motivos que justifica. O senhor Macêdonia diz ser devêras lamentável a resolução do ilustre confrade, a quem tece grandes e merecidos elogios, porém que, em vista do caráter inabalável da resolução, não poderá o Instituto outra cousa fazer senão se conformar com a renúncia. Determinou que se oficiasse ao digno confrade lamentando o seu afastamento do exercício daquele cargo, agradecendo, igualmente os serviços prestados ao Instituto, e marcou o próximo dia nove de abril para, em sessão de assembléia geral, se proceder à eleição para o provimento daquele cargo. Carta do senhor Leopoldo Bettiol pedindo, por empréstimo, os originaes dos seus dois livros em manuscrito, "História da civilização à luz da crítica" e "Aborígenes do Rio Grande do Sul", trabalhos que oferecera ao Instituto; foi atendido. Um cartão do senhor Álvaro Pôrto Alegre, acompanhando cópias de trabalhos do extinto escritor Apolinário Pôrto Alegre, colaboração destinada à Revista; foi mandado agradecer. Carta do senhor

Breno de Dorneles pedindo que o Instituto reconheça de utilidade pública a obra que pretende publicar sob o título "A Terra Farroupilha até 1935"; foi mandado arquivar. O senhor presidente diz ter recebido o discurso com que se apresentará no Instituto o sócio correspondente senhor Manoel Duarte, e marca a segunda quinzena de abril, em dia previamente determinado, para a recepção, sendo o recipiendário saudado pelo orador do Instituto. O nosso confrade senhor Othelo Rosa lembra que a grande figura de João Antônio da Silveira, excelso batalhador da revolução farroupilha, tem sido lamentavelmente esquecida e justo é que o Instituto preste uma homenagem àquele valoroso general. O senhor presidente apoia as palavras do nosso consócio e, depois de várias considerações feitas por alguns confrades, resolve-se que em tempo oportuno seja convocada uma sessão de homenagem a João Antônio, ficando a conferência a cargo do senhor Othelo. Tratando-se da representação do Instituto no Pavilhão Cultural da Exposição do Centenário Farroupilha, são designados para êsse fim os senhores Alcides Maia, Othelo Rosa e Eduardo Duarte. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) Leonardo Macedônia

Ata da 43.^a sessão ordinária

Aos trinta dias do mês de março de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte e meia horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os sócios que firmaram o livro de Presenças e elevado número de assistentes, o senhor Leonardo Macedônia, vice-presidente, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Feita a leitura da ata da sessão anterior e aprovada e não havendo expediente, foi dada a palavra ao secretário para ler a efeméride do dia, o que foi feito. O senhor Leonardo Macedônia, dirigindo-se à assistência, explica os fins da reunião, que era prestar

uma justa homenagem à memória do general João Antônio da Silveira, prócer da grande revolução de 1835-1845. Concede, em seguida, a palavra ao nosso confrade senhor Othelo Rosa, orador previamente designado. O nosso consócio começa dizendo que a escassez de tempo não lhe permitira fazer um trabalho escrito sobre o vulto do general João Antônio da Silveira, mas que, entretanto, tal fôra a singeleza do seu caráter sem mácula que melhor seria uma apreciação sincera dos seus feitos sem preocupações de labores literários. E faz em seguida ligeira síntese dos elementos que fizeram a revolução e dos seus pró-homens, e põe em foco a figura de João Antônio estudando-a, demoradamente nos vários aspectos da sua admirável atividade. Lê diversas apreciações sobre o valoroso soldado farrapo, entre as quais as de Alfredo Varela e Manoel Alves Caldeira e termina sua bela conferência em meio de calorosas palmas da assistência. O senhor presidente agradece aos presentes a sua comparencia e encerra a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) Leonardo Macedônia

Ata da 11.^a sessão de assembléia geral

Aos dezeseis dias do mês de abril de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte horas, na sede provisória do Instituto, reunidos os membros que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedônia assumindo a presidência e verificando número legal, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do expediente que constou de várias peças, entre as quais um officio da Academia Carioca de Letras contendo várias proposições. O senhor Othelo pede vista do mesmo, o que lhe é concedido. Foram igualmente lidas as procurações passadas pelos confrades Alcides Maia, Darcí Azambuja e Faria Correa fazendo-se representar, nesta sessão, pelo secretário do Instituto. O senhor presidente declara que a ordem do

dia da presente sessão era a eleição para o provimento do cargo de presidente, vago com a renúncia feita pelo confrade Francisco Rodolfo Simch e que havendo número legal, por se tratar de segunda convocação, ia-se proceder à eleição, para o que suspendia os trabalhos por quinze minutos, para o preparo das cédulas. Reaberta a sessão, são nomeados escrutinadores os senhores Othelo e Guerreiro Lima; recolhidas as cédulas e apurado o seu resultado, verificou-se a eleição do senhor Leonardo Macedônia, tendo apenas um voto contra, para o cargo de presidente. Proposta a posse imediata, é a mesmo feita, tendo o senhor Macedônia agradecido aos confrades a escolha do seu nome para a honrosa investidura, prometendo fazer todo o seu possível para o bom desempenho do mandato. Declarou, em seguida, que vagando o cargo de vice-presidente, ficava marcado o próximo dia vinte e três para se proceder à eleição. E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) Leonardo Macedônia

Ata da 12.^a sessão de assembléia geral

Aos trinta dias do mês de abril de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte e meia horas, na sede provisória do Instituto, presentes os membros que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência e verificando número legal, por ser esta a segunda convocação, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se á leitura do expediente que constou de um officio dos senhores Abeillard Barreto e Cândido R. Teixeira, presidente e secretário da Biblioteca Rio Grandense, da cidade do Rio Grande. Nesse officio os signatários informam que a velha igreja matriz da cidade, cuja construção data de mil setecentos e cincoenta e cinco, está ameaçada de demolição ou remodelação, segundo o plano de ur-

banização da cidade. Os citados senhores solicitam, em nome da referida Biblioteca, o parecer do Instituto, a êsse respeito. O senhor presidente faz algumas considerações sobre o assunto, discordando da demolição do velho templo, e concede a palavra a quem dela queira fazer uso. O senhor Alcides Maia abre os debates dizendo ser colhido de surpresa com a leitura dêsse expediente, porém que o tema é conhecido e largamente debatido e não há motivos, por mais fortes que sejam, que autorizem a demolição do velho templo, glorioso padrão da nossa energia civilizadora. E termina dizendo protestar, desde já, contra a pretendida demolição. Usam em seguida da palavra os senhores Othelo e Adroaldo. O secretário refere-se à atitude tomada pelo Instituto quando tratou-se da demolição da igreja da sé, na Baía, protestando, e, em mil novecentos e vinte e um, a um enérgico telegrama passado ao intendente de São Luiz, neste Estado, por motivo de estarem sendo aproveitadas as pedras das ruínas de São Miguel de Missões nos cordões das calçadas daquela vila. O senhor presidente encerra a discussão mandando o officio em apreço ao parecer, por escrito, do senhor Alcides Maia. Passando-se à ordem do dia, declarou o senhor presidente que a presente sessão fôra convocada com o fim especial de proceder-se à eleição para o provimento do cargo de vice-presidente. Suspensa a sessão para a feitura das cédulas, foi a mesma em seguida reaberta, seguindo-se o processo da eleição, findo o qual verificou-se a escolha do senhor Othelo Rosa para vice-presidente, cargo em que foi logo empossado. Serviram de escrutinadores os senhores Adroaldo e Duarte. E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) Leonardo Macedônia

Ata da 22.^a sessão extraordinária

Aos dois dias do mês de maio de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte e meia horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os sócios que firmaram o

livro respectivo, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da reunião anterior e não havendo expediente, o senhor presidente disse que a presente sessão extraordinária tinha o fim especial de receber no seio do Instituto, como sócio correspondente, o senhor Manoel Duarte, conhecido escritor e advogado residente no município de Vacaria. Faz em seguida penetrar no salão o senhor Manoel Duarte, que presta o compromisso regimental. Dada a palavra ao novo consócio, êste manifesta, preliminarmente, o seu regozijo pela honra que acabara de lhe ser conferida pelo Instituto, elegendo-o membro do seu quadro social. E faz, a seguir, a leitura de longo e interessante trabalho no qual analisa com alto saber e critério o povoamento da região nordestina do Estado, fazendo destaque dos quadros mais distanciados desse nosso ciclo. O discurso do nosso confrade é longo e interessante e, ao terminar, recebe fartos aplausos da assistência. Dada a palavra ao orador do Instituto, senhor Adroaldo Mesquita, êsse faz vibrante saudação ao recipiendário, a quem considera uma das mais puras e legítimas expressões culturais do Rio Grande na hora que passa. Analisa a obra do novo consócio, destacando os seus livros, entre os quais os "Humildes". E, após outras considerações, termina apresentando as boas vindas ao senhor Manoel Duarte. O senhor presidente agradece a comparência dos presentes e declara encerrada esta sessão extraordinária, convidando os membros presentes a tomarem parte na sessão ordinária a realizar-se em seguida.

Sessão ordinária. Aberta a sessão, disse o senhor presidente que o assunto que motivara esta convocação em forma de sessão ordinária era submeter á discussão o parecer elaborado pelo senhor Alcides Maia em relação ao ofício da Biblioteca Pública do Rio Grande. O senhor presidente, faz um histórico do assunto já debatido em sessão anterior, determina seja feita a leitura do ofício e parecer apresentado e submete êste à discussão. Usam da palavra, sucessivamente, os senhores Alcides, Othelo, Adroaldo, Guerreiro e

Mazeron, todos apoiando o parecer, o qual, submetido à votação, é aprovado por unanimidade de votos. E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) **Leonardo Macedônia**

Ata da 44.^a sessão ordinária

Aos vinte e seis dias do mês de junho de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte horas, na sede provisória do Instituto, presentes os consócios que firmaram o livro de presenças, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, passou-se à leitura do expediente, que constou de várias peças. O senhor presidente declara que se acham sobre a mesa os processos de admissão já prontos, dos senhores doutor Felix Contreiras Rodrigues e professor Jaci Antônio Louzada Tupi Caldas, como sócios efetivos e doutor Herbert Canabarro Reichardt, senhor Manoelito G. de Ornelas e doutor Luiz da Câmara Cascudo, como sócios correspondentes, em vista do que submetia à votação a admissão dos novos consócios. Feita a votação, verificou-se a aceitação por unanimidade de votos. Ficou determinado que o Instituto receberia os novos sócios efetivos na próxima quinta feira, devendo o senhor Tupi Caldas ser saudado pelo orador do Instituto, e o senhor Contreiras Rodrigues pelo senhor Othelo Rosa, por designação do senhor presidente. E' lido um telegrama do senhor Antônio Francisco de Ataíde, presidente do Instituto Histórico do Espírito Santo, convidando este Instituto a se fazer representar nas festas do centenário do povoamento daquele Estado, declarando o senhor presidente ter delegado poderes ao senhor doutor Ubaldo Ramalheite para representar este Instituto. Telegrama do senhor Carlos Drummond, diretor do gabinete do ministério da Educação e Saúde Pública, solicitando a

remessa de várias peças que completem a documentação já remetida àquele ministério com o fim de alcançarmos uma subvenção para a edificação da sede social. O secretário apresentou as citadas peças, já prontas, que serão remetidas para o Rio de Janeiro. O secretário lembra a conveniência de se convidar a vir a esta capital, no próximo mês de setembro, diversas pessoas notoriamente conhecidas pelos seus trabalhos atinentes à história. O assunto é pôsto em discussão, resolvendo-se que o Instituto se dirija, nesse sentido, ao governo do Estado, indicando os seguintes nomes: doutor Mário Melo, de Pernambuco; doutor Luiz da Câmara Cascudo, do Rio Grande do Norte, doutor Bernardino José de Souza, da Baía; doutores Max Fleiuss, Rodolfo Garcia, Alcides Bezerra e Manoel de Oliveira Viana, do Rio de Janeiro; doutor Afonso E. Taunay, de S. Paulo; doutor Romário Martins, do Paraná e doutor Henrique Fontes de Santa Catarina. E mais: os senhores Emilio Ravignani, de Buenos Aires e João E. Pivel Devoto, de Montevidéu. Tendo o "Club Republicano Liberal" do segundo distrito desta capital solicitado informações sobre o local, dia e hora do primeiro encontro entre revolucionários e imperialistas, na revolução dos farrapos, foi o ofício à Comissão de História, sendo designado o senhor Othelo Rosa para relatar o parecer. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) Leonardo Macedônia

Ata da 23.^a sessão extraordinária

Aos vinte e sete dias do mês de junho de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte e meia horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o livro de Presenças, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, e não havendo expe-

diente, foi feita, em seguida, a leitura da efeméride do dia. O senhor presidente declara que a ordem do dia desta sessão extraordinária é a recepção dos novos consócios senhores Felix Contreiras Rodrigues e Jaci Antônio Louzada Tupí Caldas. Designados os senhores Aurélio Pôrto e Gaston Mazon para introduzirem na sala os recipiendários, são êstes recebidos por entre palmas da assistência e prestam o compromisso regulamentar. Concedida a palavra, respectivamente, aos novos consócios, usam-na, em primeiro lugar o senhor Tupí Caldas e, em seguida, o senhor Contreiras Rodrigues. Ambos os discursos, são fartamente aplaudidos. E' concedida a palavra ao senhor Othelo Rosa, que faz vibrante saüdação ao senhor Contreiras Rodrigues e, logo depois, ao senhor Adroaldo, que saüda o senhor Tupí Caldas. O senhor Aurélio Pôrto, usando da palavra, lê sentida página sobre o desaparecimento do nosso ilustre consócio João Belém, há dois dias falecido em Santa Maria. Em seu trabalho, que despertou funda emoção na assistência, o senhor Aurélio interpretou o sentir do Instituto pelo doloroso fato. O secretário, pedindo a palavra, refere-se ao centenário, marcado na efeméride do dia, da elevação de Pelotas e Rio Grande à categoria de cidade. Propõe um voto de congratulações, que é unânimemente aprovado. O senhor presidente agradece a assistência dos presentes e encerra a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) **Leonardo Macedônia**

Ata da 24.^a sessão extraordinária

Aos dez dias do mês de agosto de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte e meia horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presente grande número de pessoas, inclusive exmas. famílias, e os sócios que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. O senhor presidente ex-

plicou, em seguida, que a presente sessão fôra convocada com o fim de ouvir a conferência que sôbre assuntos da Revolução Farroupilha, iria proferir o nosso consócio senhor Fernando Osório. Dada a palavra ao secretário, êste faz a leitura da efeméride do dia. Concedida a palavra ao senhor Fernando Osório, êste ilustre consócio lê o seu magnífico trabalho subordinado ao título: "A Expressão Jurídica da jornada de 35 e o Americanismo dos Farrapos". O conferencista ocupou a atenção do auditório durante uma hora, recebendo, ao terminar, longos e demorados aplausos. O senhor presidente, depois de agradecer aos presentes a sua comparência, encerrou a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte secretário, perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) Leonardo Macedônia

Ata da 45.^a sessão ordinária

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte e meia horas, na sede provisória, presentes os membros que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do expediente, que constou das seguintes peças: Telegrama do nosso consócio senhor Florêncio de Abreu anunciando estar o Instituto contemplado com a importância de cinquenta contos de réis, no orçamento do governo federal, para a edificação da sede em projeto. Determinou o senhor presidente que se telegrafasse ao senhor ministro Gustavo Capanema agradecendo o auxílio concedido e ao nosso confrade Florêncio de Abreu manifestando o nosso reconhecimento pelos esforços que empregou para alcançar o citado auxílio. Carta do Padre Frederico Maute solicitando a inserção na Revista, do catálogo da secção de botânica do Ginásio Anchieta. Essa carta foi à respectiva comissão redatorial para ser tomada na merecida consideração. Comunicação dos senhores conde de Afonso Celso,

coronel Álvaro de Alencastre, Fernando Calage, doutor Mário Melo e doutor Vitor Russomano, concordando com a inclusão dos seus nomes no quadro de sócios correspondentes do Instituto. O secretário informa que os respectivos processos estão prontos aguardando-se apenas a resposta dos citados senhores, para se proceder à eleição. Em vista disso, o senhor presidente põe em discussão a proposta e parecer da comissão de admissão e em seguida votado, na forma do artigo sexto, parágrafo quinto, e, pelo seu resultado, foram proclamados sócios correspondentes do Instituto, os senhores conde de Afonso Celso, residente no Rio de Janeiro, Álvaro de Alencastre, residente na mesma cidade, Mário Carneiro do Rego Melo, residente em Pernambuco, Fernando Calage, residente em São Paulo e Vitor Russomano, residente em Pelotas. Tratando-se da edificação do prédio social, o senhor presidente declara que vai procurar um entendimento com o major Bins, prefeito da capital, com o fim de se resolver em definitivo o local em que assentará a futura sede. Resolve-se, igualmente, prorrogar até 15 de setembro o prazo para recebimento de teses e memórias ao Congresso de História a se realizar nesta capital em vinte do próximo mês vindouro. O senhor Othello Rosa propõe que se escreva uma carta ao doutor Alceu Barbedo solicitando uma tese sobre assunto de etnografia, amparando-a no precioso subsídio deixado sobre essa matéria pelo seu finado pai, senhor Otacílio Barbedo. Essa proposta é aprovada. E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) Leonardo Macedônia

Ata da 25.^a sessão extraordinária

Aos sete dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte horas, na sala de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo e elevado número de convidados, o senhor

Leonardo Macedônia assume a presidência e declara aberta a sessão. Estando presente o representante de sua excelência, o senhor governador do Estado, é o mesmo convidado a tomar assento à mesa. Em seguida o senhor Leonardo Macedônia passa a presidência ao vice-presidente senhor Othelo Rosa, que assume a presidência. Explicado aos presentes o motivo da convocação da presente sessão, que era comemorar a data de sete de setembro, tão grata ao povo brasileiro, e estando inscrito para falar sobre essa efeméride, é concedida a palavra ao senhor Leonardo Macedônia. O nosso ilustre consócio passa a ler importante trabalho sobre a grande data; faz uma recapitulação histórica desde os primórdios de nossa formação e nos diversos capítulos de sua conferência estuda os grandes movimentos político-sociais da nossa pátria até chegar à nossa emancipação do domínio português. O trabalho apresentado pelo nosso consócio agradou sobremodo, sendo calorosamente aplaudido pela assistência. O senhor presidente agradece aos assistentes a sua comparência e encerra a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei, para constar, a presente ata.

(as.) Leonardo Macedônia

Ata da 26.^a sessão extraordinária

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e cinco, às dezenove e meia horas, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declara aberta a sessão, em caráter ordinário, para dar conhecimento à casa do processo referente à admissão do senhor Deoclécio De Paranhos Antunes, proposto sócio efetivo do Instituto. Lidos os respectivos pareceres, que são favoráveis à admissão, procede-se à eleição, verificando-se, pelo seu resultado, estar eleito o senhor De Paranhos Antunes sócio efetivo do Instituto, sendo feita a sua proclamação. O senhor presidente transforma a sessão, dando-lhe o caráter de extraor-

dinária, para receber não só o novo consócio como diversos confrades que se acham presentemente na capital, por motivo das festas comemorativas do centenário farrapo. O senhor presidente designa os senhores Guerreiro Lima e Gaston Mazon para darem entrada, no recinto, ao senhor De Paranhos, feito o que, o mesmo presta o compromisso regulamentar. Dada a palavra ao recipiendário, profere este uma pequena oração, na qual manifesta o seu reconhecimento pela sua inclusão no quadro social do Instituto e promete não poupar esforços para bem corresponder à honra que lhe foi concedida. Dada a palavra ao nosso consócio senhor Herbert Canabarro Reichardt, que se havia inscrito para falar, leu o nosso confrade um excelente trabalho sobre a "Literatura farroupilha no centenário", interessante resenha de tudo quanto se há publicado sobre o épico movimento, na presente celebração. Dada a palavra ao senhor Adroaldo Mesquita, orador do Instituto, produz o nosso confrade excelente oração, na qual saúda o recipiendário e cumprimenta os consócios Fernando Osório, Canabarro Reichardt, Fernando Calage e Manoelito de Ornelas, presentes à sessão. O senhor presidente, comunica, em seguida, que está designado o próximo dia primeiro do corrente para a instalação solene do Congresso de História, seguindo-se as sessões na seguinte ordem: dia trinta, última sessão preparatória; dia primeiro, as vinte e uma horas, instalação solene; dias dois a cinco, reunião das comissões; sete e oito, sessões plenárias; dia nove, sessão de encerramento. O senhor presidente agradece a comparência dos presentes e declara encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo do Instituto, lavrei a presente ata.

(as.) Leonardo Macedônia

Ata da 46.ª sessão ordinária

Aos trinta dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e cinco, as vinte horas, no Museu Julio de Castilhos, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, o

senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do expediente, que constou de inúmeras peças atinentes ao Congresso, entre as quais a solicitação que faz o dr. Mário Teixeira de Carvalho para sua inscrição pessoal, ao Congresso e como delegado da Sociedade de Geografia de Lisboa. Foi deferido. O senhor Artur de Abreu Prates, descendente do barão de Cerro Largo, em carta, ofereceu ao Instituto a tela à óleo, desta grande figura histórica, que está exposta no Pavilhão Cultural. Passando à ordem do dia, que é a organização do programa do Congresso, a secretaria apresenta a relação das teses e sua distribuição pelas diversas comissões. Antes, porém, comunica o secretário ter convidado os nossos confrades senhores Tupí Caldas e De Paranhos Antunes para auxiliares deste trabalho. A assembléia ratifica o convite e nomeia subsecretários os referidos consócios.

Relação das teses e respectivas comissões. I Secção: 1) Manoel E. Fernandes Bastos. "A fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio". Relator: Doutor Manoel Duarte. Membros: Aurélio Pôrto e dr. Felix Contreiras Rodrigues. 2) J. O. Pinto Soares. "Memórias Históricas e Comentários". Relator: Manoel de Faria Correa. Membros: Doutor Fernandes Luis Osório e Professor Afonso Guerreiro Lima. 3) Manoel E. Fernandes Bastos. "A coberta da alma". Relator: Dr. Adroaldo Mesquita da Costa. Membros: Dr. Eduardo Duarte e tenente De Paranhos Antunes. 4) J. Resende e Silva. "Os mineiros no Rio Grande do Sul". Relator: Dr. Armando Dias de Azevedo. Membros Valter Spalding e Gaston Hasslocher Mazon. 5) Dr. Fernando Osório. "A Religiosidade e o sacerdócio dos Farrapos". Relator: Dr. Eduardo Duarte. Membros: Dr. Adroaldo Mesquita da Costa e Professor Jacé Tupí Caldas. 6) Dante de Laitano. "Introdução ao estudo do Presídio das Tôrres e sua evolução histórica". Relator: Dr. Fernando Osório. Membros: Clemenciano Barnasque e Armando Dias de Azevedo. 7) Dr. Fernando Osório. "A Ação e os propósitos orgânicos dos Farrapos". Relator: Dr. Manoel Duarte. Membros: Dr. Adroaldo Mesquita da Costa

e Gaston H. Mazon. 8) Aurélio Pôrto. "Os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul". Relator: Dr. Fernando Osório. Membros: Professor Tupí Caldas e Dr. Felix Contreiras Rodrigues. 9) Dr. Felix Contreiras Rodrigues. "Formação social e psicológica do gaúcho brasileiro". Relator: Aurélio Pôrto. Membros: Prof. Tupí Caldas e Othelo Rosa. 10) Aurélio Pôrto. "Pre-história do Rio Grande do Sul". Relator: Dr. Francisco Rodolfo Simch. Membros: Prof. J. Tupí Caldas e Gaston H. Mazon. 11) Dr. Mário Teixeira de Carvalho. "O nascimento de Gaspar Silveira Martins". Relator: Dr. João Maia. Membros: Profs. Valter Spalding e Jorge Bahlis. 12) Dr. João Maia. "A Formação do Rio Grande do Sul". Relator: Manoelito de Ornelas. Membros: Dr. Manoel Duarte e Prof. J. Tupí Caldas. II Secção. 1) Dr. Manoel Duarte. "A Revolução Farroupilha. Causas sociais, políticas e econômicas". Relator: Dr. Felix Contreiras Rodrigues. Membros: Othelo Rosa e Dr. João Maia. 2) J. Egon de Abreu Prates. "O trono da Grécia, a Casa de Bragança e a Revolução de 1835". Relator: Prof. Afonso Guerreiro Lima. Membros: Dr. Francisco Rodolfo Simch e Prof. Jorge Bahlis. 3) Dra. Henriqueta G. Galeno. "A Revolução Farroupilha. Suas Causas sociais, políticas e econômicas". Relator: Desembargador Florêncio de Abreu. Membros: Dr. Manoel Duarte e Dr. Armando Dias de Azevedo. 4) Tenente De Paranhos Antunes. "Os Partidos políticos até 1889". Relator: Valter Spalding. Membros: Dr. Fernando Osório e Dr. Darcé Azambuja. 5) Dr. Fernando Osório. "O Farrapo Pedro Vieira (Perico el bailarín) e seu americanismo". Relator: Aurélio Pôrto. Membros: Dr. Felix Contreiras Rodrigues e Prof. A. Guerreiro Lima. 6) Setembrino A. Pereda. "Rasgos biográficos de Pedro José Vieira". Relator: Aurélio Pôrto. Membros: Dr. Eduardo Duarte e Tenente De Paranhos Antunes. 7) Castilhos de Goycochêa. "A Revolução Farroupilha. Causas sociais, políticas e econômicas". Relator: Manoelito de Ornelas. Membros: Prof. A. Guerreiro Lima e Dr. Adroaldo Mesquita da Costa. 8) Dr. Leopoldo de Freitas. "Gaspar Silveira Martins". Relator: Tenente De Paranhos Antunes. Membros: Drs. Manoel

Duarte e Felix Contreiras Rodrigues. **III Secção.** 1) Osório Tuiuti de Oliveira Freitas. "A invasão de São Borja". Relator: Tenente De Paranhos Antunes. Membros: Profs. Tupi Caldas e Valter Spalding. 2) Dr. Fernando Osório. "A ação militar de João Manoel e o plano republicano de 1836". Relator: Dr. Contreiras Rodrigues. Membros: Aurélio Pôrto e Prof. Tupi Caldas. 3) Celso Schröder. "Efemerides Rio Grandenses — 1835-1845". Relator: Prof. Valter Spalding. Membros: J. O. Pinto Soares e Clemenciano Barnasque. **IV Secção.** 1) Valter Spalding. "Comércio, indústria e agricultura". Relator: Dr. Alcides Maia. Membros: Coronel Manoel de Faria Correa e Tenente De Paranhos Antunes. 2) Dr. Mário Teixeira de Carvalho. "Memoria relativa à criação dos Correios no Província do Rio Grande do Sul. Relator: Gaston H. Mazon. Membros: Dr. João Maia e Prof. Guerreiro Lima. 3) Desembargador Florêncio de Abreu. "Recursos financeiros da República de Piratini". Relator: Dr. Francisco Rodolfo Simch. Membros: Drs. Eduardo Duarte e Darcí Azambuja. 4) Capitão Gabriel Mena Barreto. "Aspetos econômicos do Rio Grande do Sul". Relator: Gaston H. Mazon. Membros: Tenente De Paranhos Antunes e Prof. Jorge Bahlis. 5) Dr. Felix Contreiras Rodrigues. "O Fenômeno econômico na Revolução Farroupilha". Relator: Aurélio Pôrto. Membros Valter Spalding e J. O. Pinto Soares. **V Secção.** 1) Alcides Sodré. "Jobim, sua vida e seu tempo". Relator: Prof. Jaci Tupi Caldas. Membros: Tenente De Paranhos Antunes e Clemenciano Barnasque. **Ordem dos trabalhos.** Dia 1.º de outubro: instalação do Congresso. Dias dois a cinco: reunião das comissões. Dias sete e oito: sessões plenárias para discussão e aprovação dos pareceres. Dia nove: sessão de encerramento. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) Leonardo Macedônia

Ata da 27.^a sessão extraordinária

Ao primeiro dia do mês de outubro de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte e uma horas, no salão de honra da Biblioteca Pública, presente elevado número de pessoas, entre as quais o exmo. snr. general Parga Rodrigues, comandante da Região, snr. Othelo Rosa, secretário da Educação e Saúde Pública, representando o exmo. snr. General Governador do Estado, doutores Favorino Mércio, Hildebrando Westhfalen e Adroaldo Mesquita da Costa, representantes da Assembléia Legislativa, cônego José Alberto Colling, representante do snr. Arcebispo Metropolitano, Famílias, e consócios efetivos e correspondentes presentemente na capital, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. O expediente, que foi lido, constou de inúmeras peças, entre as quais representações das seguintes associações: Instituto Histórico do Rio de Janeiro, Salão Juvenal Galeno, de Fortaleza, Academia Carioca de Letras, Círculo dos Amigos de Marden, de Muquí (Espírito Santo), Sociedade de Geografia de Lisboa, Instituto D. Bosco, de Fortaleza, e grande número de pessoas que aderiram ao Congresso. O senhor presidente usa, então, da palavra e profere o seu discurso de instalação do Primeiro Congresso de História Sul-Rio-Grandense, importante peça na qual, em ligeiros traços, estuda a Grande Revolução, cujo centenário está sendo condignamente celebrado e motiva a convocação dêste Congresso. O discurso do senhor presidente foi por vezes interrompido pelos aplausos da assistência, o que bem demonstrou o agrado com que foi recebido. O secretário faz, em seguida, a leitura da relação das teses apresentadas e respectivas comissões, havendo acréscimo de mais duas, que são: **Secção I.** Aurélio Pôrto. "A Expedição de Jorge Soares de Macedo". Relator: Prof. Afonso Guerreiro Lima. Membros: Dr. Adroaldo Mesquita da Costa e Prof. Jorge Bahlis. Do mesmo autor: "Rio Grande do Sul. Donataria dos Assecas". Relator: Dr. João Maia. Membros: Manoelito de Ornelas e Professor Valter Spalding. E' feita, igualmente, a leitura da ordem dos trabalhos do Congresso.

E nada mais havendo, o senhor presidente agradece a comparencia dos presentes, e encerra a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) Leonardo Macedônia

Ata da 28.^a sessão extraordinária.

Aos sete dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte horas, na sala de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo e mais os congressistas e outras pessoas estranhas porém interessadas nos trabalhos do Congresso, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Informou, em seguida, o senhor presidente, que, de conformidade com o programa estabelecido, iniciar-se-ia, nesta sessão, a leitura e discussão dos pareceres das respectivas comissões apresentados às teses do Congresso de História que se está realizando. Feita a leitura do expediente, constou este de uma moção assinada pelos senhores Aurélio Pôrto, Valter Spalding e Eduardo Duarte, no sentido de que fôsse enviado ao "Jornal do Comércio", dirigido pelo ministro dr. Felix Pacheco, o agradecimento do Congresso pelos relevantes serviços prestados às comemorações farroupilhas, pelo grande órgão da imprensa brasileira. Pelo nosso consócio senhor Eduardo Duarte foi proposto que se enviasse ao referido ministro Pacheco um exemplar da medalha comemorativa do centenário, como demonstração do apreço do Instituto àquele jornalista. Pedindo a palavra o senhor Aurélio Pôrto, solicitou que fôsse enviado à Associação Brasileira de Imprensa um ofício de agradecimento, no mesmo sentido. Postas em discussão estas propostas, foram unânimemente aprovadas. A seguir teve início, em plenário, a discussão das seguintes teses, já instruídas dos respectivos pareceres: 1) "Primitivos habitantes do Rio Grando Sul", de autoria do senhor Aurélio Pôrto. Relator: Fernando Luis Osório. Vogais: Felix Contereiras Rodrigues e Tupi Caldas. Lido o parecer e pôsto

em discussão, foi aprovado. 2) "O fenômeno econômico na Revolução dos Farrapos", do senhor Felix Contreiras Rodrigues. Relator: Aurélio Pôrto. Vogais: Valter Spalding e J. O. Pinto Soares. Pôsto em discussão, foi o parecer aprovado. 3) "Jobim, sua vida e seu tempo", do senhor Alcindo Sodrê. Relator: Tupí Caldas. Vogais: De Paranhos Antunes e Clemenciano Barnasque. Lido e pôsto em discussão, o parecer foi aprovado. 4) "Rasgos biográficos de Pedro José Vieira", do senhor Setembrino Pereda. Relator: Aurélio Pôrto. Vogais: Eduardo Duarte e De Paranhos Antunes. Pôsto em discussão êsse parecer o senhor Fernando Osório pediu que fôsse lido um determinado trecho da tese em questão, o que foi feito, pedindo o senhor Osório que constasse na ata a sua declaração de voto, o que justificou em sessão. Propôs a rejeição do trabalho tomando como base que nenhum historiador uruguaio aceitaria a pessoa de Pedro José Vieira como um caudilhete de Artigas. O senhor Contreiras Rodrigues pede que seja adiada a discussão em vista de muitos congressistas não conhecerem a tese em questão, o que foi concedido pelo presidente. 5) "O farrapo Pedro José Vieira e seu americanismo", pelo senhor Fernando Luiz Osório. Relator: Aurélio Pôrto. Vogais: Guerreiro Lima e Felix Contreiras Rodrigues. Pôsto em discussão o parecer, o autor da tese faz vários esclarecimentos concernentes a seu trabalho. Encerrada a discussão, foi aprovado o parecer. 6) "Efemérides Rio Grandenses, 1835-1845", do senhor Celso Schröder. Relator: Valter Spalding. Vogais: J. O. Pinto Soares e Clemenciano Barnasque. Lido o parecer, que pedia fôsse concedido um voto de louvor a êsse trabalho, foi iniciada a discussão pelo senhor Felix Contreiras Rodrigues, que não concordou com êsse voto dizendo não haver razão para tal. O relator explica, então, os motivos que o levaram a pedir o referido voto. Pôsto em votação foi aprovado o parecer. 7) "A Revolução Farroupilha, causas sociais, políticas e econômicas", pelo senhor Castilhos de Goycochêa. Relator: Manoelito de Ornelas. Vogais: Guerreiro Lima e Adroaldo Mesquita da Costa. Lido e pôsto em discussão, o parecer foi aprovado. 8) "Invasão de São Borja", pelo

senhor Osório Tuiuti de Oliveira Freitas. Relator: De Paranhos Antunes. Vogais: Valter Spalding e Tupi Caldas. O parecer, lido e pôsto em discussão foi aprovado. 9) "Memórias Históricas e Comentários", pelo senhor J. O. Pinto Soares. Relator: M. Faria Corrêa. Vogais: Fernando Osório e Guerreiro Lima. Lido o parecer e pôsto em discussão, foi aprovado. 10) "Gaspar Silveira Martins", pelo senhor Leopoldo Freitas. Relator: De Paranhos Antunes. Vogais: Manoel Duarte e Felix Contreiras Rodrigues. Lido o parecer, foi pôsto em discussão e aprovado. 11) "A fundação da Freguesia de N. S. Conceição do Arroio", pelo senhor Manoel Fernandes Bastos. Relator: Manoel Duarte. Vogais: Aurélio Pôrto e Felix Contreiras Rodrigues. Pôsto em discussão, foi o parecer aprovado. 12) "Formação do Rio Grande do Sul", pelo senhor João Maia. Relator: Manoelito de Ornelas. Vogais: Manoel Duarte e Tupi Caldas. Lido e pôsto em discussão, o parecer foi aprovado. 13) "A ação militar de João Manoel e o plano republicano de 1836", pelo senhor Fernando Osório. Relator: Felix Contreiras Rodrigues. Vogais: Aurélio Pôrto e Tupi Caldas. Depois de rápida discussão, o parecer foi aprovado. 14) "Introdução ao estudo do presídio das Tôrres e sua evolução histórica", pelo senhor Dante de Laitano. Relator: Fernando Osório. Vogais: Armando de Azevedo e Clemenciano Barnasque. Lido o parecer que pedia um voto de aplauso, foi aprovado. O senhor presidente faz o resumo dos trabalhos da presente sessão e declara que a tese do senhor Setembrino Pereda entrará novamente em discussão na próxima sessão plenária, marcada para o dia seguinte. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei, para constar, a presente ata. Em tempo: o senhor Adroaldo pede a palavra e diz estranhar o tratamento de ministro ao senhor Felix Pacheco, quando, sabe-se, o referido senhor deixou de exercer aquelas funções. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) Leonardo Macedônia

Ata da 29.^a sessão extraordinária

Aos oito dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, congressistas e várias outras pessoas, o senhor presidente, assumindo a direção dos trabalhos, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se ao expediente que constou de um telegrama do barão de Studart, do Ceará, fazendo-se representar nas comemorações farroupilhas pelo senador Valdemar Falcão e este delegando poderes aos desembargador Florêncio de Abreu para fazer a representação de ambos. O senhor Leonardo Macedônia declara que nesta segunda e última sessão plenária do Congresso de História vai continuar a discussão das teses e respectivos pareceres. O senhor Manoelito de Ornelas, pedindo a palavra, disse o seguinte: "Pelos relevantes serviços prestados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul pelo seu secretário perpétuo senhor Eduardo Duarte, ao Primeiro Congresso de História ora reunido, e como um grande animador da mocidade que se vai orientando no estudo da história regional, proponho que ao referido secretário se lance em ata um voto de alto louvor". O senhor presidente declara que a proposta não entra em discussão em vista dos calorosos aplausos com que foi recebida pelos presentes, o que equívale à sua aprovação. O congressista senhor Dante de Laitano propõe, igualmente, um voto de louvor ao nosso confrade senhor Aurélio Pôrto pelos excelentes trabalhos publicados sobre a Revolução Farroupilha, preciosos subsídios pesquisados nos arquivos do Rio de Janeiro. A assistência confirmou e aprovou a proposta com um salva de palmas. Passando-se à leitura dos pareceres e sua discussão, o senhor presidente apresenta uma tese do senhor Fermiano Soares, recebida fora do prazo, e consulta à casa si deve a mesma ser aceita em plenário. Havendo confirmação, entra em discussão essa tese, que é a seguinte: 15) "A Instrução Primária na República Farroupilha" pelo senhor Fermiano Ramos Soares. Relator:

Feix Contreiras Rodrigues. Vogais: Eduardo Duarte e De Paranhos Antunes. Lido o parecer e pôsto em discussão, foi aprovado. 16) "Aspectos Econômicos do Rio Grande do Sul", pelo senhor Capitão Gabriel Mena Barreto. Relator: Gaston Hasslocher Mazon. Vogais: De Paranhos Antunes e Jorge Bahlis. Lido o parecer e pôsto em discussão, foi aprovado. 17) "A expedição de Jorge Soares de Macedo", pelo senhor Aurélio Pôrto. Relator: Afonso Guerreiro Lima. Vogais: Adroaldo Mesquita da Costa e Jorge Bahlis. Lido o parecer e pôsto em discussão, foi aprovado. 18) "O nascimento de Gaspar Silveira Martins", pelo sr. Mário Teixeira de Carvalho. Relator: João Maia. Vogais: Valter Spalding e Jorge Bahlis. Lido o parecer e pôsto em discussão foi aprovado. 19) "O trono da Grécia, a Casa de Bragança e a Revolução de 1835", pelo senhor J. Egon d'Abreu Prates. Relator: Afonso Guerreiro Lima. Vogais: Francisco Rodolfo Simch e Jorge Bahlis. Lido o parecer e pôsto em discussão, foi aprovado. 20) "Rio Grande do Sul. A donataria dos Assecas", pelo senhor Aurélio Pôrto. Relator: João Maia. Vogais: Valter Spalding e Manoelito de Ornelas. Lido o parecer e pôsto em discussão, pede a palavra o senhor Manoelito de Ornelas e justifica o seu voto com restrição. O senhor Contreiras pede ao autor da tese uma suscinta exposição da mesma. Dada a palavra ao senhor Aurélio Pôrto, êste durante dez minutos faz a exposição, em traços gerais, do seu trabalho, mostrando que o Rio Grande do Sul foi, efetivamente, uma donataria dos Assecas. O senhor Tupí Caldas, usando da palavra, elogia a tese, classificando-a valioso subsídio à história do Rio Grande do Sul e aduz considerações em tôrno do povoamento luso no Rio Grande. Encerrada a discussão e pôsto a votos, foi o parecer aprovado. 21) "A coberta da alma", pelo senhor Manoel Fernandes Bastos. Relator: Adroaldo Mesquita da Costa. Vogais: Eduardo Duarte e De Paranhos Antunes. Lido o parecer e pôsto em discussão, foi aprovado. 22) "Comércio, indústria e agricultura", pelo senhor Valter Spalding. Relator: Alcides Maia. Vogais: Manoel Faria Correa e De Paranhos Antunes.

Pôsto em discussão foi o parecer aprovado. 23) “Recursos financeiros da República de Piratini”, pelo senhor Florêncio de Abreu, Relator: Adroaldo Mesquita da Costa. Vogais: Manoel Duarte e Jací Tupí Caldas. Pôsto em discussão, foi o parecer aprovado. O senhor Eduardo Duarte pede a palavra e propõe um voto de alto louvor ao senhor Florêncio de Abreu pelo magnífico trabalho apresentado, o que pôsto em votação, foi aprovado. 24) “Memória relativa à criação dos correios na Província do Rio Grande do Sul”, pelo sr. Mário Teixeira de Carvalho, Relator: Gaston Hasslocher Mazon. Vogais: João Maia e Afonso Guerreiro Lima. Lido o parecer e pôsto em discussão, foi aprovado. 25) “Os partidos políticos até 1889”, pelo tenente De Paranhos Antunes. Relator: Valter Spalding. Vogais: Clemenciano Barnasque e Fernando Luiz Osório. Lido o parecer, foi aprovado, tendo o senhor Valter Spalding explicado a razão porque, em seu parecer, não citou o trabalho do dr. Joaquim Osório, sobre Partidos Políticos, segundo restrição feita ao parecer pelo senhor Fernando Osório. 26) “Pre-história do Rio Grande do Sul”, pelo senhor Aurélio Pôrto. Relator: Jorge Bahlis. Vogais: Tupí Caldas e Gaston Mazon. Lido o parecer e pôsto a votos, foi aprovado. 27) “Os mineiros no Rio Grande do Sul”, pelo senhor J. Rezende Silva”. Relator: Armando de Azevedo. Vogais: Valter Spalding e Gaston Mazon. Lido o parecer e pôsto a votos, foi aprovado. 28) “A ação e os propósitos orgânicos dos Farrapos”, pelo senhor Fernando Osório. Relator: Manoel Duarte. Vogais: Adroaldo Mesquita e Gaston Mazon. Lido o parecer e pôsto a votos, foi aprovado. 29) “A religiosidade e o propósito dos Farrapos”, pelo senhor Fernando Osório. Relator: Eduardo Duarte. Vogais: Adroaldo Mesquita e Tupí Caldas. Lido o parecer, com o voto de restrição do senhor Adroaldo Mesquita, que do seu voto fez uma justificação verbal, foi o parecer aprovado. O senhor presidente declara que vai submeter à discussão a tese do senhor Setembrino Pereda, discussão que ficara adiada a pedido do senhor Contreiras. Abertos os debates, usam da palavra os senhores Contreiras, Aurélio Pôrto, Fernando Osório, Manoel Duarte e Othelo Rosa. Diversos trechos da tese foram lidos

e pedido de vários congressistas em torno dos quais foram feitos diversos comentários. O senhor Othelo, concordando com o senhor Osório opina pela repulsa da tese visto a mesma conter frases aviltantes ao Rio Grande do Sul e a uma das figuras da sua legenda, que foi Pedro José Vieira. Referiu-se, igualmente, aos sentimentos de aproximação dos países sul-americanos, assunto ainda cogitado, ultimamente, com o convênio estabelecido com a República Argentina. O senhor Manoel Duarte, invocando a disposição do art. 10.º, do Regulamento do Congresso, requer que, preliminarmente, não seja a tese aceita visto não estar redigida na língua vernácula. O senhor presidente, deferindo o requerido, põe a votos, sendo a preliminar aprovada por maioria de votos. O senhor Othelo, que votou contra, justificou o seu voto, dizendo que a resolução tomada equivalia a um recuo do Congresso, pois que a tese do senhor Pereda chegara até o plenário, instruída do respectivo parecer. O senhor presidente dá por encerrada a sessão, ficando três teses para serem discutidas na primeira hora da próxima sessão, sendo, em seguida, feito o encerramento do Congresso. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(as.) Leonardo Macedônia

Ata da 30.^a sessão extraordinária

Aos nove dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte e uma horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, altas autoridades federais, estaduais, municipais e eclesiásticas, exmas famílias e elevado número de cavalheiros, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão, e disse que se ia proceder à leitura e discussão dos pareceres referentes às três teses que, por motivo supervenientes, não haviam entrado em plenário na passada sessão. Pelo secretário foi lido, a seguir, o parecer da tese "A Revolução Farroupilha, causas sociais, políticas e econômicas", do senhor Manoel Duarte,

da qual foi relator o senhor Felix Contreiras Rodrigues e vogais os senhores Othelo Rosa e João Maia e sendo pôsto em discussão, foi aprovado o parecer. Tese da doutora Henriqueta Galeno "A Revolução Farroupilha, causas sociais, políticas e econômicas". Relator senhor Fernando Luiz Osório e vogais Eduardo Duarte e De Paranhos Antunes. Posto em discussão foi o parecer aprovado. Tese do senhor Felix Contreiras Rodrigues, "Formação psicológica do gaúcho brasileiro". Relator senhor Aurélio Pôrto, vogais: senhores Tupi Caldas e Othelo Rosa. Pôsto em discussão o parecer pediu a palavra o senhor Valter Spalding, que disse discordar da etimologia do vocábulo gaúcho dada pelo senhor Aurélio Pôrto no seu parecer e diz aceitar as conclusões do senhor Contreiras quando se refere à origem do vocábulo gaúcho. O senhor Contreiras agradece as considerações a seu respeito feitas pelo relator da tese, dizendo-se honrado com o adendo feito à mesma pelo senhor Aurélio, sôbre o referido vocábulo. Pôsto em votação, foi o parecer aprovado. Pelo senhor presidente foi dito que a sessão tomava o caráter de encerramento do Congresso, convidando a ocupar lugar à mesa o nosso confrade senhor Othelo Rosa, que representava o senhor governador do Estado, e o senhor doutor Cícero Peregrino, primeiro vice-presidente do Instituto Histórico Brasileiro, que se achava presente à sessão. O expediente constou da leitura da seguinte — Indicação, do nosso confrade senhor Manoel Duarte: "Indicação. Proponho se consulte a casa, se consente, se consigne, na ata desta sessão final, cívico voto de louvor ao nosso brilhante confrade e erudito historiador, senhor coronel Souza Doca, cujo magistral trabalho recente — O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha — abre, com chave de ouro, decisivo ciclo de indagação e exata compreensão das finalidades ideológicas dos imortais Farrapos, na epopéia do federalismo nacionalista, por que se bateram a prol das genuínas aspirações da nacionalidade, fatalissimamente federativa, bem que truncada de enxertias unitaristas. Aprovada, esta indicação, pelo Primeiro Congresso Rio Grandense de História, eu requeiro, dela se dê conhecimento ao insigne pesquisador ausente.

Pôrto Alegre, 9 de outubro de 1935 (assinado) Manoel Duarte". Terminada a leitura dêsse expediente, a assistência aprovou-o com uma vibrante salva de palmas, determinando o senhor presidente que fôsse feita a comunicação ao senhor Souza Doca. Pedindo a palavra o senhor Tupí Caldas, propôs um voto de louvor ao senhor presidente do Congresso pela maneira brilhante com que tem dirigido os trabalhos dêste Primeiro Congresso de História, tendo essa proposta despertado calorosos aplausos da assistência. O senhor Leonardo Macedônia agradece em ligeiras palavras essa carinhosa manifestação que lhe era prestada. O senhor Con-
treiras Rodrigues requereu se consignasse em ata um voto de homenagem à memória dos caramurús por se terem batido durante dez anos com o mesmo denodo e galhardia dos farrapos. O senhor Castilhos de Goycochêa lembrou também uma homenagem à memória do grande duque de Caxias, o pacificador da Província, tendo ambas as propostas recebido francos aplausos dos presentes. Pelo senhor presidente foi pedido que os presentes se levantassem por um momento, em silêncio, reverente homenagem a Caxias e aos caramurús, o que foi feito. A seguir o secretário usou da palavra saudando o senhor doutor Cícero Peregrino, vice-presidente do Instituto Histórico Brasileiro, dizendo da honra que ao Congresso Histórico conferia a presença de tão ilustre pessoa. Essa saudação o orador tornou-a extensiva à caravana de estudantes paraenses também presente à sessão. Por último disse, referindo-se ao voto de louvor que lhe fôra conferido em sessão, que a articulação do trabalho do Congresso, tivera a eficiente colaboração dos senhores Tupí Caldas e De Paranhos Antunes, designados sub-secretários, e a quem se deve, em boa parte, o magnífico resultado do conclave. Pedindo a palavra o senhor doutor Cícero Peregrino, agradeceu a honra de ter ocupado lugar à mesa e ao senhor Eduardo Duarte pela saudação que lhe fez. Tratou do Instituto Histórico Brasileiro, que prossegue no propósito de celebrar as grandes datas nacionais, declarando que o mesmo havia comemorado o centenário farroupilha realizando conferências a cargo de diversos dos seus associados. Um dos mem-

broz componentes da caravana paraense, acadêmico Hermínio Pessoa, agradeceu a homenagem que lhe prestou o Instituto, recordando a figura de Plácido de Castro como um símbolo de brasilidade da nossa gente. A seguir o senhor presidente leu o seu discurso de encerramento do Congresso, magnífica peça que fez vibrar de entusiasmo a assistência. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei, para constar, a presente ata.

Ata da 31.^a sessão extraordinária

Aos doze dias do mês de novembro de mil novecentos e trinta e cinco, às vinte e meia horas, na sala mourisca da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o livro e outras pessoas estranhas ao quadro social do Instituto, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão informando que esta reunião extraordinária fôra convocada com o fim de comemorar o aniversário da instituição da bandeira farroupilha, havendo designado o senhor Valter Spalding para fazer uma conferência alusiva ao ato. Lida e aprovada a ata da sessão anterior e não havendo expediente de maior importância, foi dada a palavra ao secretário para ler a efeméride do dia, o que foi feito. O senhor presidente concede, a seguir, a palavra ao senhor Valter Spalding e este faz, então, a leitura do seu excelente trabalho sob o título: "A bandeira e o brasão farroupilhas", recebendo, ao finalizar, fartos aplausos da assistência. O senhor Leonardo Macedônia, encerrando a sessão, elogia o trabalho do senhor Spalding, estudo feito à luz dos documentos, com alto saber e critério, o que muito honra o seu autor, um grande sabedor das cousas do passado rio-grandense. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

INDICE

III TRIMESTRE

Centenário Farroupilha	3
Evocação ao Rio Grande — Fernando Callage.....	7
Comemoração do Centenário Farroupilha — Dr. Leonardo Macedonia	13
Os supremos objetivos da jornada de 35 — Dr. Fernando Luis Osorio	25
Bento Gonçalves e Lavalleja — 1.º ten. H. O. Wiederspahn.....	57
Uma biografia frustrada — Walter Spalding.....	79
Tradição histórica — Dr. Leopoldo de Freitas.....	97
Pedro Chaves e Bonifacio Isas Calderon — Walter Spalding.....	103
Serafim de Alencastre — Cel. Alvaro de Alencastre.....	157

IV TRIMESTRE

1.º Congresso de História Sul-Riograndense.....	163
Farroupilha — Aurélio Pôrto.....	191
A Literatura Farroupilha no centenário — Dr. H. Canabarro Reichardt	203
João Belém — Aurélio Pôrto.....	211
O telégrafo nacional no Rio Grande do Sul — Dr. Amaro Batista....	221
Conferencias no Instituto.....	239
Bibliografia Farroupilha	273
Nótulas bibliograficas	295
Atas das sessões	313

GEOGRAFIA:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Dr. Antão de Faria.
Cel. Aurelio Porto.
Dr. Alcides Maya.

ARQUEOLOGIA, ETNOGRAFIA E PALEONTOLOGIA:

Dr. Alfredo Clemente Pinto.
Dr. Leonardo Macedonia
Prof. Jorge Bahlis.
Dr. Armando Dias de Azevedo.

FOLCLORE E LÍNGUA DOS INDÍGENAS:

Cel. Manoel de Faria Correia.
Prof. Valter Spalding.
Dr. Antão de Faria.
Dr. Darcy Azambuja.

ESTATUTOS E COMISSÃO DA REVISTA:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.
Cel. A. F. de Souza Doca.
Prof. Othelo Rosa.
Dr. Eduardo Duarte.

ADMISSÃO DE SOCIOS:

Dr. Armando Dias de Azevedo.
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Cel. Gaston Hasslocher Mazon.
Dr. Eduardo Duarte.

Condições de assinatura:

Por ano	15\$000 rs.
Por fascículo trimestral.....	4\$000 rs.
Preço da coleção até 1930.....	1:000\$000 rs.

Fascículos atrasados, preço da tabela existente na secretaria.

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao Dr.
Eduardo Duarte, á rua Duque de Caxias n.º 1231. Pôrto
Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.